



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Maria Francisca Magalhães Nogueira

**O turismo rural de Goiás: Contextos
imaginários**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**SÃO PAULO
2009**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Maria Francisca Magalhães Nogueira

**O turismo rural de Goiás: Contextos
imaginários**

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Margarida Maria Cavalcanti Limena.

**SÃO PAULO
2009**

Banca Examinadora

.....

.....

.....

.....

.....

Dedico este trabalho

À Dra. Areda T. de Moraes Porfírio, a quem devo o alívio de dores inimagináveis;

A meus pais, José Nogueira de Sousa e Lindalva Magalhães Nogueira (*in memoriam*), que iluminaram o caminho pelo qual eu haveria de andar.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dr^a. Margarida Maria Cavalcanti Limena, minha orientadora, pelas inestimáveis contribuições, pela confiança e pelo respeito por meus caminhos;

À Profa. Dr^a. Silvia Simões Borelli, pelo apoio indispensável à realização do doutorado e pelas valiosas sugestões na qualificação;

Ao prof. Dr. Sergio Moretti, pelas também valiosas sugestões na qualificação;

Aos professores da pós-graduação da PUC de São Paulo, pelas aulas que muito me enriqueceram;

A Francisco Pierre, minha gratidão pelo apoio e amizade;

À Profa. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini e ao Prof. Ms. Rubém Darío, colegas da Faculdade de Comunicação da UFG, pela incondicional ajuda no meu processo de licença para cursar o doutorado;

À minha irmã Maria Lúcia Nogueira e ao meu cunhado Riumar dos Santos, que favoreceram minha estada em São Paulo;

Aos meus irmãos Maria da Consolação Nogueira e Lisandro Nogueira, pelo constante estímulo, e à minha cunhada Maria Cristina Cento Fanti, pelo carinhoso apoio;

Às minhas irmãs Maria das Graças Nogueira e Maria do Socorro Nogueira, e a meu sobrinho Rodrigo dos Santos, e a minha amiga Guiomar Oliveira pelo companheirismo durante as viagens para a realização da pesquisa de campo;

A minha amiga Nadia Vitorino Vieira, pela acolhida carinhosa em sua casa em São Paulo, e a meu amigo Alexandre Mattos pelas sugestões;

A Armelinda Gayer, Dea Canatillo e Sueli Maria de Oliveira, amigas de São Paulo, pelo acolhimento carinhoso e, à amiga de Goiânia Odivânia Barreto Machado, pelas doces palavras de incentivo e, à minha sobrinha Luisa Nogueira pela companhia nos de finais de semana de estudo;

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual não seria possível cursar o doutorado;

Aos funcionários da Agência Goiana de Turismo, pela colaboração nas repetidas visitas à Agetur, em especial à Flávia Rabelo de Brito e a Samuel Augusto de Sant'Ana Passos;

Agradeço à Villa Cerrado, à Villa Colonial, ao Banana Menina, à Pousada Monjolo e à Fazenda Santa Branca, que permitiram a aplicação da pesquisa empírica;

Às pessoas que colaboraram tão gentilmente, respondendo às entrevistas.

RESUMO

Esta tese constrói uma reflexão sobre o turismo rural de Goiás, transcendendo à abordagem econômico/funcional, por acreditar ser essa modalidade de turismo inseparável de um mundo de significações que a faz existir e ser tal como é. Tratamos a complexidade desse objeto de pesquisa pelo esboço de dois movimentos estratégicos. Uma primeira parte descreve o turismo rural como realidade – e racionalidade – constituída e constituindo-se (*in fieri*), reduzindo-o a algumas instituições e significações. A preocupação foi desenvolver um *contexto* de termos e entidades, de elementos e relações que permitissem conceber o turismo rural de Goiás com suas estruturas e funções, e também com sua história e suas significações. Tratou-se aqui o turismo rural goiano como ele é na realidade de um imaginário instituído, focando-se a atenção na contextualização do cenário em que o objeto se insere – o estado de Goiás.

A segunda parte dedicou-se a explorar o imaginário rural do turista, ancorada no imaginário social de Goiás, cuja sociedade, durante todo o século XIX e até bem recentemente, revestia-se de caráter quase exclusivamente rural. Para explorar o imaginário de rural do turista como mundo de significações, recorreremos à pesquisa empírica. Foram entrevistados turistas em cinco estabelecimentos de turismo rural localizados na Região Metropolitana de Goiânia. Não ambicionamos captar todo o feixe de significações ou sondar todo o universo de remissões que regem o processo imaginário do turista, mas apenas projetar alguns de seus ângulos e facetas, de maneira necessariamente oblíqua, valendo-nos da natureza especular do imaginário rural do turista. Para o turista, o campo tem significação imaginária, o que faz que ele o procure.

A análise acerca do *Turismo Rural de Goiás: Contextos Imaginários* foi conduzida por operadores do Pensamento Complexo de Edgar Morin e pelas categorias desenvolvidas por Cornelius Castoriadis. Com base na percepção do processo *in fieri* do objeto estudado, incessantemente criando-se e transformando-se, deixam-se em aberto considerações e/ou conclusões para o leitor.

Palavras-Chave: Turismo. Turismo rural. Cultura. Imaginário. Goiás. Rural x Urbano.

ABSTRACT

This thesis is a reflection on rural tourism in Goiás, which goes beyond the functional and economic approaches due to the belief that this sort of tourism is attached to a world of significations that exists as it is. This complex object of study is analyzed by two scopes of strategic movements. The first part describes the rural tourism as reality and rationality constituted and in the process of being constituted (*in fieri*) and it was also reduced to some institutions and significations. The main preoccupation was to develop a context of terms and entities, elements and relations that would allow the rural tourism of Goiás to be conceived within its own structures, functions as well as its history and significations. The rural tourism of Goiás was treated as it is in reality of an institutionalized imaginary, focusing on the contextualization of the scenery in which the object is – in the state of Goiás.

The second part deals with the imaginary of the rural tourist, based on the social imaginary of Goiás, of which society, since XIX century up until now, was almost rural exclusively. In order to explore the imaginary of the rural tourist as a world of significations, an empirical research was carried out. Tourists from five different establishments of rural tourism situated in the region of Goiânia were interviewed. It was not our ambition to comprehend the whole universe of remits and significations of the imaginary of the tourist, but only to show some of their angles and facets, in an oblique way. For the tourists, the countryside has an imaginary signification, which makes them want to go there.

The analysis of the rural tourism of Goiás: Imaginary contexts was made according to the complex thought of Edgar Morin and by categories developed by Cornelius Castoriadis. Based on the perception of the process *in fieri* of the investigated object, which is on continuous creation and transformation, considerations and conclusions were left open to the reader.

Key words: tourism, rural tourism, culture, imaginary. Goiás: rural x urban.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I: - A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO RURAL.....	22
CAPÍTULO I - A CONTEXTUALIZAÇÃO DE GOIÁS.....	23
1.1 Antecedentes e condicionantes do turismo rural.....	23
1.1.1 Origem	25
1.1.2 Configuração institucional	28
1.1.3 Características naturais e culturais	32
CAPÍTULO II - O RURAL E O TURISMO RURAL	51
2.1 Do rural ao urbano à perspectiva de continuum.....	51
2.2 O rural do turismo rural de Goiás	58
2.2.1 A visão dicotômica	59
2.2.2 A visão de <i>continuum</i>	63
CAPÍTULO III - A DEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DO TURISMO RURAL.....	71
3.1 O turismo rural: Uma definição em construção	71
3.2 A implementação da definição por políticas e programas	82
3.2.1 O turismo e o turismo rural	82
3.2.2 As diretrizes nacionais para o turismo rural	92
3.2.3 Programas e projetos estaduais de turismo e o turismo rural	96
PARTE II: - O IMAGINÁRIO E O TURISMO RURAL EM GOIÁS	107
CAPÍTULO IV - IMAGINARIO E TURISMO RURAL EM GOIÁS	108
4.1 Retratos do rural goiano.....	108
4.1.1 O rural como decadência: Degradação material e moral	111
4.1.2 Uma utopia rústica: O paraíso caboclo de Goiás	117
4.1.3 Horror e beleza da vida no sertão	126
4.1.4 Novos tempos em Goiás	132
CAPÍTULO V - O IMAGINARIO DE RURAL DO TURISTA.....	144
5.1 Imagens do rural goiano.....	144
5.1.1 O campo imaginado	148
5.1.2 O campo contemplado	150
5.1.3 O campo vivido	155
5.1.4 O campo rememorado	157
5.1.5 O campo venerado.....	165
5.1.6 O campo comemorado.....	178
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXO	195

INTRODUÇÃO

O turismo vem crescendo no meio rural goiano, tradicionalmente agrícola e pastoril. O avanço do turismo em áreas rurais e suas consequências no que diz respeito à preservação dos recursos naturais nos levaram, quase que instintivamente, a abordar o tema da sustentabilidade do turismo rural segundo a visão socioambiental de José Eli da Veiga. Mas, como todo trabalho tem sua historicidade, no decorrer do processo de estudo, fomos amadurecendo e percebendo a multidimensionalidade e transversalidade do turismo. No processo de qualificação, fomos incitada pelas inestimáveis sugestões e considerações da banca examinadora a reorientarmos a pesquisa de modo a considerar, também, o turismo a partir de sua dimensão imaginária, ainda que essa não constitua, até agora, uma vertente muito trilhada pelas pesquisas de turismo rural.

Assim, conduzida por operadores do Pensamento Complexo de Edgar Morin¹ e pelas categorias desenvolvidas por Cornelius Castoriadis, fomos percebendo a insuficiência de nosso estudo do turismo rural de Goiás, se limitado a uma simples

¹ O aporte teórico à discussão do imaginário de rural do turista tem por referência a reflexão de Cornelius Castoriadis em *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 e à perspectiva da complexidade de Edgar Morin com ampla referência bibliográfica citada ao longo deste trabalho e constante na lista de Referências.

abordagem econômico/funcional, em razão de a quantidade inumerável de coisas, fatos e conhecimentos, estruturas, equipamentos, práticas, técnicas, discursos e resultados que constituem o que se define como turismo rural ser inseparável de um mundo de significações que o fazem existir e ser como tal.

O turismo rural é uma instituição recente, uma invenção datada do capitalismo em sua fase de industrialização avançada e de globalização. Nada tem, pois, de natural. O imaginário do capitalismo, sua concepção dinâmica do que seja uma vida boa e agradável, do que é necessário, do que vale e do que não vale, do que é o tempo, de como se deve vivê-lo e administrá-lo, do que são coisas e fatos, de como se deve dizê-los, juntá-los, escolhê-los, fabricá-los, constitui suporte e condição também do turismo rural.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à condição segundo a qual os indivíduos, ainda que não redutíveis a uma instituição social, histórica, são, também, de alguma maneira, “fabricados” para se adequarem a uma definição instituída do que sejam, por exemplo, os atrativos turísticos e as formas próprias de usufruí-los, bem como os tempos, as circunstâncias etc. próprias para tal.

Consideramos, diante disso, que poderíamos abordar a complexidade de nosso objeto esboçando dois movimentos estratégicos. Na Primeira Parte, abordamos o turismo rural de Goiás como realidade – e racionalidade – constituída e constituindo-se (*in fieri*), reduzindo-a a algumas instituições e significações imediatas. A preocupação foi desenvolver um *contexto* de termos e entidades, de elementos e relações, que permitissem conceber o turismo rural de Goiás com suas estruturas e suas funções, mas também com sua história e suas significações.

Parte I: A Contextualização do Turismo Rural

Capítulo I – A contextualização de Goiás

Capítulo II – O rural e o turismo rural

Capítulo III – A definição institucional do turismo rural

Dessa forma, tratamos nessa primeira parte, do turismo rural goiano como ele é – na realidade de um imaginário instituído, com suas formas, seus valores. Assim, focamos nossa atenção na contextualização do cenário em que nosso objeto de estudo se encontra – o estado de Goiás; na abordagem do rural goiano a partir da visão de *continuum* rural-urbano e na apresentação das diretrizes oficiais para o turismo rural, no que se refere à sua definição e à sua implementação por políticas e programas. Ao fazer isso, percebemos que a institucionalidade do turismo – definição oficial, políticas públicas etc. – é a expressão, em ato, do imaginário social instituído em um mundo de significações – sociedade instituída – instaurador de um mundo comum em que tudo faz sentido, ou seja, um feixe indefinido de remissões² intermináveis. Nessa perspectiva, as políticas públicas de turismo exprimem o componente estatal do imaginário social, que fortifica, fortalece certos aspectos e tendências da instituição do turismo rural em processo de institucionalização.

Essa primeira parte está estruturada em três capítulos. No primeiro, mostramos de forma sintética que muitos são os traços que acenam para a “vocação” de Goiás para o turismo em área rural. Consideramos por bem mostrar que alguns traços associados à origem de Goiás e aos fatores naturais e culturais – que modularam a feição rural do Estado – são importantes para essa modalidade turística.

² A remissão diz respeito a uma relação de equivalência que não pode ser “confundida com a verdadeira equivalência matemática” (CASTORIADIS, 1982, p. 367). Para esse autor, “toda representação remete a outras representações [...]. Remete: as engendra ou pode fazê-las surgir” (CASTORIADIS, 1982, p. 367). “As significações podem ser *demarcadas*, mas não determinadas. Elas se conectam indefinidamente umas às outras, sob o modo fundamental do *remetimento* (*renvoi*). Toda significa      o remete a um número indefinido de outras significa      es” (CASTORIADIS, 1997, p. 235).

Capítulo I – A Contextualização de Goiás

1.2 Antecedentes e condicionantes do turismo rural

1.2.1 Origem

1.2.2 Configuração institucional

1.2.3 Características naturais e culturais

A referência a Castoriadis foi fundamental para que pudéssemos compreender que

o mundo social-histórico é mundo de sentidos – de significações – mundo que não pode ser pensado como simples “idealidade visada”. É um mundo que deve ser sustentado por formas instituídas, e que penetra até ao âmago do psiquismo humano, modelando-o de forma decisiva, na quase totalidade de suas manifestações identificáveis (CASTORIADIS, 1982, p. 55-56).

Nesse capítulo contamos, também com a orientação de outros autores da antropologia e da sociologia, como Henri Lefebvre, Edgar Morin, Brigitte Kern, Eric Hobsbawn, Terence Ranger, Marc Augé; do turismo, José Newton Coelho Meneses, Arlete Moysés Rodrigues, Marília Assunção, Roberto C. Boullón. Contamos, ainda, com o suporte teórico de autores que tratam da historiografia goiana, como Nasr Nagib Chaul, Luis Palacín, que nos ajudaram a desvelar a origem de Goiás, e Luiz Estevam, que colaborou na análise da compreensão do processo de transformação pelo qual Goiás vem passando, em especial o seu espaço rural.

No segundo capítulo, abordamos o espaço rural goiano, onde nosso objeto de estudo está inserido. São apresentadas duas visões predominantes: a visão dicotômica e a de *continuum* rural-urbano. A primeira, a visão dicotômica, ainda ilumina as instituições oficiais de turismo. No entanto, dada a relação entre campo e cidade, que, segundo observa Graziano da Silva, estabelece-se em continuidade, optamos pela visão de *continuum* rural-urbano para fundamentar nossa reflexão sobre o turismo rural.

Capítulo II – O Rural e o Turismo Rural2.1 Do rural ao urbano à perspectiva de *continuum*

2.2 O rural do turismo rural de Goiás

2.2.1 A visão dicotômica

2.2.2 A visão de *continuum*

No tocante à passagem do rural para o urbano, fizemo-nos acompanhar prioritariamente da obra *O Campo e a Cidade*, de Raymond Williams (1989), que aponta para as muitas respostas que a literatura e o pensamento inglês dão para a relação campo/cidade.

A visão de *continuum* rural-urbano fez-nos considerar campo e cidade sem homogeneizar e sem separar, de modo a poder percebê-los como parte de uma mesma totalidade (ROSA & FERREIRA, 2006). Mostramos que apesar da visão de *continuum* estar em processo de constituição, a visão oficial – dicotômica – ainda influencia a definição dos espaços turísticos. A discussão dessas duas abordagens – dicotômica (oficial) e de *continuum* – permitiu analisar o rural, neste trabalho, como resultante da ocupação do território, dos recursos naturais e construídos, da relação campo-cidade e do espaço vivido – afetivo, estético, social, histórico etc.

A discussão do *continuum* rural-urbano apontou para a necessidade de abirmos um terceiro capítulo com a discussão sobre as diretrizes oficiais para o turismo rural, que, por estarem impregnadas da noção de território, carregam consigo um atavismo de origem que foge à concepção antropológica de espaço. Diante dessa análise, consideramos algumas categorias epistemológicas aplicadas ao turismo rural. Para tanto, recorremos a autores brasileiros e estrangeiros que definem o turismo rural. Para a discussão do turismo rural que se objetiva nas políticas oficiais, referenciamo-nos em Graziano da Silva, que representa a crítica à

dicotomia – rural/urbano. Outros autores, como Ana Rute do Valle, Olga Tulik e Anderson Pereira Portuguese colaboraram em nossas análises, por darem ênfase aos aspectos relacionados ao modo de vida e à cultura.

Capítulo III – A Definição Institucional do Turismo Rural

3.1 O turismo rural: Uma definição em construção

3.2 A implementação da definição por políticas e programas

3.2.1 O turismo e o turismo rural

3.2.2 As diretrizes nacionais para o turismo rural

3.2.3 Programas e projetos estaduais de turismo e o turismo rural

Discorrendo sobre os conceitos de turismo rural, com base em autores e especialistas que tratam especificamente do tema, mostramos que eles se opõem às definições oficiais que tendem a exprimir as demandas de mercado – econômicas e políticas –, mesmo quando atentas à necessidade da sustentabilidade do ambiente natural e cultural. Ainda nesse terceiro capítulo, trouxemos para a discussão as definições de turismo rural que fundamentam as políticas e os programas implantados. Mostramos que os programas e projetos para o turismo em Goiás refletem as diretrizes e as regulamentações específicas que, como as definições de turismo rural, exprimem o caráter processual e *in fieri* do rural brasileiro e, também, do rural goiano.

Na segunda parte do trabalho, escolhemos um dos elementos do processo turístico, o turista, como sujeito, que não apenas exprime e manifesta um imaginário já constituído, mas enquanto criador incessante de formas, figuras e imagens a partir de sua prática concreta do turismo.

Evidentemente, não afirmamos com isso que o turista seja, por assim dizer, sujeito das significações imaginárias sociais relativas ao turismo; essas encontram sua inteligibilidade no magma das significações imaginárias sociais, referindo-se, portanto, a um contexto social mais amplo.

É patente, nesta perspectiva, a contribuição de Cornelius Castoriadis e de Edgar Morin para a compreensão de que a dimensão imaginária permeia cada contorno, informa cada elemento, inspira cada movimento do processo turístico. Para Edgar Morin (2002, p. 24),

a relação entre os espíritos e a cultura não é indistinta, mas sim hologramática: a cultura está nos espíritos individuais, que estão na cultura. Recursiva: assim como os seres vivos tiram sua possibilidade de vida do seu ecossistema, o qual só existe a partir de inter-retroações entre seres vivos, os indivíduos só podem formar e desenvolver seu conhecimento no seio da cultura, a qual só ganha vida a partir das inter-retroações cognitivas entre os indivíduos: as interações cognitivas dos indivíduos regeneram a cultura que as regenera.

Não tivemos a ambição – talvez insana – de captar todo o feixe de significações e sondar todo o universo de remissões que regem esse processo. Pretendemos apenas projetar alguns de seus ângulos e facetas, de maneira necessariamente oblíqua, valendo-nos da natureza especular do imaginário rural do turista. Para o turista, o campo tem significação imaginária, o que faz que ele o procure.

Abordamos a imagem de rural do turista enquanto imaginário que “não é a imagem de” segundo Castoriadis (1999, p. 13), mas sim

criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens a partir das quais somente é possível falarmos de alguma coisa. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.

O sujeito – turista – quando elabora imagens relativas ao campo, *locus* do turismo rural, está reproduzindo e também criando novas formas, figuras e imagens

relativas ao campo. Mas, ainda quando ele cria, enquanto imaginação radical (CASTORIADIS, 1999), não o faz a partir do nada, mas deformando e ressignificando os símbolos precedentes.³

Ancoramos a exploração do imaginário rural do turista no imaginário social de Goiás, cuja sociedade, durante todo o século XIX e até bem recentemente, revestia-se de caráter quase exclusivamente rural.

Esta segunda parte foi estruturada em dois capítulos – quarto e quinto. O quarto capítulo volta-se para a composição de um retrato do rural goiano através de alguns painéis. No quinto capítulo construímos um caminho; delineamos um trajeto rumo ao imaginário rural do turista para captar o mundo de significações que o campo constitui para ele. A construção desse caminho se deu através de pesquisa empírica com os turistas nos empreendimentos de turismo rural localizados na Região Metropolitana de Goiânia.

Parte II – O Imaginário e o Turismo Rural em Goiás

Capítulo IV – Imaginário e turismo rural em Goiás

Capítulo V – O Imaginário de rural do turista

No quarto capítulo, voltamos à instituição da sociedade goiana, como social-histórico, para mostrar, através da estruturação de painéis narrativos, que a sociedade goiana está impregnada de imagens que conferem um *status* ainda rural ao estado, contribuindo, assim, para que haja uma busca imagética do indivíduo

³ “Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais...” (CASTORIADIS, 1999, p. 147).

pelo turismo rural. Os painéis narrativos contemplaram algumas imagens, algumas significações imaginárias centrais do rural no social-histórico de Goiás. Para a montagem desses painéis foram escolhidas quatro narrativas, em razão da centralidade do tema e da representatividade de seus autores. Os dois primeiros painéis se referem a relatos históricos que pretendem reconstituir o que de fato existiu, através de alguns autores, como Luis Palacín (1976) e Paulo Bertran (1978), os mais representativos aqui. Esses dois autores se opõem, enquanto se complementam, na interpretação do que significou a sociedade agrária goiana tradicional: período de decadência ou de invenção de uma forma superior de convivência humana. O terceiro painel mostra a criação de imagens do rural antigo pelo caminho da poesia, da instituição artística presente na obra *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos (2006), coletânea de contos de inspiração sertaneja, publicado em 1917, que constituiu chave para ingressarmos no imaginário da sociedade rural goiana; entre o horror e a beleza da vida no sertão. O quarto painel trata do novo imaginário social em construção desde a Revolução de 1930 até a atualidade em Goiás. Tentamos mostrar no delineamento desse último painel alguns momentos, remissões e deslocamentos, no processo de superação de uma cultura rural e sua transformação em outra rural-urbana. A problemática da superação dessa sociedade nos conduziu à identificação dos fatores e dos processos que instauraram um novo estado de coisas que transformou o rural de Goiás e também as definições e imagens de rural. Nesse capítulo, apoiamo-nos em argumentos de autores como Raymond Williams, Régis Debray, Antonio Candido, Nasr Nagib Chaul e Eliane M. C. Manso Pereira.

Capítulo IV – Imaginário e o Turismo Rural em Goiás**4.1 Retratos do rural goiano****4.1.1 O rural como decadência: Degradação material e moral****4.1.2 Uma utopia rústica: O paraíso caboclo de Goiás****4.1.3 Horror e beleza da vida no sertão****4.1.4 Novos tempos em Goiás**

O trajeto rumo ao imaginário de rural do turista, no quinto capítulo, teve como objetivo captar as significações – as representações, as ideias, os sentimentos associados pelos turistas à ideia de campo –, através da vivência direta e intensa do turista em contato com o campo, considerando que as significações sociais se “inscrevem” e se “encarnam” no “mundo sensível”, e também pela vivência e eficacidade dos indivíduos. Como nos ensina Morin (1997, p. 42), “a imagem mental é estrutura essencialmente de consciência, função psicológica. Não é possível dissociá-la da presença do mundo do homem, da presença do homem no mundo”.

É certo que os turistas não são – e nem mesmo a totalidade dos indivíduos – os suportes que carregariam todas as significações sociais de uma sociedade e, a exemplo, as referentes ao rural. Conforme Castoriadis (1982, p. 411) “não se pode reduzir o mundo das significações instituídas às representações individuais efetivas. Mas é inevitável, e até necessariamente, que uma parte das significações imaginárias sociais encontre um ‘equivalente’ efetivo nos indivíduos (em sua representação consciente ou não, em seu comportamento etc.) e que as outras aí se ‘traduzam’ de uma certa maneira direta e indireta, próxima ou longínqua”.

Desse modo, ordenamos nesse quinto capítulo as significações imaginárias extraídas dos depoimentos dos turistas relativas aos estados e atitudes em que o turista se põe diante do campo, a partir das seguintes categorias: o campo

imaginado, o campo contemplado, o campo vivido, o campo rememorado, o campo venerado, o campo comemorado.

Capítulo V – O Imaginário de Rural do Turista

5.1 Imagens do rural goiano

5.2 O campo imaginado

5.3 O campo contemplado

5.4 O campo vivido

5.5 O campo rememorado

5.6 O campo venerado

5.7 O campo comemorado

Para explorar o imaginário de rural do turista, como mundo de significações, recorreremos à pesquisa empírica que foi realizada em cinco estabelecimentos turísticos de diferentes modalidades, localizados na Região Metropolitana de Goiânia (RMG)⁴ – dois restaurantes rurais (Banana Menina e Villa Colonial), um pesque-pague (Villa Cerrado) e dois hotéis-fazenda (Pousada Monjolo e Fazenda Santa Branca). A escolha da RMG deve-se à estreita relação com a visão de *continuum* rural-urbano apresentada na primeira parte deste trabalho, que coloca em conexão campo e cidade. Priorizamos dentre os estabelecimentos visitados aqueles que possuíam atividade turística há mais de um ano, que se enquadram dentro da definição de turismo rural⁵ no que diz respeito à localização das modalidades turísticas selecionadas, à ligação com a paisagem rural e a algumas características

⁴ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2005), uma região metropolitana é densamente urbanizada e constituída por uma série de municípios interligados a uma cidade principal, que no caso de nossa pesquisa é Goiânia – Capital de Goiás.

⁵ A definição da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), órgão do Ministério do Turismo, do ano de 2002, diz ser o turismo rural um “segmento do turismo que proporciona conhecer, vivenciar e usufruir as práticas sociais, econômicas e culturais próprias do meio rural de cada região de forma sustentável” (TULIK, 2003, p. 75).

da cultura local. Em anexo, apresentamos uma breve descrição dos estabelecimentos turísticos.

Entrevistamos 27 turistas acima de 30 anos de idade, pois verificamos ser a frequência, nos estabelecimentos de turismo rural que visitamos em Goiás, constituída predominantemente de famílias com crianças ou de casais de meia idade.⁶ Os entrevistados foram escolhidos com o único cuidado de contemplar todos os gêneros e a classe de idade percebida como mais comum entre os frequentadores dos estabelecimentos selecionados. Consideramos que, com essas ressalvas – já que não empreendemos estudo quantitativo, em que médias, variáveis, proporcionalidades são pertinentes –, poderíamos considerar os informantes intercambiáveis; tanto mais em se tratando de atividade eventual – turismo rural metropolitano – em que nenhum critério *a priori* poderia qualificá-los enquanto tais.

A opção pela utilização da técnica de entrevista gravada com questões abertas deve-se à possibilidade que ela oferece de interação entre entrevistador e entrevistado que, segundo Morin (1984, p. 146), permite resposta espontânea do entrevistado e análise aprofundada das respostas por parte do entrevistador. E, além disso, a entrevista abre “a possibilidade de interação entre pesquisador e entrevistado quando há verdadeira empatia” (MORIN, 1984, p. 150).

O período de realização das entrevistas ocorreu entre os meses de agosto e novembro de 2008, sempre nos finais de semana. As entrevistas foram realizadas nesses meses, por ser o período de estiagem em Goiás, o que favorece a maior

⁶ A literatura sobre o turismo rural mostra essa tendência com relação à frequência aos estabelecimentos turísticos.

frequência de pessoas a esses empreendimentos, segundo dados obtidos em visitas prévias à realização da pesquisa.

PARTE I:

A CONTEXTUALIZAÇÃO

DO TURISMO RURAL

CAPÍTULO I

A CONTEXTUALIZAÇÃO DE GOIÁS

1.1 Antecedentes e condicionantes do turismo rural

Goiás, desde sua origem e sua constituição como unidade autônoma (1744), tem sido um estado com característica rural, baseado na agricultura e pecuária, elementos fundantes do mundo rural. A herança agropastoril influenciou sua feição rural impressa na cultura goiana – no folclore, na



Figura 1 – Mapa do estado de Goiás
Fonte: BRASIL, [200-]b

gastronomia etc. Na atualidade, o estado vem sofrendo alterações em todas suas estruturas – econômica, social, cultural e ambiental. Essas alterações estruturais vêm fazendo que Goiás se adapte a novos arranjos produtivos que não os tradicionais, com o crescimento do número de “novas” atividades rurais não agrícolas – como o turismo rural. Hoje, são mais de trezentos estabelecimentos

disseminados por todo o estado, somando-se pesque-pagues, restaurantes rurais e hotéis-fazenda. Essas atividades geram emprego e renda para cerca de três mil pessoas (MASAN, 2006).

A inserção do turismo no meio rural goiano cresce em espaço geográfico rico de recursos naturais: rios, grutas, cavernas, praias fluviais etc., requisitos fundamentais à atividade, institucionalizados na imagem formada pelos mais diversos lugares turísticos de Goiás. Comumente, a imagem do turismo vem acompanhada de acenos à “vocação” rural do estado de Goiás, ainda que, para muitos especialistas, não constitui a “vocação” turística como dado natural, mas como resultado de uma construção cultural.⁷ “Enquanto produto, ele é fruto de um conjunto de condições decorrentes de relações entre cultura, mercado e políticas públicas que venham proporcionar o desenvolvimento da atividade” (SANSOLO & CRUZ, 2007, p. 4). Apesar de se considerar que o turismo não esteja diretamente relacionado à “vocação” da região, não se pode ignorar que determinados elementos condicionantes do turismo estão presentes no processo de busca do campo pelo turista.

A ida ou a volta ao campo pode dar-se por várias e multiformes motivações, como a busca de determinados elementos e condições, a redescoberta e valorização dos bens ambientais, a busca de outro tipo de sociabilidade que se acredita não mais existir na cidade, o interesse em recuperar as raízes através do folclore, dos hábitos, das tradições, além do interesse por determinados atrativos, como a arquitetura das construções rurais, a paisagem etc. Nesse sentido, certas condições estão presentes, mesmo que às vezes refuncionalizadas, travestidas,

⁷ A cultura na concepção de Morin & Kern (2003, p. 56)    “Conjunto de técnicas, saberes, valores, mitos, que permite e assegura a alta complexidade do indivíduo e da sociedade humana, e que, não sendo inato, tem necessidade de ser transmitido e ensinado a cada indivíduo em seu período de aprendizagem para poder se autoperpetuar e perpetuar a alta complexidade ant  opo-social”.

como simulacro, em *country*. Assim, este estudo considera importante apresentar alguns elementos do estado de Goiás que fazem que o turismo rural traga consigo determinados signos do rural, associados à origem do estado e das suas características naturais e culturais.

1.1.1 Origem

A descoberta de ouro marcou o início da ocupação do estado de Goiás pelos bandeirantes paulistas em 1722. O processo de exploração desse minério, segundo Palacín (1986), não durou muito, como no estado de Minas Gerais. Em Goiás, permaneceu do Século XVII ao Século XVIII, dando origem aos aglomerados humanos – os arraiais. Desde a colonização, Goiás esteve voltado para a agricultura de subsistência e pecuária. Mais tarde, no século XIX, a pecuária foi ocupando o espaço hegemônico frente à agricultura, pela facilidade de o gado se autotransportar e romper fronteiras.

Predominantemente, até 1960, Goiás conservou sua organização tradicional rural, apesar da redução da população do campo, influenciada pela industrialização da Região Sudeste do País e pela Marcha para o Oeste, que visava ocupar os vazios territoriais e modernizar o Brasil. Nesse contexto de integração da economia nacional e homogeneização dos estados brasileiros, edifica-se a nova capital do estado, Goiânia,⁸ em 1942, que substituiu a antiga Vila Boa, hoje denominada Cidade de Goiás e declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

8 A mudança da Capital foi “feita em nome do progresso, da esperança e pretensão novo que contrapunha ao suposto velho, [...] representava o veículo de condução político-burocrático capaz de levar o estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras mais desenvolvidas economicamente no estado. Antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia era uma capital para o sul e sudoeste do estado (CHAUL, 1997, p. 182).

Assim, nasce Goiânia como símbolo de modernização e progresso idealizado pelo movimento⁹ de 1930. A ideologia do progresso não será objeto de discussão neste trabalho. No entanto, vale ressaltar que ela foi dinamizada pelo nacionalismo vigente à época, que, por sua vez, sofreu influências internacionais. Goiânia, nesse contexto, “era um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores” (CHAUL, 1997, p. 183). Dentro dessa mesma visão modernizadora é edificada Brasília, capital do Brasil, em 1963, a 209 quilômetros de Goiânia, provocando alterações significativas no cenário regional de Goiás. Vale lembrar as palavras de Chaul (2004), historiador de Goiás, que ilustra o caráter modernizador desse período: “Goiânia foi o símbolo do moderno e do urbano em solo rural. Um teatro de *art nouveau* cravado no meio do planalto central” (CHAUL, 2004 p. 183).



Figura 2 – Av. Goiás: Goiânia, anos 60
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Goiânia (MAP)

9 “Os anos 30 no Brasil foi uma tentativa de reorientar a economia brasileira. Não deve ser entendido como um processo homogêneo para o País, uma vez que Goiás não contava com a composição de forças políticas que originaram os estudos mais fecundos sobre a época. Estas forças presentes no Centro-Sul do País, praticamente inexisteriam em Goiás, nos moldes em que ficaram conhecidas por boa parte da historiografia do período, ou seja, burguesia e proletariado” (CHAUL, 1997, p. 181).

A construção de Goiânia e de Brasília acarretou mudanças na produção¹⁰ do espaço, com a abertura de estradas e com as imigrações e, ainda, facilitou a integração da região no comércio nacional. Mas, segundo Estevam (2004), não foi capaz de dissolver a tradicional organização socioprodutiva de Goiás, tendo permanecido no campo, a maioria da população. Foi somente a partir de 1970, com a modernização da agricultura no Brasil, de caráter excludente e seletivo, que houve a transformação radical na estrutura socioeconômica de Goiás – êxodo rural, especulação de terras e inovação tecnológica, políticas públicas de incentivos, financiamentos etc. Nesse momento, estavam criadas as condições para a entrada em cena da agroindústria no estado.



Figura 3 – Goiânia atual

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo - Goiânia (Arquivo)

O importante é perceber que Goiás se constituiu como um estado de “fronteira agrícola” e, como os outros estados do Centro-Oeste, caracterizou-se pelo fornecimento de produtos agropastoris – cereais e carnes – para alimentar núcleos urbanos de grande parte do País, para acomodar fluxos migratórios e como via de penetração para a ocupação do Norte brasileiro – com a Marcha para o Oeste.

¹⁰ A ideia de produção do espaço aparece em Lefebvre como componente da produção da sociedade em geral (LEFEBVRE, 1991).

Essas questões devem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo – brasileiro e da região Centro-Oeste (ESTEVAM, 2004, p. 181).



Figura 4 – Goiânia em construção
Fonte: Museu da Imagem e do Som de Goiânia (MAP)



Figura 5 – Região central de Goiânia
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – Goiânia (Arquivo)

1.1.2 Configuração institucional

Goiás, na atualidade, tomou conformação territorial, espacial e socioeconômica diferente daquela na época de sua colonização. O estado possui 341.289,5 Km² e, em 2005, abrigava uma população estimada em 5.994.897 habitantes (GOIÁS, [ca. 2005]). A divisão de Goiás feita pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) é de caráter físico-geográfico e distribuiu os 246 municípios do Estado em 5 Mesorregiões – Noroeste, Norte, Centro, Leste e Sul goiano – e 18 Microrregiões.¹¹

Há outra divisão, no nível estadual, de caráter administrativo, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento econômico e social através de ações de planejamento e gestão. São dez as regiões de planejamento do estado de Goiás: a Região Metropolitana de Goiânia, o Centro – Eixo BR-153 –, o Norte, o Nordeste, o Entorno do Distrito Federal, o Sul, o Sudeste, o

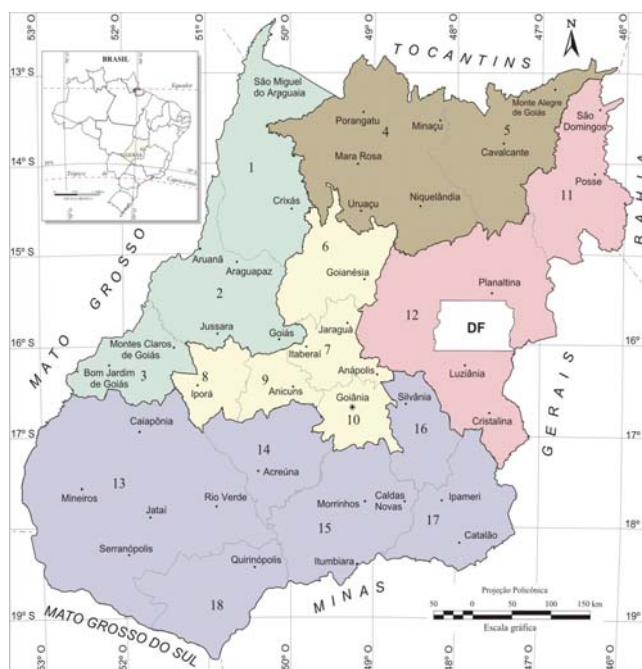


Figura 6 – Mesorregiões e Microrregiões do estado de Goiás

Fonte: ALENCAR, [200-]

Sudoeste – Região da Estrada de Ferro –, o Oeste – Eixo GO-060 –, o Noroeste – a Estrada do Boi

Essa abordagem regional vem sendo discutida há muito, pelo seu caráter político-tributário, que privilegia algumas regiões em detrimento de outras. Apesar das considerações contrárias a esse tipo de divisão regionalizada, com as restrições que se deve debitar a escolhas estratégicas, ela tem sido importante por reunir dados censitários e orientar as políticas administrativas. Há também outros fatores que podem concorrer para a expansão de recursos em determinadas regiões, em

¹¹ Regiões de São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, no Noroeste; Porangatu, Chapada dos Veadeiros, no Centro; Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Metropolitana de Goiânia, no Centro; Vão do Paranã, Entorno de Brasília, no Leste; Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis, no Sul.

detrimento de outras – a reorganização do capital é uma delas. Esse tipo de reordenação espacial do capital tende a aplicar maiores volumes de recursos nas localidades em que as condições estão mais favoráveis ao desenvolvimento econômico, de acordo com Castells (1999) e Harvey (2004).



Figura 7– Regiões de Planejamento de Goiás
Fonte: Gentilmente cedido pela AGETUR (Arquivo)
 (Designer: Marcel Araújo Barreto)

O quadro1 apresenta a quantidade de municípios dessas regiões.

Quadro 1 – Divisão Regional de Goiás para Efeitos de Planejamento

Região	Número de Municípios
Região Metropolitana de Goiânia	11
Região Centro – Eixo BR-153	32
Região Norte	26
Região Nordeste	20
Região do Entorno do DF	20
Região Sul	27
Região Sudeste – Estrada de Ferro	25
Região Sudoeste	26
Região Oeste – Eixo GO-060	43
Região Noroeste – Estrada do Boi	16

Fonte: GOIÁS..., 2006

As consequências da regionalização e do processo de ocupação do território goiano podem ser percebidas em áreas que exercem papel secundário na configuração espacial do estado, a exemplo a Região Nordeste, considerada o “corredor da miséria”. Goiás mudou seu perfil econômico em razão da industrialização recente e do desenvolvimento do agronegócio, com concentração de infraestrutura urbana básica em alguns municípios. A maior parte desses municípios está localizada em quatro das regiões de planejamento do estado – Sudoeste, Região Metropolitana de Goiânia, Sul e Sudeste. Dos quinze municípios mais competitivos do estado – Anápolis, Rio Verde, Catalão, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Itumbiara, Luziânia, Jataí, Caldas Novas, Mineiros, Trindade, Ipameri, Niquelândia, Morrinhos e Quirinópolis (GOIÁS, 2007a), apenas dois – Luziânia e Niquelândia – estão fora dessas regiões.

As transformações socioeconômicas em determinados municípios goianos demonstram que o espaço é resultante das relações sociais, que podem ser justas, injustas, de subordinação. O espaço não é um lugar¹² neutro; pelo contrário, deve ser visto como um universo socialmente integrado ao conjunto das relações sociais. Para Lefebvre (1999, p. 74), do ponto de vista conceitual, abstrato, “o espaço é tão-somente um *médium*, meio e mediação”, concretamente, “todo espaço é produto” (LEFBVRE, 1999, p. 141). “E o espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante” (LEFBVRE, 1999, p. 141-142). O espaço é, pois, social e não tem existência em si mesmo, porque, se como meio é

12 Para Portuguese (2002, p. 34) “O lugar, em suas muitas esferas, mostra-se como a dimensão do espaço vivido onde as pessoas se tornam importantes elementos na sua produção, em contrapartida aos mecanismos padronizados do mundo globalizado. O lugar é, nesse sentido, a instância ambígua em que o local se materializa, mas ao mesmo tempo permite uma organização muito particular de sua energia”.

neutro e recipiente vazio, ele termina por exprimir uma intencionalidade em sua organização.

Há outras concepções de espaço. Porém, o que interessa neste momento é perceber que o espaço deve ser mais do que um meio, mais do que produção social; deve ser o cenário de realização humanística – afetiva, social e de produção. O espaço a que se está referindo é o espaço antropológico, que ganha significação ampla a partir das relações que nele se realizam (MORIN & KERN, 2003).

1.1.3 Características naturais e culturais

No que se refere aos recursos naturais, o estado de Goiás se destaca em razão de o Cerrado goiano ser considerado o “berço das águas”. As nascentes dos rios que formam as principais bacias fluviais do Brasil estão localizadas em Goiás: Bacia Amazônica, destacando-se os rios Araguaia e Tocantins; Bacia do São Francisco, os rios Preto e Urucuaia, e Bacia do Paraná, de que o Rio Paranaíba é seu representante. A riqueza das águas se traduz em um número considerável de cachoeiras e corredeiras, apreciadas por ecoturistas que visitam as cidades de Paraúna, Serranópolis, Alto Paraíso de Goiás, Lagoa Santa, São Domingos, Caldas Novas, Caiapônia, Cristalina e Mineiros, dentre outras.

O estado de Goiás, ainda no aspecto ambiente natural, possui clima favorável ao turismo, pela presença de duas estações bem definidas: um verão úmido e um inverno seco. O solo, o clima, a intensidade das chuvas contribuem para variada vegetação. O Cerrado ainda é a vegetação predominante, apesar dos inúmeros alertas quanto à sua progressiva destruição. O Cerrado, último bioma¹³ a fazer parte

¹³ Bioma pode ser considerado o conjunto da vida vegetal e animal.

da agenda ambiental brasileira, tem solo profundo e bem drenado, e vegetação característica – árvores tortas e ressequidas. Está assentado sobre camadas de rochas das mais antigas do planeta. O solo funciona como uma espécie de esponja, que retém a água das abundantes chuvas que caem de novembro a março, para ser utilizada no período da seca.

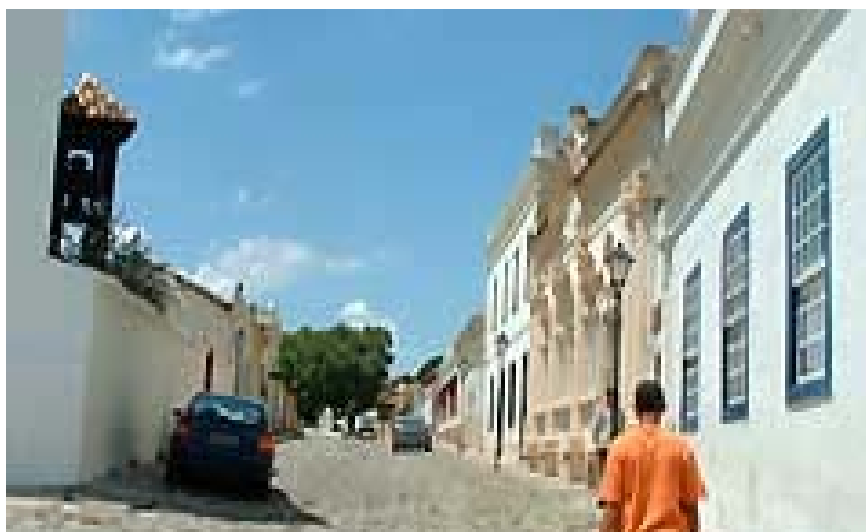
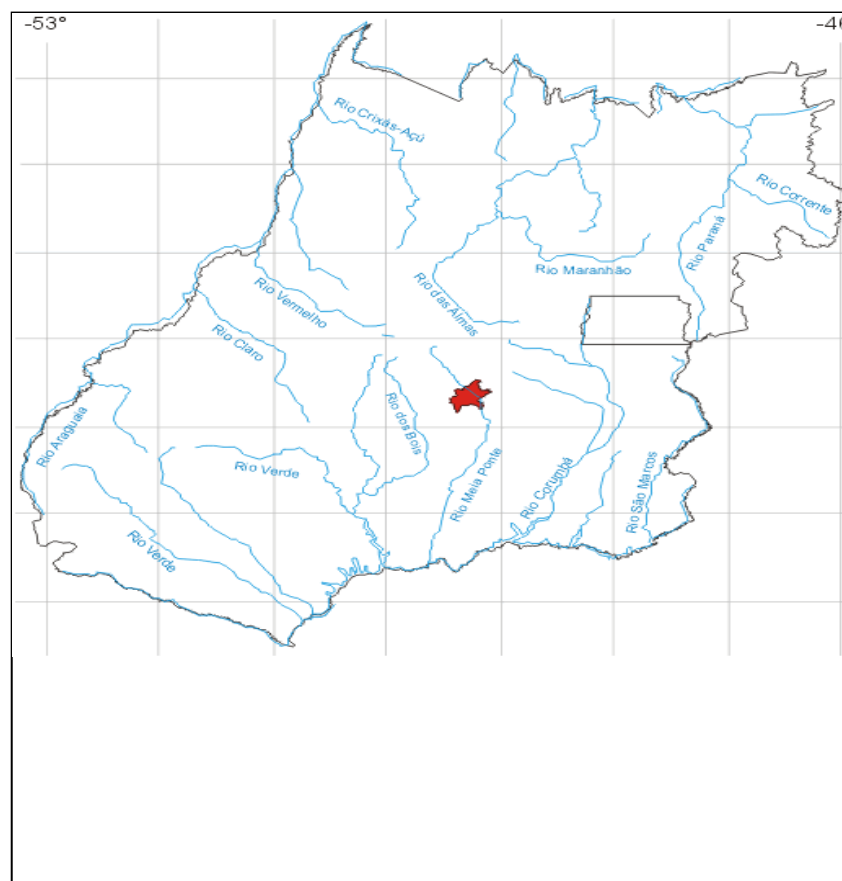


Figura 8 – Cidade de Goiás, antiga capital
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo



Figura 9 - Chapada dos Veadeiros no Município de Alto Paraíso de Goiás
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo
Fotografia de Marcelo de Oliveira Sáfi

No Cerrado goiano, a disponibilidade de recursos hidrográficos e de vegetação, e a topografia plana propiciaram o uso intensivo do solo pela agropecuária. Ao longo da história de Goiás, o cerrado foi considerado de fácil adaptabilidade à monocultura e tratado basicamente como fronteira de expansão agrícola. No entanto, a exploração intensiva do solo através do cultivo de soja tem trazido preocupações à preservação da biodiversidade desse bioma. Já se cogita o aproveitamento dos frutos típicos da região como agentes de preservação do ecossistema.



Fonte: Goiás..., 2007a

soluções para os problemas de degradação enfrentados a partir de 1950, com o modelo econômico denominado desenvolvimentista. Esse modelo promoveu, a partir dessa década, a ocupação desordenada do Cerrado, caracterizada por projetos de reflorestamento com espécies estranhas e produção maciça de grãos.



Figura 11 – Arara: ave típica e abundante do cerrado goiano
Fonte: POUSADA..., 2007



Figura 12 – Ipê amarelo: árvore típica no cerrado
Fonte: POUSADA..., 2007

O Pequi, por exemplo, fruto tradicional na culinária goiana, considerado de múltipla aplicação após sua transformação, está sendo visto como uma fonte de energia renovável. Ele pode ser utilizado para produzir sabão, combustível, batom, além de produtos alimentícios. Segundo o empresário Clóvis José de Almeida, citado pelo jornalista Wellinton Carlos (2007), o Pequi pode ser considerado o “ouro do Cerrado”, pois, vale mais que a soja e outras lavouras. E acrescenta: “Os frutos do Cerrado vão revolucionar Goiás, por isso, há necessidade urgente de proteção” (Almeida citada por CARLOS, 2007, p. 2).



Figura 13 - Árvore do pequi
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo



Figura 14 – Fruto do pequi
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo

São muitos os fatores que propiciam a exploração turística do espaço rural goiano, pelas características de seu ambiente natural. Ainda mais quando entra na agenda planetária a questão da sustentabilidade socioambiental. No entanto, vale ressaltar que, embora seja considerado “indústria sem chaminés”, por ser forte fonte de crescimento econômico, o turismo pode acelerar as agressões ambientais em muitas localidades. Como diz Fernández (2000, p. 12):

La naturaleza es el sistema que sirve de base a la vida económica y al ignorarlo puede danarse más allá de la capacidad que tiene el propio sistema para repararse a sí mismo. Es necesario, pues, reconocer que el sistema económico es un subsistema abierto dentro del sistema ambiental, del que se abastece de recursos, con el que intercambia flujos de energía, materia e información y al que utiliza como depósito de residuos. La exigencia fundamental del desarrollo sostenible es que el sistema económico debe funcionar de forma subordinada al sistema ambiental.

Tendo em vista as afirmações de Fernandez (2000), nota-se que o desenvolvimento de qualquer setor deve apoiar-se em uma concepção que seja capaz de religar todos os sistemas – econômico, político, social etc. – para que seja possível apontar soluções para os problemas do dia a dia. A queimada na roça após o plantio, o desmatamento para um loteamento urbano, por exemplo, apesar de serem questões localizadas, que pareciam ser específicas, são cada vez mais globais. Há uma relação dialógica¹⁴ entre o global e o particular, a parte e o todo e, ao mesmo tempo, uma relação de recursividade, em que os produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas e efeitos daquilo que os produziu. Assim, a parte está no todo, o próprio todo, está, de certa maneira, presente na parte que se encontra nele hologramaticamente (MORIN, 2005a, p. 74).

¹⁴ Dialógico é uma lógica aparentemente contraditória em que ordem e desordem (como duas inimigas) colaboram para produzir organização e complexidade. “O princípio dialógico nos permite manter a dualidade no seio da unidade. Ele associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos” (MORIN, 2005a, p. 74).

Morin (2000, p. 14), quando trata da questão do ambiente em sua complexidade,¹⁵ em seu livro *A Cabeça bem Feita*, diz:

Os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário.

A visão de Morin é um alerta contra certas ideias “salvadoras”. Algumas práticas aparecem em momentos em que se deseja utilizar mecanismos externos, como se somente por meio deles fosse possível sanar a questão da pobreza e da degradação ambiental no curto prazo. Nesse sentido, a discussão a respeito de novas formas sociais e econômicas de produção – turismo, agroenergia – precisam passar pelo crivo do desenvolvimento sustentável.¹⁶ As ideias salvadoras de que trata o autor manifestam-se na necessidade de alterar estilos materiais de crescimento e de consumo.

O problema do desenvolvimento turístico é uma questão complexa, que requer estudo específico e a observância dos preceitos da sustentabilidade econômica. Georgescu, citado por Veiga (2000, p. 76), enfatiza:

Um dia será necessário encontrar uma via de desenvolvimento humano que possa ser compatível com a retração, isto é, com o decréscimo do

15 Complexidade “é a união dos processos de simplificação que são seleção, hierarquização, separação, redução, com os outros contra-processos que são a comunicação, a articulação com o que foi dissociado e distinguido; e é a maneira de escapar à alternância entre o pensamento redutor, que só vê os elementos, e o pensamento globalizado, que só vê o todo” (MORIN, 2005a, p. 103).

16 “El desarrollo sostenible, entendido como un proceso dinámico, requiere un cambio estructural en los sistemas productivos, los estilos de consumo, las formas de gestión y las pautas de comportamiento del conjunto de la sociedad. No se puede reducir el enfoque del desarrollo sostenible a los aspectos estrictamente ecológicos y de eficiencia en la utilización del “capital natural”, por cuanto las implicaciones del concepto de sostenibilidad superan estos aspectos para referirse al conjunto de actividades del desarrollo socioeconómico, la armonización entre las tasas de uso y de renovación de los recursos, las relaciones intra e intersectoriales y la equidad de las transformaciones productivas. Ahora bien, el peligro más patente de lo contrario, es decir, de ignorar el papel de la naturaleza en la economía” (FERNÁNDEZ, 2000).

produto. Por isso, no curto prazo, é preciso que o crescimento seja o mais compatibilizado possível com a conservação da natureza. Não se trata de conseguir “crescimento zero” ou condição estacionária, visões [...] consideradas ingênuas. Para Georgescu, crescimento é sempre depleção e, portanto, encurtamento da expectativa de vida da espécie humana. Não considera cinismo, ou pessimismo, reconhecer que os seres humanos não querem abrir mão de seu presente conforto para facilitar a vida dos que viverão daqui a dez mil anos. Trata-se apenas, dizia, de entender que a espécie humana está determinada a ter uma vida curta, porém excitante.

Sem dúvida, as atividades não agrícolas e as “novas” atividades agropecuárias no campo, aparecem no Brasil e em Goiás como aposta para a geração de renda e emprego, para a preservação do meio ambiente¹⁷ e a valorização do território; porém, para Rodrigues, tudo deve ser contabilizado. Segundo esse autor,

apontam-se a quantidade e o volume de divisas que entram no Brasil em decorrência do turismo. Tudo parece ser “lucro” nacional – estatal ou privado. Porém, não se contabiliza (não se desconta), da quantidade de divisas que entram através do turismo, o quanto se gasta (ou se gastou) para tornar determinados ambientes atrativos para o turismo: infra-estrutura, água, esgoto, energia elétrica, estradas, aeroportos, rodoviárias, hotéis, pousadas, hospitais, postos de saúde etc. Quando relacionados a essas atividades, tais gastos são considerados investimentos públicos em empreendimentos privados (RODRIGUES, 2000, p. 173).

Convém reportar aos mecanismos oficiais de proteção e conservação¹⁸ dos recursos naturais que o estado de Goiás, a exemplo de todo o País, se utiliza, e às irregularidades que se praticam no meio rural, inclusive nas atividades de turismo. O estado exige a destinação de 20% da área de cada imóvel rural para a constituição

17 Neste trabalho utilizar-se-á a expressão meio ambiente para exprimir questões ligadas a tudo que se refere à natureza, embora, conscientes das diferentes ideais de natureza. Morin, inclusive, discute a diferença entre meio, ambiente e natureza. Para Edgar Morin (1984, p. 249-250), “...A noção de meio, que é muito pobre, só remete para características físicas e para forças mecânicas, a noção de natureza remete-nos para um ser matricial, para uma fonte de vida, ela mesma viva, esta ideia é poeticamente profunda, mas ainda cientificamente débil: estas três noções esquecem o caráter mais interessante de meio, do ambiente, da natureza: o seu caráter auto-organizacional. Por isso, há que substituí-lo por um termo mais rico e mais exato: o ecossistema”.

18 “Conservação pode ser entendida como manejo do uso da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações e manter seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, além de garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral” (BRASIL, 2004, p. 17).

de reserva legal e de 10% para preservação permanente. Porém as infrações, como o desmatamento, são constantes, como nos informa Assunção (2005). Segundo a autora, é comum o proprietário rural apresentar a reserva da fazenda vizinha como se fosse sua no momento da averbação da terra em cartório, ou averbar área preservada que já não existe mais.

As alternativas para aumentar as áreas de preservação¹⁹ e proteção estão vinculadas a um conjunto de estratégias das quais fazem parte as áreas de reserva. Goiás possui uma área de 341.289,5 km² e, em 1988, apenas 1,3% do território goiano era demarcado como unidades de conservação. Esse índice aumentou para 4,89%, em 2005. Goiás possui áreas de preservação municipais: 16 Unidades Municipais de Proteção Integral e 42 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)²⁰ (AÇÕES..., 2006). Pesquisa apresentada por Campos et al. (2003) mostrou que dessas 42 RPPN, 22 estão destinadas a atividades de ecoturismo e 15 à preservação ambiental, principalmente. No município de Goiânia existem 84 Unidades de Conservação – parques, bosques, morros – cadastradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), que são utilizadas, inclusive, para lazer e turismo (AÇÕES..., 2006).

Quanto às áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação²¹ Estaduais, Goiás tem unidades de proteção integral em nove parques estaduais,

19 Preservação constitui “um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam a proteção à longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL, 2004, p. 17).

20 RPPN é uma reserva oficial de propriedade particular, que é criada a partir da vontade do proprietário. Foram criadas em 1990 para a proteção integral dos recursos naturais, admitindo-se o turismo ecológico, a educação ambiental e a pesquisa científica nessas áreas (WIEDMANN, 2002, p. 37).

21 Podem ser consideradas Unidades de Conservação as “Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Parque Nacional, Área Tombada, Área Especial de Interesse Turístico e Local de Interesse Turístico, Caverna, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área

unidades de uso sustentável em nove áreas de proteção ambiental (APA) e uma floresta estadual (PRADO, 2006). As áreas naturais protegidas são importantes para o meio ambiente e para o turismo, como enfatiza Boullón (2002, p. 45):

La existencia de un área natural protegida es el resguardo básico que necesita el ecoturismo para progresar, porque esto asegura las posibles inversionistas y operadores turísticos que el recurso natural no ocurre el peligro de ser depredado por el hombre, encunto a la intromisión de otras actividades extractivas que pueden acabar con el.

O quadro 2, a seguir, apresenta as áreas das unidades de conservação do estado de Goiás – unidades de proteção integral e de uso sustentável, ou áreas de proteção ambiental. Informa os municípios em que essas áreas se localizam, a área em hectares de cada unidade. A área total dessas unidades é de 1.217.307,66 ha.

Há iniciativas civis de proteção do Cerrado. A Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais, com sede em Goiânia, congrega entidades da sociedade civil que atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e da conservação do Cerrado em todo o Brasil. Entre seus filiados, estão a Associação para a Recuperação e Conservação Ambiental (Arca), a Associação de Estudos e Exploração Sustentável do Cerrado (Cenesc), o Instituto Brasil Central (Ibrace), o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), entre outros.

de Relevante Interesse Ecológico, Área sob Proteção Especial, Área de Proteção Ambiental, Reserva Indígena, Floresta Nacional, Reserva Extrativa, Reserva Florestal e Floresta de Domínio Privado” (AULICINO, 2002, p. 33).

Quadro 2 – Unidades de Conservação do estado de Goiás

Unidade de proteção integral	Localização Total	Área
Parque Estadual da Serra de Caldas	Caldas Novas/Rio Quente	12.315,36
Parque Estadual dos Pirineus	Pirenópolis/Cocalzinho de Goiás/Corumbá de Goiás	2.833,26
Parque Estadual de Terra Ronca	São Domingos/Guarani de Goiás	57.000,00
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	Goiânia/Goianápolis/Teresópolis/Nerópolis	3.183,00
Parque Estadual Telma Ortega	Abadia de Goiás	166,00
Parque Ecológico da Serra de Jaraguá	Jaraguá	Não Delimitado
Parque Estadual de Paraúna	Paraúna	3.250,00
Parque Estadual do Araguaia	São Miguel do Araguaia	4.611,00
Parque Estadual da Serra Dourada	Mossâmedes, Goiás e Buriti de Goiás	30.000,00
Unidades de uso Sustentável	Localização Total	Área
Áreas de Proteção Ambiental		
Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Geral de Goiás	São Domingos	60.000,00
Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada	Cidade de Goiás/Mossâmedes	16.851,00
APA da Serra dos Pirineus	Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá Goiás	19.966,00
APA da Serra da Jiboia	Palmeiras de Goiás/Nazário	21.751,00
Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João	Cidade Goiás (Distrito de São João)	26,49
APA Pouso Alto	Alto Paraíso de Goiás/Cavalcante/ Nova Roma/ Teresina de Goiás/ São João D"Aliança	872.000,00
APA Serra das Galés e da Portaria	Paraúna	30.000,00
APA João Leite	Goiânia/Terezópolis de Goiás/ Goianápolis/ Nerópolis Anápolis/Campo Limpo/Ouro Verde de Goiás	75.151,00
Floresta Estadual do Araguaia	São Miguel do Araguaia	8.202,81
APA do Encantado	Baliza	7.913,97

Fonte: AÇÕES..., 2006, p. 83

Existem outras iniciativas que visam à proteção do ambiente natural no estado de Goiás; porém, os entraves são muitos, indo desde a dificuldade de fiscalização por parte do governo à necessidade de educação ambiental em todos os níveis. A proteção ambiental é um assunto abrangente e complexo, que não pode ser desprezado ao se tratar de turismo em suporte natural – espaço e paisagem e suas muitas outras implicações.

Sobre o complexo tema da sustentabilidade ambiental, Morin & Nair (1997) tratam da “consciencialização”, ou seja, da importância da consciência do problema da civilização, que está presente desde as ações de caráter macro às de caráter micro. Para os autores, as causas da difícil “consciencialização” estão no pensamento compartimentado e parcelar; na quantificação apenas do lucro em atividades que destroem a paisagem, degradam os territórios e os solos, desnaturam os campos e degradam a vida urbana; no *imprinting* das estruturas de pensamento simplificador/mutilantes, que se creem racionais, mas não conseguem perceber as inter-retroações, o caráter ao mesmo tempo uno, múltiplo e contraditório da realidade; na aceleração dos processos evolutivos e na falta de reflexão aprofundada que possibilite conceber a complexidade de nosso mundo.

Na constituição do espaço do turismo rural goiano concorrem não somente a origem do estado, o ambiente natural, mas também o cultural, atualmente, prestigiado pela exaltação do modo de vida²² simples e peculiar do campo. Aparecem valorizados no cenário do turismo rural goiano elementos típicos que esboçam uma cédula de identificação do universo de Goiás: a música, os causos, as

22 Atitudes que “expressam como as pessoas vivem em determinado lugar e tempo, como se relacionam, trabalham, consomem, divertem-se. Os modos de vida de uma dada sociedade resultam de uma combinação de fatores: desde o modo de produção dominante, passando pelas relações nela desenvolvidas, até aspectos de sua história e cultura” (RAMOS, 2001, p. 33-34).

festas populares e tantos outros. Apesar dos traços que caracterizam a identidade de Goiás, não se pode dizer que o estado tem uma cultura própria, porque sua identidade faz parte de uma identidade maior, a identidade nacional, e “não se desenvolveu em oposição ao sentimento de pertencimento nacional, mas que busca no conjunto da nacionalidade sua afirmação enquanto região” (PEREIRA, 2002, p. 15). Goiás buscou afirmar-se no cenário nacional a partir da política de nacionalização do País, a fim de abstrair-se das marcas de atraso deixadas pela decadência do ouro.

Pode-se dizer que os períodos do apogeu e da decadência do ouro deixaram em Goiás marcas que se foram transformando em representações da cultura das regiões que compõem o estado. Constituídas de imagens e textualidades simultâneas e às vezes conflitantes, tais marcas ajudam a contar a história do estado, da natureza à civilização. Conservam-se costumes primevos, como a pesca, a Folia dos Santos Reis, a Procissão do Fogaréu, o Catira – ou cateretê –, de origem indígena, hoje acompanhado por viola de dez cordas, de origem portuguesa, violão e cantoria, que destaca nacionalmente artistas de Goiás na música sertaneja – moda de viola cantada em dupla (SENA, 2002).

As manifestações culturais em Goiás, símbolo de um passado agregado à memória coletiva, atualizam-se e são apropriadas pelo turismo. As Cavalhadas da cidade de Pirenópolis, festa popular existente desde 1826, é um exemplo dessa apropriação. As Cavalhadas floresceram na Península Ibérica e se solidificaram como uma representação da luta entre Mouros e Cristãos na Idade Média. Em Pirenópolis, era uma festa religiosa que fazia parte da Romaria do Divino Espírito Santo. Aos poucos, ela foi-se transformando em um acontecimento externo à vida

religiosa e à própria cidade. Chegou, inclusive, a fazer parte da programação da cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942. Hoje, a festa é um evento importante no calendário turístico da cidade. As Cavalhadas, ao longo de anos, foram um símbolo da festa do Divino em Pirenópolis. Depois, foram sendo encenadas com outras finalidades, demonstrando que as tradições podem ser modificadas e ao mesmo tempo reinventadas, e continuarem dando sentido para as pessoas do lugar. Pode-se dizer que, nesse caso, conservam-se velhos costumes em condições novas, ou se usam velhos modelos para novos fins (HOBBSAWM & RANGER, 1997).



Figura 15 - Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo

As Cavalhadas são apenas um dos exemplos de manifestação cultural de Goiás, que, agregada a outras, vão dando uma feição singular ao estado. Apesar dessa singularidade, nota-se que a cultura transforma e reinventa valores próprios e de outrem. Morin & Kern (2003, p. 128-129), em seu livro *Terra-Pátria*, afirmam:

A cultura deve ser ao mesmo tempo aberta e fechada – fechada para salvaguardar a sua identidade; aberta para assimilar e integrar em si

mesma elementos de outras culturas. Afinal temos uma identidade comum, um destino comum. Hoje, é-nos possível saber que existe uma comunidade de origem para todos os seres humanos, que há uma comunidade de identidade no sentido em que todos temos a mesma natureza – mas que, nessa própria natureza, existem potencialidades com diversidades extremas.



Figura 16 – Cavalhadas de Pirenópolis

Fonte: Pirenópolis..., 2008

De forma sintética, este estudo procura mostrar que são muitos os traços que ajudaram a dar uma feição ao estado de Goiás, sendo a herança agropastoril uma delas. Essa herança está impressa no tradicional arroz com pequi, na pamonha, no curau, que não só compõem o cardápio dos goianos, mas se constituem em fatores de sociabilidade, apreciados e recriados pelo turismo. Péclat (2006, p. 8) expressa a sociabilidade do goiano por meio da comensalidade, dizendo:

A galinhada, como a pamonha, em Goiás, já não é apenas um prato, uma iguaria. Na verdade, virou uma reunião social. Ritualizados, esses pratos expressam a integração social. Aos domingos, pela madrugada ou ao entardecer, a galinhada e a pamonhada, são comidas [...] típicas, que representam a comensalidade.

A herança agropastoril marcou também a sociabilidade do goiano em suas relações familiares e de trabalho que caracterizam as “formas culturais de expressão entre o pequeno e o grande proprietário de terras, entre o camponês, o agregado e o

morador, entre as famílias e suas parentelas, seus adotados e aderentes, seus afilhados e filhos naturais” (SENA, 2002, p. 88).

As transformações fazem parte da convivência entre os diversos aspectos da cultura e modos de vida, construtores simbólicos da identidade regional, que na atualidade em Goiás se reelaboram de rural em *country*, de sertanejo em peão de boiadeiro, de pastoril em peão de rodeio, que ostenta a bravura do sertanejo – característica do homem heroico do período da colonização, travestido em homem competitivo (SENA, 2002, p. 88). Na atualidade, essas transformações culturais, na concepção de Baudrillard (1973), operam gerando “simulacros”. Para Morin (1969, p. 66), as transformações significam dizer que “o *hic* não foi abolido, tornou-se relativo. O *nunc* se torna um novo *nunc* cosmopolitizado, da voga, da moda, do sucesso do dia, do eterno presente”.

Há uma convivência entre os diversos aspectos da cultura goiana. No entanto, o que suscita apreensão, no caso do turismo, é a visão por meio da qual é concebida a política dessa atividade e, conseqüentemente, suas ações culturais. O turismo rural como catalisador do produto cultural se apropria dos valores da cultura, interpreta-os²³ e produz um significado para as coisas que os turistas veem e buscam usufruir. No entanto, é necessário questionar a visão de cultura unidimensional, totalizadora, presente nas ações turísticas. Isso quer dizer que a cultura pode estar dissociada da identidade, das idiossincrasias, das tradições e das formas de expressão da sociedade. Se estiver informada por valores dissociativos e não de religação de saberes, a cultura se torna “unidimensionalizante” e redutora.

23 Para Meneses (2004, p. 55), interpretar no turismo “é tornar possível um entendimento daquilo que não é cotidiano de quem vê; daquilo que, na maioria das vezes, é exótico e aguça a curiosidade de saber e de aprender. A atividade turística tem na sua essência a informação interpretativa que lhe é, assim, imprescindível e fundamental”.

As políticas de turismo, para serem informadas por uma perspectiva multidimensional, necessitam abrir possibilidades para a consciência da relação de complexidade existente no “espaço vivido”, produto e produtor de cultura. As “brechas” precisam ser abertas na estrutura vigente, a fim de que as políticas de turismo possam exprimir aspectos mais autênticos da cultura. Nesse sentido, reconhecer um espaço como turístico é elaborar uma construção cultural, haja vista a criação de roteiros turísticos. Neles, são atribuídos sentidos e significados a coisas e costumes de tempos diversos e de pessoas diferentes do turista (MENESES, 2004, p. 104).

As políticas de turismo, em um mundo globalizado, no qual tudo tende a se tornar mercadoria, comumente tendem a tornar alheio, estrangeiro à sociedade o patrimônio cultural que ela mesma produziu. No afã de produzir atrativos, as empresas de turismo e os órgãos encarregados de promovê-lo tendem a transformar as cidades históricas, a gastronomia etc. em objetos de consumo massificado, excluindo mesmo a população local que muitas vezes se torna hóspede em sua própria casa. Quando isso ocorre, o risco de desnaturamento da cultura local é grande. Criam-se espaços não identitários, artificializados, deslocados da cultura local, não lugares na acepção de Marc Augé (1994) que, segundo esse autor, significam “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem relacional, nem como histórico” (AUGÉ, 1994, p. 73).

A especificidade do universo de preocupações deste estudo – o campo do turismo – levou-o a privilegiar, aqui, as considerações sobre as relações desse campo com “o patrimônio cultural” e suas manifestações mais visíveis e instrumentalizáveis ao olhar do turista.

Não se pode esquecer de que nenhuma cultura, e muito menos a cultura goiana, mestiça por excelência, se encontra fechada e concluída em si mesma. A todo momento a cultura se encontra em processo de transformação; e todo gesto, toda palavra, toda relação, no âmbito do indivíduo ou do grupo, cria condições novas no interior da cultura, gerando consequências difíceis de mensurar, mas nem por isso menos reais. A própria repetição dos gestos, ritos, atividades implica uma atitude, uma forma específica de enfrentar o tempo. E precisamente essa consideração sobre o tempo conduz à consideração de que o homem vive na cultura, no cotidiano em um determinado momento histórico, o que implica que, se a cultura é, ela também foi e tende a ser.

Não se está aqui posicionando entre aqueles dogmaticamente contrários à mudança e, neste caso às transformações potencializadas pelo turismo rural. Não são aceitáveis, porém, aquelas novas formas de pensar, de agir e de fazer estranhas à coerência operativa da cultura local, que comprometem sua harmonia, seus equilíbrios e sua coerência, e impõem mercantilisticamente elementos que não se relacionam, significativamente, com os outros elementos da cultura local, em que, ademais, os indivíduos subordinados a outras considerações não encontrem satisfação para seus impulsos criativos e emotivos, alienando-se dos processos criativos comuns a todo o grupo.

Talvez seja ela própria vária e multiforme, sem autonomia, pervadida por todo tipo de influências de toda parte, nem sempre contemporâneas, um contraexemplo do mito da “cultura *unity*” dos antropólogos estrutural-funcionalistas. É que na “Terra-Pátria”, prognosticada por Morin & Kern (2003), “a unidade cultural da humanidade”

e a poli-identidade dos indivíduos exigem também a salvaguarda da “diversidade das culturas”, que pode se dar através de

um modo de pensar capaz de religar e solidarizar conhecimentos, técnicas, saberes, valores, mitos, que permita e assegure a alta complexidade do indivíduo e da sociedade humana, e que, não sendo inato, tem necessidade de ser transmitido e ensinado a cada indivíduo em seu período de aprendizagem para poder auto-perpetuar a alta complexidade antropológico-social (Morin & Kern apud MOTTA & CIURANA, 2002, p. 173).

CAPÍTULO II

O RURAL E O TURISMO RURAL

2.1 Do rural ao urbano à perspectiva de continuum

Para contextualizar o espaço rural goiano, onde o objeto de estudo está inserido – *O turismo rural de Goiás* –, é necessário resgatar alguns aspectos relativos à delimitação entre rural e urbano. Não se tem a pretensão de fazer uma incursão teórica acerca da história do campo e da cidade, mas apenas mostrar que à medida que as cidades foram-se constituindo, em tempos e lugares diferentes, cidade e campo foram-se contrapondo. Além disso, pretende-se mostrar também que a continuidade entre campo e cidade além de ser recente (século XX), é ainda um processo em construção, pois há um esforço para deslocar-se da visão antropocêntrica, predominante, para uma outra concepção ecocêntrica²⁴ (MORIN & KERN, 2003). Na visão ecocêntrica, ao contrário da antropocêntrica – o homem como centro do universo –, a natureza e não o homem se constitui um ser matricial, fonte

24 No ecocentrismo o homem já não se sente “dono” da natureza, mas parte integrante dela. Oxalá essa visão o leve na direção da autoconsciência ambiental.

de vida e em estreita integração com todos os seres vivos compostos pelos homens, vegetais e animais (MORIN & KERN, 2003).

Se nos reportarmos à Idade Média, a discussão a respeito da distinção entre campo e cidade se tornaria irrelevante. À época as cidades já existiam; entretanto, uma parcela pouco significativa da população residia nelas. As pessoas produziam para subsistência de sua comunidade feudal, levando uma vida que poderíamos classificar de “rural”. Naquela época, as cidades eram apenas pontos onde se realizavam trocas de mercadorias assemelhando-se a centros comerciais e administrativos. Limena (2001, p. 35) diz em sua tese de doutorado que na cidade medieval a integração social era mais totalizadora: o artesão, o camponês, o habitante, o homem tinha o sentido de unidade em que não havia dissociação na dimensão do trabalho, da vida e da linguagem. Esses valores foram dissolvidos com o advento da modernidade.

No Renascimento, quando se nega o mundo medieval na Europa (século XIV), cidade e campo começam a se distanciar por oposição. Nesse momento o homem toma a natureza como um universo mecânico e a destitui de seu lugar “sagrado” e assume a posição de seu dono.²⁵ Com o apogeu das cidades, impulsionado pela industrialização via ideais de progresso e racionalismo do Iluminismo,²⁶ aí então há a cisão entre campo e cidade. Quando essa cisão se estabelece, o homem já se sente proprietário da natureza e emancipa-se dela.

25 “a expressão dominar a natureza só tem sentido a partir da promessa de que o homem é não-natureza [...] Mas se o homem é também natureza, como falar em dominar a natureza?” (GONÇALVES, 2002, p. 26).

26 Nesse período, a civilização industrial cristaliza a ideia de natureza objetiva e exterior ao homem e, com a separação das ciências do homem das ciências da natureza, cria-se um abismo entre ambas. “A Revolução Industrial, muito mais que uma profunda revolução técnica, foi o coroamento de um processo civilizatório que almejava dominar a natureza e para tanto submeteu e sufocou os que a ela se opunham” (Idem, p. 42).

Nesse momento o homem passa a não se considerar um ser natural e, portanto, tem “início a separação e, posteriormente, a oposição entre Natureza²⁷ e Cultura. A cultura passa a significar as obras humanas, as relações humanas” (CHAUÍ, 1997, p. 293). A natureza passa a ser um objeto cultural e entra em cena a cultura cultivada. Morin & Kern (2003, p. 54), sintetizam nesses termos:

os modernos fizeram do homem um ser quase sobrenatural que progressivamente assume o lugar vazio de Deus, uma vez que Bacon, Descartes, Buffon, Marx lhe dão por missão [...] dominar a natureza e reinar sobre o universo. Mas, a partir de Rousseau, o romantismo irá ligar umbilicalmente o ser humano à Natureza-Mãe. Neste sentido, do lado dos escritores e poetas, efetua-se a modernização da Terra. Do lado dos técnicos e cientistas, ao contrário, efetua-se a coisificação da Terra, constituída de objetos a serem manipulados sem piedade.

O crescimento das cidades fez que surgissem movimentos artísticos e intelectuais que lamentaram e reivindicaram a perda do estilo de vida do campo, tanto na Europa como no Brasil, embora em diferentes momentos e formas. Então, pode-se dizer que o interesse dos indivíduos pelo campo não é tão recente e tampouco privilégio do homem atual. Hoje a busca do meio rural – bucólico, silencioso, longe da agitação das cidades – através do turismo mostra que imagens do passado conservam-se presentes na memória coletiva, embora de forma recriada. Por exemplo, quando surge no Arcadismo europeu em contraposição ao Barroco, o sentimento nostálgico de campo tenta mostrar que há um outro estilo de vida que não o modo de vida citadino e cortesão. Antonio Candido (1962, p. 62-63) quando ao identificar no bucolismo um movimento compensatório ao violento esforço de urbanização do homem no período barroco, afirma que:

27 É bom ressaltar que cada povo/cultura constrói o seu conceito de natureza e, como afirma Gonçalves (2002, p. 23), “Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Neste sentido o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através dos quais os homens erguem suas relações, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”.

A poesia pastoral, como tema, talvez esteja vinculada ao desenvolvimento da cultura urbana. Que, opondo as linhas artificiais da cidade à paisagem natural, transforma o campo num bem perdido, que encarna facilmente os sentimentos de frustração. Os desajustamentos da convivência social se explicam pela perda da vida anterior e o campo surge como cenário de uma perdida euforia. A sua evocação equilibra idealmente a angústia de viver, associada à vida presente, dando acesso aos mitos retrospectivos da idade de ouro. Em pleno prestígio da existência citadina, os homens sonham com ele à maneira de uma felicidade passada, forjando a convenção da naturalidade como forma ideal de relação humana.

Em *O Campo e a Cidade*, Raymond Williams (1989, p. 46) mostra que, à medida que campo e cidade se separaram, algumas ideias são associadas a ambos. O autor mostra que ao campo foram associados sentimentos de beleza, tradição, atraso, rotina e ignorância e à cidade ideias de centro de realizações, de saber, de civilização, de luz, de instrução, de barulho e de agitação.

Em períodos de ideias determinantes e hegemônicas, há sempre movimentos que surgem na contramão, ou seja, abrem-se “brechas” nos espíritos que neste caso podem ser vistas nas sensibilidades de poetas e escritores que chamavam a atenção para a centralidade exclusiva do homem e a exclusão da natureza, como se o homem não fosse um “ser totalmente biológico e cultural, 100% cultura, 100% natureza...” (CARVALHO, 2003, p. 87). O que se viu no movimento romântico foi a rejeição às imagens hegemônicas de natureza e a sua domesticação através do enaltecimento dos lugares naturais em contraposição à natureza cultivada. Na Inglaterra, por exemplo, se divinizou a natureza em oposição ao crescimento e à industrialização das cidades (MORIN, 2000). Inclusive, notou-se a predisposição ao desenvolvimento do turismo de paisagem, quando os moradores das cidades industriais começaram a passar temporadas no campo, fora das cidades industriais, para contemplar a natureza (URRY, 2001, p. 39).

O romantismo brasileiro não foi diferente do europeu nesse aspecto, apesar de ter chegado muito mais tarde. É possível ver em Gonçalves Dias, um dos expoentes desse movimento, a eleição da natureza como *locus* da experiência humana e fuga da cidade. Em seu poema “Minha Musa”, o poeta retrata a busca pela natureza, dizendo:

Ela ama a solidão, ama o silêncio,
Ama o prado florido, a selva umbrosa.
E da rola o carpir.
Ela ama a viração da tarde amena,
O sussurro das águas, os acentos
De profundo sentir.

(GONÇALVES DIAS, 1846).

Os ideais de progresso e racionalidade do Iluminismo – constitutivos da base ideológica da separação entre campo e cidade – quando chegam ao Brasil, em fins do século XIX, vêm desacompanhados da industrialização, o que favorece, inicialmente, um estilo de vida citadino, por volta de 1820, e não a urbanização propriamente dita. Só muito depois, com a industrialização, por volta de 1940, a urbanização acontece em alguns estados da federação de forma mais efetiva. A urbanização ocorre em momentos diferentes nas regiões do País pela fragilidade e dispersão da sua base industrial (QUEIROZ, 1976).

Até as primeiras décadas do século XX, a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. A partir de 1940, há inversão da distribuição da população rural para urbana em algumas regiões do Brasil, esvaziando-se o campo e crescendo as cidades. Em Goiás, a urbanização começa a se esboçar em termos de ideais com a integração do estado à nação brasileira e à “civilização”, com a construção de Goiânia, em 1932, que se constituiu em símbolo do progresso advindo dos ideais da modernidade. Nesse momento o estado ainda era

eminentemente rural, vindo a transformar-se em urbano a partir de 1960, do ponto de vista demográfico. Na atualidade, veem-se, em Goiás, transformações nos aspectos demográfico, econômico e cultural que se refletem no mundo rural. Começa a emergir no estado uma nova ruralidade,²⁸ que não é exclusividade de Goiás, mas se trata de um processo recente, em construção em todo o País.

De acordo com Graziano da Silva & Del Grossi (2006) o “novo rural” que está sendo gestado no Brasil, com o fim do fosso cavado entre cidade e campo, se faz sentir com a entrada de atividades que ultrapassam a agricultura e a pecuária como atividades tradicionais do espaço rural. Há nesse novo mundo rural não só alterações nos processos produtivos – técnicos e relações de produção –, mas também a disseminação espacial dos serviços, através da presença efetiva do Estado e da diminuição das distâncias com relação ao urbano; as estradas diminuem as distâncias físico-espaciais, e os meios e as tecnologias eletrônicas encurtam as defasagens de tempo.

A compreensão deste “novo rural” requer uma outra leitura acerca da relação entre campo e cidade, pois se sai da perspectiva dicotômica e parte-se para a visão de um *continuum*²⁹ rural-urbano. Essa visão coloca em conexão campo e cidade, e permite compreender o rural e o urbano em suas especificidades e singularidades, embora haja a necessidade de cuidar-se para não se reforçar a dicotomia – urbano moderno *versus* rural atrasado. Pelo contrário, essa abordagem salienta a

28 O *part-time farmer* é para Graziano da Silva (1997; 2002) o resultado das transformações do mundo rural dos países desenvolvidos. É uma combinação de atividades agropecuárias com atividades não agrícolas – turismo, lazer, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços. Essas atividades combinadas recebem o nome de pluriatividade (Projeto Rurbano, www.ecounicamp.br).

29 Assinala-se que o *continuum* rural-urbano não é um processo acabado, mas sim em andamento.

possibilidade de entendê-los sem homogeneizar e sem separar, de ver o rural e o urbano como parte de uma mesma totalidade (ROSA & FERREIRA, 2006).

O caráter inovador desta abordagem consiste, sem dúvida, no fato de indicar a alteração no uso da forma tradicional do espaço rural pela agricultura e do urbano pelas indústrias. Não se trata de conceber a relação entre ambos de forma a centralizar tudo no urbano como em Lefebvre (1999) que aponta para o fim do rural, ou seja, a “vitória” da cidade – a urbanização completa. Também a visão de *continuum* não é uma visão do rural e do urbano como dois “vasos comunicantes”. Helena Sarraceno, citada por Baudel Wanderley (2007, p. 24), explicita isto quando mostra que o rural e o urbano não são “vasos comunicantes, em que, quase por definição, um só – o urbano se ‘enchia’, enquanto o outro – o rural – só podia, consequentemente, esvaziar-se”. A visão de *continuum* supõe que a expansão urbana leva para as áreas rurais várias características consideradas, pelas definições clássicas, como exclusivamente urbanas. Diante disso, o urbano deixa de ser o *locus* praticamente exclusivo da indústria, do comércio e dos serviços. Enfim, é nesse “novo” rural em processo de redefinição que convivem ideias e imagens herdadas, criadas e recriadas. Então, o retorno ao campo no *continuum* – em processo de constituição –, para fugir da agitação das cidades, parece dar-se como aproximação da “mãe-natureza” e, também, de busca por uma sociabilidade perdida. Mas parece que o retorno acaba sendo uma volta imaginada, pois o indivíduo, já com a consciência de uma vida urbana, não pode abrir mão dos elementos da cidade. É uma tentativa imperfeita de retorno a um campo transformado que parece estar presente no “novo” rural. Diante do exposto, vale ressaltar as palavras de Ribeiro, citado por Cristovão (2002, p. 84) que diz:

as novas procuras marcadas por iniludíveis sentimentos de nostalgia, por um certo sentido 'retro', veiculando pretensões e anseios mais ou menos conscientes, mais ou menos objetivos, de retorno e de recuperação do que se perdeu ou apenas se suspeita ter perdido ou estar em vias de perder, na cidade e nos modos de vida urbanos.

No rural *continuum*, além de procurar fugir da cidade, o turista também não deseja encontrar *não lugares*, na acepção de Marc Augé (1994). E, neste sentido, o desafio do turismo é ser capaz de desenvolver-se e, ao mesmo tempo, conservar as singularidades locais, com a consciência de que elas coabitam com outras culturas, se intercomunicam, são influenciadas e influenciam (MORIN, 1984).

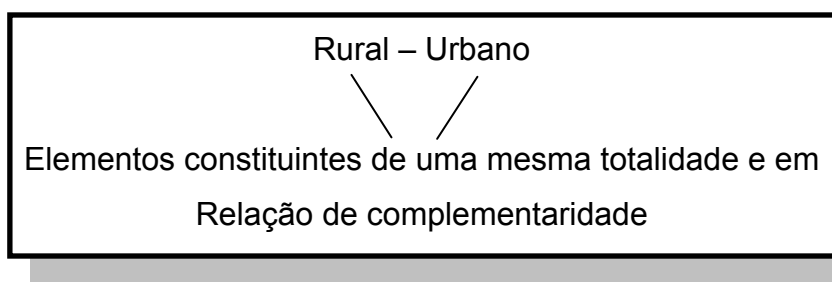
2.2 O rural do turismo rural de Goiás

As formas com as quais, em geral, se reporta ao rural e ao urbano são representações que, de modo algum, podem reforçar uma visão dicotomizada entre ambos; apesar de tal dicotomia estar presente na distinção oficial – territorial/demográfica – que se faz entre rural e urbano no Brasil. Embora a distinção, em termos demográficos, aponte para uma visão dicotomizada do campo e da cidade na atualidade, ambos precisam ser vistos de uma perspectiva complexa. Há diferentes *habitus*³⁰ de vida no campo e na cidade, que servem mais para mostrar as singularidades e complementaridade na visão da complexidade.³¹

30 Bourdieu (citado por FEATHERSTON, 1995, p. 128) usa o conceito de *habitus* “para designar as disposições inconscientes, esquemas classificatórios, preferências implícitas e evidentes para a noção que o indivíduo tem, a adequação e validade de seu próprio gosto por certas práticas e bens culturais – arte, comida, divertimentos, *hobbies* etc.”

31 Edgard Assis Carvalho (2003, p 97) em *Enigmas da Cultura* diz que “Muitas vezes foi reiterada a etimologia latina da palavra complexo, complexidade, complexus. Literalmente traduzida, identifica-se como tudo aquilo que se tece em conjunto, que reassocia-se o que está associado, comunica o que está incomunicável, religa o que está separado. A complexidade não deve ser identificada a um niilismo imobilizador, nem a uma irracionalidade que joga a razão na lata de lixo da história e, muito menos, a um discutível sentimento de pós-moderno, voltado para o instantâneo, o imediato e o efêmero”.

Nesse sentido algumas considerações acerca do campo e da cidade com base na divisão oficial – de caráter político-tributário – e na abordagem de *continuum* ajudarão a compreender as transformações pelas quais o rural goiano vem passando. A delimitação territorial de caráter oficial do IBGE e a visão de *continuum*, de José Graziano da Silva (2002) colaboraram para o entendimento do turismo no espaço rural goiano na atualidade.

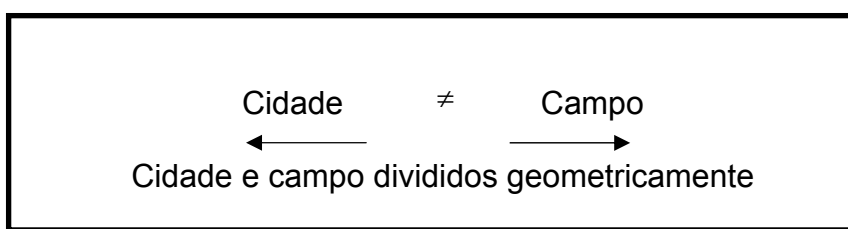


2.2.1 A visão dicotômica

Uma das distinções que se pode fazer entre rural e urbano é de caráter oficial. Diz respeito à ocupação do território e foi instituída por força do Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938, que diz que todo município deve ter um perímetro urbano e uma zona rural (BERNARDELLI, 2006). Nesse sentido, para ser urbano, basta estar no interior de algum dos perímetros traçados pelas câmaras de vereadores, embora esses conceitos tenham sofrido algumas alterações em 2002, tendo em vista aproximar as categorias com o que de fato acontece. Essas alterações resultaram no que o IBGE definiu como urbano e rural. Segundo Veiga citado por Bernardelli (2006, p. 37) o IBGE definiu três categorias de áreas urbanas: as urbanizadas, as não urbanizadas e as urbanas; e quatro tipos de aglomerados rurais: extensão urbana, povoado, núcleo e outras. Essas categorias reforçam a consideração de que

todo município, necessariamente, é espaço urbano, não importa sua função, dimensão ou situação.

Do ponto de vista da ocupação do território, Goiás é um estado mais urbano do que rural. Em 2000, de um total de 5.003.228 habitantes, 4.396.645 são urbanos e 606.583, rurais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que 87,88% da população do estado de Goiás está nas cidades (GOIÁS, 2007b). Mais de um terço dessa população vive em cerca de 240 municípios, cujas atividades produtivas são essencialmente agrícolas, embora desenvolvam atividades não agrícolas – secundárias e terciárias. Só a Capital, Goiânia, possui um total de 1.093.007 habitantes, perfazendo um total de 1.085.806 habitantes urbanos e 7.201 habitantes rurais (GOIÁS, 2007a).



De acordo com a concepção territorializada de espaço, até 1960 o estado de Goiás, se manteve majoritariamente rural. Em 1970, em decorrência das migrações de outros estados, Goiás passa a ser predominantemente urbano. O crescimento da população urbana continua com a adoção de formas mecanizadas na agricultura, no início de 1980. Nesse momento, Goiás começa a mecanizar a agricultura, mas não industrializa as cidades, como acontecia em outras regiões do Brasil, a exemplo de São Paulo.

A tabela 2, a seguir, apresenta uma ideia do quadro evolutivo da população urbana e rural do estado de Goiás entre 1950 e 2000. A mecanização do campo em

Goiás provoca êxodo rural e apropriação fundiária. Isso provoca diferenças no crescimento e desenvolvimento entre suas regiões que perduram até hoje. De acordo com Soto (2002, p. 108), nesse período:

As cidades se tornaram objeto de investimentos de capital, passando o mundo rural a um segundo plano. [...] O crescimento das cidades e, portanto, da população urbana, provocou o deslocamento da “ideologia rural” tradicional e a emergência da nova ideologia do capitalismo industrial. Esta “ideologia urbana” tinha como objetivo transformar o caipira “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente” em cidadão urbano.

Tabela 2 – População recenseada em Goiás: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Discrição	População					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Urbana	245.667	337.325	1.237.108	2.108.040	3.247.678	4.396.660
Rural	969.254	1.337.964	1.701.569	1.012.669	771.227	606.583
Total	1.214.921	1.913.677	2.938.677	3.120.718	4.018.903	5.003.228

Fonte: BRASIL, 2005

Já existem preocupações quanto à alteração da delimitação censitária – territorial – brasileira pelo seu caráter político-tributário. José Eli da Veiga (ENTREVISTA..., 2003, p. 5) define assim essa visão territorializada:

São idéias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados, já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos há uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano [...] Mais do que uma tipologia de municípios. o Brasil precisa de bons critérios para classificar suas microrregiões em diferentes graus de urbanização. Muitas das microrregiões brasileiras são inteira ou significativamente rurais, ao contrário do que faz crer a dicotomia que continua a ser usada nos censos demográficos.

Apesar de a distinção legal pressupor um conceito de homogeneidade dos territórios, as regiões brasileiras, em sua complexidade, são desiguais. Há diferenças de desenvolvimento econômico e social entre as microrregiões de Goiás. A Região Nordeste é considerada o “corredor da miséria”, e a Região Sudoeste é

produtora e exportadora agrícola, proprietária de vasta tecnologia e receptora de investimentos. Campanhola & Graziano da Silva ([200-]b) demonstram que:

nas áreas rurais mais pobres do País os municípios também são pobres e dispõem de menores capacidades institucionais, inclusive para possibilitar o seu acesso aos programas e planos das esferas administrativas públicas, assim como para atrair recursos e investimentos privados. Cai-se assim, num círculo vicioso de pobreza que exige políticas direcionadas especificamente para esses municípios.

As diferenças de investimentos comentadas por esses autores aparecem também nas abordagens de Harvey (2004) e Castells (1999), que as explicam na perspectiva da unificação do capital. Para eles, o capital tende a ir para localidades em que os recursos naturais sejam abundantes, o custo com infraestrutura seja menor ou já esteja avançada a oferta de mão de obra. Mesmo porque essas diferenças estão no cerne da concepção desenvolvimentista do campo brasileiro. como José Eli da Veiga (2000, p. 87) diz, o Brasil adotou um

padrão de desenvolvimento agrícola e rural caracterizado pela expulsão prematura do trabalho. A partir de 1960, as políticas governamentais promoveram uma caríssima modernização de grandes fazendas com crédito subsidiado. Foi uma modernização que condenou um grande número de agricultores à decadência, favelizou as periferias urbanas e fez triplicar o número de pobres rurais, a destruição ambiental.

As políticas públicas para o rural fixam prioridades. É o que se verifica a partir de 1950, quando começou a ocupação desordenada do Cerrado, com projetos de reflorestamento e com a progressiva produção de grãos. Então, crescer e desenvolver não significam a mesma coisa, na interessante explicação de Celso Furtado, citado por Veiga (2005, p. 81):

o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundamentando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Diante da dificuldade em delimitar precisamente o que seja rural e urbano, verifica-se a tendência em abordar o rural como espaço físico diferenciado, resultante da ocupação do território, dos recursos naturais, da conservação e do uso social das paisagens³² naturais e construídas e da relação campo–cidade e, comumente, esquecendo-se da dimensão antropológica do espaço que, precisamente, não pode ser “relegada a um segundo plano, como se os seres humanos habitassem, somente, num espaço físico ou geométrico e não afetivo, estético, social, histórico, em síntese, espaço de significação em geral.” Como aborda Pierre Lévy, citado por Limena (2001, p. 37).

2.2.2 A visão de *continuum*

O rural goiano hoje convive, embora em escalas diferentes de crescimento e desenvolvimento, com arranjos produtivos diversos – agroindústrias, agronegócio, atividades não agrícolas (turismo e lazer, serviços, atividades ligadas à preservação do meio ambiente e chácaras de recreio).

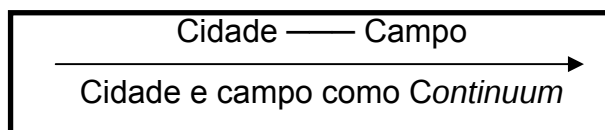
Na pecuária e na agricultura, o estado destaca-se no agronegócio e é o maior produtor de tomate e sorgo, o segundo maior produtor de leite e o quarto maior produtor de carne bovina do País (PRADO, 2006). O setor alimentício é o que mais se destaca na indústria goiana, por utilizar-se da oferta de matéria-prima advinda da atividade agropecuária. No segmento industrial, o estado é o terceiro polo farmacêutico nacional, em número de empregados, concentrados em Goiânia e na cidade de Anápolis. A indústria extrativa concentra-se na área da mineração. Goiás

32 Moraes & Borba (2003, p. 124) dizem que “cada paisagem tem suas características, que não só estão descritas nos livros, mas na memória cultural do homem e, também, estão estampadas nas formas concretas construídas ao longo do tempo. Muitas destas formas ainda existem e persistem no tempo com nova atribuição de uso. O legado deixado das gerações passadas conta a história da humanidade e permite, às novas gerações, a melhor compreensão da existência humana”.

ocupa o primeiro lugar na produção nacional de níquel, amianto e vermiculita; é o segundo produtor de nióbio, fosfato e cobre e ocupa o terceiro lugar no *ranking* nacional de ouro (PRADO, 2006).

O estado de Goiás dispõe de um parque industrial de razoável porte, uma agropecuária já de caráter intensivo, forte atividade mineral e atividades turísticas no campo e na cidade. São atividades que, segundo dados de Prado (2006, p. 101), asseguram ao estado 2,5% do PIB nacional. De acordo com pesquisa da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/TEM, 2005 citado por PRADO, 2006) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no estado de Goiás “a indústria emprega 16% do total de trabalhadores formais. Os serviços ficam com a maior fatia, empregando 55% dos empregados formais; o comércio com 18%, a agropecuária com 7% e a construção civil com 4%” (PRADO, 2006, p. 100).

Ancorando-se na visão de *continuum* de Graziano da Silva (1997), percebe-se que há, em Goiás, como em outros estados brasileiros, cada vez mais coexistência do caráter urbano com o rural, do ponto de vista espacial – não englobando toda a dimensão antropológica do espaço como já se disse anteriormente – e das atividades produtivas. Ocorre, assim, um processo de redefinição do rural, que começa a valorizar afazeres antes sem prestígio no campo, como o turismo. Isso pode favorecer a integração desse segmento às políticas de desenvolvimento voltadas para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, bem como a promoção do desenvolvimento local. Apesar disso, essas realizações trazem questionamentos que “pressionam novos modos de regulação por parte do Estado, que incluem as políticas ambientais de planejamento do uso do solo e da água, de bem estar social, de desenvolvimento rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 48).



De acordo com dados do Projeto Rurbano³³ existe tendência da redução do número de

peessoas ocupadas na agricultura, no período de 1992-97. Por outro lado, neste mesmo período observou-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 1997, do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, cerca de 4 milhões estavam atuando em atividades não-agrícolas. Essa proporção aproximadamente se repete para as grandes regiões geográficas. Ainda é restrito o número de ocupações não-agrícolas se comparada com o total da população do País, embora as pesquisas do Projeto Rurbano apontem para o crescimento da renda da população naquilo que o IBGE define como área rural, vem, cada vez mais, de fontes não-agrícolas (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, [200]a, p. 1).

Essas “novas”³⁴ atividades no campo surgem no Brasil, segundo Graziano da Silva (2002, p. 15), com uma série de objetivos. Dentre eles, a geração de emprego e renda não agrícola, que pode ajudar a melhorar a qualidade de vida e, posteriormente, melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁵ no campo, especialmente se as atividades estiverem ligadas à produção familiar de pequenos agricultores, tendo em vista que a atividade agrícola no Brasil sempre foi tradicionalmente de caráter patronal e não familiar. Graziano da Silva (2002, p. 1) é bastante enfático quando diz:

a diferença entre rural e urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano,

33 Projeto Rurbano é um projeto da Faculdade de Economia da Unicamp, dirigido pelo professor e pesquisador José Graziano da Silva.

34 As novas atividades agrícolas começaram a se desenvolver no Brasil a partir dos anos 1980. Essa nova conformação do meio rural foi denominada “novo rural”, que se compõe de três grupos de atividades: “a) uma agropecuária baseada em *commodities* e intimamente ligada à agroindústria; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços, como um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 107-108).

35 O IDH é um programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem ser mais identificadas apenas como atividade industrial; nem os campos como a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Entre Goiânia e os municípios vizinhos crescem as atividades de turismo rural, ecoturismo e agroturismo – que serão tratadas conceitualmente no próximo item. Nesses municípios, surgem os hotéis-fazenda, os pesque-pague, as chácaras de lazer para locação eventual ou destinadas a segunda residência. Há distinção entre hotel-fazenda e fazenda-hotel³⁶ no contexto do turismo rural. O primeiro consiste em empreendimento no espaço rural, com características extremamente urbanas, como piscinas, saunas e outros equipamentos, e o segundo está voltado para uma clientela urbana cada vez mais carente de contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma conciliação com a natureza (GRAZIANO DA SILVA, VILARINHO & DALE, 2000).

O crescimento das atividades de turismo, lazer e segunda residência nesses espaços intermediários são decorrentes de vários fatores, dentre eles, o processo de urbanização de Goiânia e a procura por atividades que gerem maior renda do que a agropecuária. Apesar de em seu conjunto a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), composta por onze municípios, não ter significativa produção agrícola, alguns municípios se destacam, como Nerópolis, na produção de alho, Hidrolândia, tomate e jabuticaba. O município de Trindade possui o maior rebanho bovino, e Goiânia, Nerópolis e Hidrolândia se destacam na avicultura.

36 “O hotel-fazenda é similar a qualquer outro hotel, mas situa-se no meio rural. Já na fazenda-hotel, a propriedade continua com suas atividades produtivas, e os hóspedes podem assistir ou participar do cotidiano da produção” (CALVENTE, 2001, p. 35).



Figura 17 – Casa no Condomínio Segunda Residência,
no Município de Santo Antônio de Goiás (GO)

Fonte: Maria Cristina Cento Fanti (Acervo Particular)

Nas áreas de grande expansão urbana, próximas ou dentro da Capital, há tendência em determinados municípios de o urbano invadir o rural, definindo-se novos espaços intermediários. Esses espaços preenchem-se com um conjunto de atividades que podem estar ou não comprometidas com a produção agropecuária. Essas atividades podem agregar valor a produtos e serviços, propiciar o resgate do patrimônio cultural³⁷ e natural da comunidade local através da hospedagem; da alimentação típica; da visita a fazendas que oferecem recreação, entretenimento e atividades pedagógicas. Os municípios de Hidrolândia e Bela Vista, próximos a Goiânia, cultivam a jabuticaba – fruto típico da região. As pessoas costumam excursionar pelas fazendas à época da fruta. Outras atividades despontam, como a piscicultura, a fruticultura, o cultivo de produtos orgânicos etc., que colaboram para dar outra feição ao estado, que não a tradicional – agricultura e pecuária. Esses

³⁷ A constituição Federal (BRASIL, 1988) define patrimônio cultural brasileiro no Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II: Da Cultura, Art. 216: “...os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

espaços e suas funções intermediárias constituem, segundo alguns autores, espaços periurbanos. Nas palavras de Silveira (2003, p. 136-137) periurbanas:

são atividades que estão se expandindo pelas periferias urbanas, colaborando para transformar o espaço rural em um espaço cada vez mais multifuncional e com um papel crescente na vida urbana. Assim, quanto mais complexa torna-se a configuração/organização do território, mais forte é a conexão urbano-rural e mais diversificadas são as funções atribuídas ao espaço rural: lugar de ócio e lazer, zona de proteção do meio ambiente, área de depósito de resíduos urbanos e industriais, suporte físico para implantação de redes de infra-estruturas que conectam núcleos urbanos, local de novas atividades produtivas etc.

Espana, citada por Ana Rute do Vale (2003, p. 415), diz serem os limites entre rural e urbano cada vez menos rígidos, pois as características entre essas duas áreas se mesclam em áreas intermediárias, também denominadas periurbanas, ou seja, em

espacios plurifuncionales donde coexisten características y usos del suelo urbanos como rurales, sometidos a profundas transformaciones económicas, sociales y físicas, y con una dinámica estrechamente vinculada a la presencia próxima de un nucleo urbano de gran entidad.

Em geral, nos espaços periurbanos, há tendência de grande expansão urbana, e isso pode causar problemas. Rodrigues, citada por Calvente (2001, p. 50), enfatiza que um dos problemas das áreas periurbanas diz respeito à ação dos municípios, que, com a finalidade de arrecadar mais, usam o artifício de declarar uma área rural como urbana, para desmembrá-la em lotes menores que os módulos rurais. Transformadas em chácaras e em lotes de lazer, essas áreas rurais possibilitam à prefeitura a arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em vez do Imposto Territorial Rural (ITR). Esse arranjo permite duplo ganho para os municípios: apenas metade do ITR, um tributo federal, retorna para os municípios. O IPTU, um tributo municipal, tem valor bastante superior ao ITR e fica integralmente nos cofres municipais.

Em função da expansão urbana de Goiânia, surgiram condomínios de segunda residência, residenciais fechados e loteamentos, como por exemplo, o Condomínio Residencial Aldeia do Vale, que tem 564 m² de área verde por habitante, constituindo-se na expressão do retorno aos subúrbios e da busca de vida, e, teoricamente, qualidade de vida fora dos centros urbanos. Esse empreendimento lembra, embora de forma longínqua e metamorfoseada, o que ocorreu na Inglaterra já no final do século XIX. Também têm crescido o número de chácaras de segunda residência. Pode-se verificar isso no município de Santo Antônio de Goiás (GO), a 32 quilômetros de Goiânia, onde estão sendo construídos um considerável número desses empreendimentos.

Uma alternativa a essas iniciativas poderia vir de incentivos à produção de pequenos proprietários rurais, que poderiam livrar-se da especulação imobiliária e não precisariam vender suas propriedades, a exemplo dos grandes proprietários, que dividem em “pedaços” suas fazendas para as transformarem em condomínios de segunda residência. O município de Santo Antônio de Goiás, que já pratica o cultivo de folhas e flores ornamentais, poderia obter incentivos para incrementar essa atividade e incluir-se em uma rota turística, como Holambra, em São Paulo. Os ganhos auferidos impediriam ou retardariam a divisão em massa de propriedades rurais para loteamento. Ana Rute do Vale (2003, p. 415) alerta para os riscos de esses espaços periurbanos tornarem-se vazios e improdutivos – uma reserva especulativa esperando valorização.

Como se vê, o estado de Goiás vem adaptando-se a novas atividades produtivas que não as tradicionais. Alguns fatores – posição geográfica, disponibilidade de recursos hídricos, vegetação natural, origem rural e aspectos

culturais – o predispõem à inserção, cada vez mais crescente, de atividades de lazer no campo. Viu-se também que o rural e o urbano, do ponto de vista espacial e das atividades produtivas, caminham para serem vistos não como espaços em polos opostos, apesar de as diretrizes brasileiras estabelecerem um conceito de rural e de espaço rural baseados na noção de território físico. Pode-se perguntar, por hipótese, se as diretrizes para o turismo rural, que comporta novas territorializações, na sua formulação, principalmente nas suas “práticas” contemplam “o movimento de desterritorialização” que Limena (2001, p. 15), descreve como “novos princípios de organização do espaço baseados na ideia de fluxos de materiais, de mercadorias, de capitais, de pessoas, de bens, de informações”.

Além dos aspectos observados, o campo compartilha da complexidade estrutural, funcional e cultural das grandes transformações em curso. “Talvez que o atavismo de origem, (geométrico, geográfico), também aqui reproduza homologamente no plano institucional o *imprinting* dualista [...] que exclui a natureza da cultura, que se expressa no isolamento de processos naturais e culturais, analisados por conselhos específicos do patrimônio e do meio ambiente” (Limena, 2001, p. 219). Percebe-se que as diretrizes oficiais para o turismo rural carregam um atavismo de origem, que foge da dimensão antropológica do espaço.

CAPÍTULO III

A DEFINIÇÃO INSTITUCIONAL DO TURISMO RURAL

3.1 O turismo rural: Uma definição em construção

O surgimento de atividades turísticas em áreas rurais no estado de Goiás, como em outras regiões brasileiras, é um dos indicadores do processo de transformação por que passa o rural. Hoje, são mais de trezentos os estabelecimentos em todo o estado de Goiás, somando-se pesque-pague, restaurantes rurais e hotéis-fazenda. Esse ramo de negócios, segundo dados do Sebrae–Goiás (MASAN, 2006), gera emprego e renda para cerca de três mil pessoas. As atividades de lazer e turismo estão surgindo em um contexto de rural híbrido e multifacetado, haja vista a “perda da importância da agricultura e do trabalho agrícola no mundo [, que] é um fenômeno internacional” (ABRAMOVAY, 2007, p. 6).

Tendo em vista a multiplicidade de empreendimentos e as modalidades diferentes de turismo no espaço rural de Goiás, convém apresentar as definições de turismo rural, a fim de mostrar não só a variedade de definições, mas também de assinalar o significado dessa variedade no contexto atual de rural. Em visita a

agentes públicos e a estabelecimentos rurais,³⁸ vimos o uso de uma diversidade de terminologias para expressar essas novas atividades, nem sempre com a preocupação de entendê-las e inseri-las no contexto das especificidades do rural goiano, mas sim por talvez serem mercadologicamente mais aceitáveis. Isto aponta para o fato de o rural e, em decorrência, o turismo rural serem processos *In fieri*. A apresentação das definições a partir de algumas pesquisas de autores brasileiros e estrangeiros sugere a influência do processo atual de redefinição do rural sobre o tema turismo rural.

A expressão “turismo em espaço rural” exprime de forma mais abrangente o conjunto de práticas turísticas no ambiente rural, segundo Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2000), Tulik (2003), Portuguez (2002). Essa expressão compreende qualquer modalidade turística que se desenvolva no campo, pois tem por base o elemento comum a todas as formas dessa modalidade de turismo: o espaço rural.

Turismo rural é uma expressão usada quase que como palavra-saco para exprimir qualquer atividade turística em espaço rural. Segundo Tulik (2003) e outros autores, o uso genérico de turismo rural acaba causando confusões terminológicas e de definição. Graziano da Silva & Campanhola (2001) alegam que isso acontece porque as formas turísticas que aparecem no ambiente rural estão situadas em

38 Foram visitados durante os anos de 2006 e 2007 vários órgãos públicos, lugares turísticos rurais etc., com o objetivo de coletar dados para este estudo. Dentre os locais visitados destacam-se a Agência Rural, a Agência Goiana de Turismo, o *Convention Bureau*, o Sebrae, a Agotur- Associação Goiana das Empresas de Turismo Rural, a Junta Comercial do Estado de Goiás, a Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IPHAN, em Goiânia; a Fazenda Santa Branca no município de Teresópolis de Goiás, o Hotel Fazenda Ranchos'30 e o Restaurante rural Banana Menina, no município de Hidrolândia; a Pousada Monjolo, no município de Nerópolis, o Serro Park Hotel, no município de Guapó, o Pesque-Pague Lago-Verde, no município de Bela Vista de Goiás, a Villa Cerrado: Ecoparque, em Roselândia e a Quinta: Pousada Ecológica, em Mossâmedes.

áreas tradicionalmente agrícolas. E essa não é uma tarefa fácil, pois se verifica que as Ciências Sociais têm dificuldade em definir, na atualidade, o que vem a ser “rural”.

Grande parte das definições para o turismo rural no Brasil diz respeito às especificidades da vida rural, com ênfase em aspectos relacionados à localização das modalidades turísticas, ao modo de vida, à cultura e à economia. Tulik (2003, p. 43) chega a afirmar que,

vários autores não concordam com a aplicação genérica da expressão turismo rural a qualquer tipo de turismo. Para muitos especialistas, turismo rural, no estrito senso, deve estar ligado às características próprias do meio rural, excluindo-se desse rótulo outras formas que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural; deve estar ligado à paisagem rural, ao estilo de vida e à cultura rural.

Alinham-se com as palavras de Tulik autores como Cals, Capellà e Vaqué, citados por Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2000, p. 16). Eles designam por turismo rural “aquelas atividades que, em maior medida, identificam-se com as especificidades da vida rural, seu *habitat*, sua economia e sua cultura”.

Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, citados por Calvente (2001, p. 35), especificam os conceitos de turismo em espaço rural, turismo rural e agroturismo. Para esses autores, o turismo em espaço rural

se refere a qualquer atividade turística que se desenvolve no meio rural, reservando a expressão turismo rural para as atividades que possuem identificação com as atividades do meio rural (principalmente o agroturismo, que se desenvolve no interior da propriedade rural, que está ligado ao seu cotidiano). Assim, o agroturismo está entendido como um tipo de turismo rural, que por sua vez seria abrangido pela expressão turismo em espaço rural, já que no meio rural ocorrem atividades turísticas que poderiam ocorrer em qualquer localidade, como algumas competições, práticas esportivas, festas, turismo de saúde, turismo de negócios e eventos.

Graziano da Silva, Vilarinho & Dale (2000) denominam turismo rural as atividades de fazenda-hotel, pesqueiros, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas de artesanato e vendas diretas do produtor, por estarem ligadas ao modo de vida do homem no campo. Como exemplo, podem ser citadas a Villa Cerrado: Ecoparque, em Roselândia, e a Quinta: Pousada Ecológica, no município de Mossâmedes (GO). Situada a 28 quilômetros da Goiânia, a Vila Cerrado iniciou o turismo rural com a atividade de pesque-pague, destinada somente ao excursionismo. Além do pesque-pague, oferece restaurante com comidas típicas, trilhas pedagógicas e área de lazer com piscinas, campo de futebol, quadra de vôlei e área de churrasco para quem passa o dia pescando ou mesmo realizando eventos. A Quinta Pousada Ecológica, localizada no município de Mossâmedes, vizinho à Cidade de Goiás (GO), a 135 quilômetros de Goiânia e a 340 de Brasília, é uma fazenda com antiga sede, cujas atividades rurais costumeiras podem ser acompanhadas pelo visitante. A fazenda conta com dez chalés, piscinas, sala de jogos, córrego com prainha, pesca natural e trilhas que levam ao topo da Serra Dourada, que podem ser percorridas a pé ou a cavalo.



Figura 18 - Quinta Pousada Ecológica, em Mossâmedes (GO)
Fonte: Fazenda..., 2007

O excursionismo, na concepção de Calvente (2001), é uma visita a qualquer lugar turístico, podendo ser considerada a primeira etapa para aqueles produtores que desejam adaptar seus estabelecimentos rurais ao turismo. É o que se pode verificar na cidade de Silvânia (GO), onde técnicos da Agência Rural de Goiás procuraram criar rotas de turismo rural dentro do Projeto da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Graziano da Silva, Vilarinho & Dale (2000, p. 20) afirmam que o agroturismo

pode ser entendido como modalidade de turismo em espaço rural (TER) praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e o excursionista entrem, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais. Tal distinção se faz necessária, uma vez que se pode, por exemplo, praticar o turismo ambiental em espaço rural, ou seja, não especificamente no interior de uma propriedade.

Portuguez (2002) concorda com Graziano da Silva e seus parceiros na definição de turismo rural e agroturismo, e também na distinção entre agroturismo e turismo ecológico, que ele denomina ambiental, caracterizado pela prática externamente ao estabelecimento rural. Para esses autores, o turismo rural está relacionado com os estabelecimentos agropecuários e é praticado paralelamente às suas atividades produtivas tradicionais, enquanto o turismo ambiental, ou ecoturismo, ou turismo verde está relacionado à conservação ambiental e é praticado externamente à propriedade rural.

O ecoturismo está voltado para a contemplação, preservação e educação ambiental. É praticado nas unidades de conservação, externas a propriedades rurais. Porém, a crescente criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) torna problemática a manutenção do conceito de ecoturismo como

modalidade praticada fora dos estabelecimentos rurais. Na cidade de Pirenópolis (GO), a Fazenda Vagafofo – primeira RPPN do estado – dedica-se ao ecoturismo.

Vale ressaltar que, em Goiás, as cidades de Alto Paraíso de Goiás e Pirenópolis se destacam no ecoturismo, por possuírem um número de RPPNs superior à média nacional. Isso aumenta as possibilidades do exercício do ecoturismo dentro das fazendas. Segundo Rodrigues (2003, p. 67), no município de Alto Paraíso de Goiás existem cinco RPPNs localizadas nas fazendas Campo Alegre, Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais, Cara Preta, Branca Terra dos Anões e Mata Funda. Também nesse município e em Cavalcante, localizados ao Norte do Cerrado goiano, encontra-se o mais antigo patrimônio geológico da América do Sul: a Chapada dos Veadeiros. Por suas características geomorfológicas, essa chapada proporciona a condição de ostentar a denominação de “paraíso da adrenalina”, pelas cachoeiras, trilhas e pelo relevo montanhoso, que abriga muito bem tanto o ecoturismo de natureza contemplativa, ou de interpretação do ambiente, ou de preservação, quanto o turismo de aventura, marcado pela prática de esportes, com várias modalidades: rapel, tirolesa, *boia-cross*, *trekking*, *mountainbike*, canoagem, *canyoning*, exploração de cavernas, *rafting*, *cross country*, parapente, escalada e outros.

Na prática, os proprietários rurais e os agentes oficiais usam indiscriminadamente, em diferentes contextos, a expressão turismo rural para as atividades de turismo efetivadas no ambiente rural. Muitas vezes, o turismo rural não está, de fato, relacionado com a cultura rural, nem o ecoturismo à contemplação, conservação ou educação ambiental. A separação conceitual de ambos por si só já demonstra a segmentação de processos inseparáveis – cultura e natureza.

A oficialização da definição de turismo rural pela Embratur – órgão do Ministério do Turismo é recente, de 1994. Atualizada em 2002 a definição afirma ser o turismo rural um “segmento do turismo que proporciona conhecer, vivenciar e usufruir as práticas sociais, econômicas e culturais próprias do meio rural de cada região de forma sustentável” (TULIK, 2003, p. 75). A definição oficial de ecoturismo também elaborada pela Embratur é de 1985, portanto mais antiga que a de turismo rural. Segundo Aulicino (2002, p. 33), a entidade o define

como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. No turismo ecológico ou ecoturismo o elemento é a natureza como atrativo principal.

Em 1987, foi criada a Comissão Técnica Nacional, constituída pelo Ibama e pela Embratur, para definir as diretrizes para o ecoturismo, com o objetivo de ajudar a estabelecer uma Política Nacional de Ecoturismo e, conseqüentemente, normatizar o setor, fato ainda não ocorrido.

Para sintetizar, as discussões acerca do turismo em ambiente rural no interior deste trabalho consideram *in fieri* as categorias epistemológicas apresentadas. É necessário, portanto, na sua utilização, adequá-las à realidade concreta do estado de Goiás, expressa na variedade de paisagens, culturas, patrimônios, saberes, tradições, e no processo de desenvolvimento do turismo rural. Cada vez mais, torna-se tênue a delimitação entre rural e urbano, contribuindo assim para o aceleração do processo de crescimento do turismo rural em alguns municípios. Isso pode ser problemático para a sustentabilidade e para as características identitárias da região. Sustentabilidade, neste trabalho, é vista sob a ótica da complexidade, em que o ambiente não se constitui somente de recursos naturais,

histórico-arquitetônicos, mas fundamentalmente pelos recursos culturais e humanos presentes no território que o desenvolvimento do turismo rural deve saber coenvolver.

A literatura sobre turismo rural brasileiro evidencia a existência de pontos comuns e de pontos conflitantes entre as categorias. No entanto, existe também uma relação de complementaridade entre elas. Sobretudo quando se reporta a um contexto de rural mais flexível, desvinculado progressivamente da exclusividade do vínculo com a agricultura. Nesse sentido, uma normatização futura de turismo rural deve conseguir exprimir e abrigar de forma mais ampla, em seu conceito, os novos sentidos e as novas funções que o mundo rural vem adquirindo.

Em outros países, a vasta literatura sobre o turismo rural pode contribuir para a superação das dificuldades em conceituar essa e outras modalidades turísticas praticadas em espaço rural, apesar das diferenças conceituais e práticas entre o Brasil, a Europa e os Estados Unidos. É claro que não se está referindo ao mesmo rural. Inclusive, entre as outras culturas, há diferentes abordagens a respeito do turismo rural. As diferentes terminologias indicam a concepção de rural mobilizada em cada um desses países. Tulik, citado por Bovo (2002, p. 209) expressa da seguinte forma: “turismo, turismo campestre, na França; turismo de habitação, em Portugal; turismo de retorno, na Espanha e na Argentina; turismo de estância, na Argentina; turismo de granja, na Europa, nos EUA, na Nova Zelândia, na África do Sul e no Uruguai; turismo naturalista, agroturismo, na Itália”.

Considerações mais minuciosas podem ser encontradas na literatura brasileira disponível sobre turismo. O que interessa aqui são pontos centrais e básicos da distinção entre turismo em espaço rural, turismo rural e agroturismo que

podem, neste momento, corroborar com alguns conceitos e pesquisas elaboradas em outras sociedades. Na França, o Centre National de Ressources de Tourisme et du Patrimoine Rural (Source), associação que recebe apoio governamental, enfatiza a diversidade de conceitos sobre turismo no ambiente rural. Segundo o Centre

Fala-se, segundo a circunstância, de turismo em espaço rural, de turismo, de turismo verde por oposição à designação mar, montanha e cidade, de turismo no campo ou de agroturismo: designando este termo restritivo (dito também agriturismo) as atividades de recepção, de alojamento, de restauração e de lazer em que a sede é um estabelecimento agrícola. Para o Source, o turismo rural designa um turismo local, decidido e dirigido pelas pessoas do lugar, um turismo de proximidade de participação que retira sua força da riqueza da terra e de seus produtos e da convivialidade de seus habitantes (CENTRE..., 2007, p. 1. Traduzimos).³⁹

A posição epistemológica de Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2000) tomada como referência sobre turismo rural é corroborada também pela Euroter, órgão da comissão europeia para o turismo, que adota concepção semelhante, no que se refere às dificuldades de definição de turismo em meio rural ao dizer que

O turismo rural pode ser definido, na economia global do turismo, como a valorização turística dos espaços agrestes, dos recursos naturais, do patrimônio cultural, das edificações rurais, das tradições aldeãs, dos produtos da terra através de produtos de marca, representativos das identidades regionais, respondendo às necessidades dos consumidores em alojamento, restauração, atividades de lazer e de animação e serviços diversos, para fins de desenvolvimento local durável e de satisfação das necessidades de lazer da sociedade moderna, no quadro de uma nova solidariedade social cidade-campo⁴⁰ (CONSEIL, 2006, p. 2. Traduzimos).

39 On parle selon le cas de tourisme rural en milieu rural, de tourisme vert par opposition aux destinations mer, montagne et ville, de tourisme à la campagne ou d'agrotourisme: ce terme restrictif designe les activités d'accueil d'hébergement, de restauration et de loisirs dont le siège est une exploitation agricole (on parle aussi d'agritourisme). Par Source "Le tourisme rural designe un tourisme local, voulu et maîtrisé par les gens du pays, un tourisme de rencontre et de partage puisant ses arguments dans la richesse des terroirs et la convivialité des habitants (CENTRE..., 2007, p. 1).

40 Le tourisme rural peut se définir dans l'économie globale du tourisme comme la valorisation touristique des espaces agrestes, des ressources naturelles, du patrimoine culturel, du bâti rural, des traditions villageoises, des produits du terroir, par des produits labellisés, illustrés des identités régionales, couvrant les besoins des consommateurs en hébergement, restauration, activités des loisirs, animations et services divers, à des fins de développement local durable et de réponse aux besoins de loisirs dans la société moderne, dans une nouvelle solidarité sociale ville-campagne (CONSEIL, 2006, p. 2).

No *Étude sur le tourisme rural au Québec relié au monde agricole* – elaborado para a Union des Producteurs Agricoles du Québec pelo Le Groupe Type (1999) – encontram-se critérios que enriquecem a compreensão das diferenças entre turismo rural e agroturismo propostas pelos autores brasileiros citados. Esse estudo apontou o turismo rural também como subproduto da atividade rural, como reflexo do funcionamento da vida rural e de pequena escala. Deve estar sob o comando de famílias locais, ser viável e contribuir para a preservação da cultura e do meio ambiente.

O estudo também aponta que o turismo rural engloba os seguintes elementos: o modo de vida das pessoas no campo, seu patrimônio cultural – religião, arquitetura, natureza... –, os saberes resultantes das atividades tradicionais – artesanato, gastronomia etc. – e os serviços – alojamento, hospedagem entre outros. Nesse estudo, o agroturismo, uma espécie de turismo rural, foi apontado como uma forma de diversificação de renda para determinados produtores agrícolas e um modo de diversificação turística para certas regiões, além de instrumento de preservação e desenvolvimento do campo. Segundo o estudo, os componentes do agroturismo são o produtor, a transformação e as atividades turísticas. Os produtos são visitas à fazenda – à criação, às plantações –, atividades educativas e recreativas, animações feitas pelos produtores e a venda de produtos certificados do solo e melhor ainda labelizados, ou seja, identificados por marca, para a agregação de valor. Os serviços resultantes são hospedagens, restauração, recepção, recreação, vivência da experiência de vida no campo...

Le Groupe Type (1999) percebeu em sua pesquisa que a diferença básica entre turismo rural e agroturismo está no foco nos produtos e produtores agrícolas

do agroturismo; senão ter-se-ia apenas turismo rural. Alguns outros critérios mínimos, segundo Le Groupe Type (1999), definem o agroturismo: expressão obrigatoriamente em meio rural, fundamentação de seus alicerces em atividades e serviços oferecidos pelos produtores agrícolas, disponibilidade de seus produtos tanto aos excursionistas quanto aos turistas, valorização, na medida do possível, da originalidade do “*terroir*”, do lugar visitado, oferta de suas atividades, produtos e serviços a agentes e/ou organismos representativos do meio rural sob a égide de denominações específicas dessa categoria de turismo. Um produto agroturístico deve ser completo, quer dizer, deve compreender atividades de hospedagem e de restauração. Esses elementos podem, contudo, provir de diferentes fontes de sítios dispersos de uma dada região rural.

Para encerrar este ponto da análise, é oportuno enfatizar que o turismo é uma atividade de lazer que se desdobra em uma grande variedade de modalidades. Em consequência disso, recebe várias denominações e definições, tal como se verifica no turismo em espaço rural. Essa atividade se instala no rural brasileiro na década de 1980, como parte do processo de interação com a agropecuária, à época, já visualizado como uma alternativa de renda. Na atualidade, suas possibilidades se ampliam para a preservação ambiental. Por conseguinte, torna-se necessário compreender que as políticas públicas e regulamentações específicas refletem, como as definições, o caráter processual e *in fieri* do rural brasileiro, e por consequência, do rural goiano. Isso é o que se discutirá a seguir, descrevendo-se a implementação da definição por políticas e programas.

3.2 A implementação da definição por políticas e programas

3.2.1 O turismo e o turismo rural

No Brasil, o ordenamento turístico compete ao Ministério do Turismo (MTur), cujas principais instituições subordinadas são a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur). São atribuições do MTur organizar, diversificar e gerenciar a estrutura e a integração da oferta turística, e um de seus fundamentos é trabalhar o turismo de forma integrada, de tal sorte que as políticas públicas e o processo de planejamento sejam tratados de forma abrangente e em interface com outros ministérios (BRASIL, 2007).

O principal documento orientador das políticas de turismo brasileiro é o *Plano Nacional de Turismo* (PNT), instituído pelo Decreto-Lei n. 448, de 14 de fevereiro de 1992 (BRASIL, 1992). O PNT tem como finalidade estabelecer “normas destinadas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social, com base no que estabelece o Artigo 180 da Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 1992). O Artigo 2º, em seus incisos, diz: “I – a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país; II – a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico” (BRASIL, 1992; Pagel, 2007).

O Artigo 180 da Constituição Federal demonstra a abrangência do turismo e sua interface com outras políticas: a do meio ambiente, instituída pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), e os instrumentos dela decorrentes –

EIA/Rima⁴¹ –, as políticas rurais de gestão Ambiental – Código Florestal, Código das Águas –, a política econômica e a de transporte... Essa interface caracteriza o turismo como uma atividade transversal. O papel das regulações e instrumentos normativos nacionais, regionais e municipais é fundamental no desenvolvimento do turismo, especialmente no que se refere à sustentabilidade socioambiental. Esses instrumentos ajudam a impedir que a atividade turística, em acelerado crescimento na zona rural, não desnature a identidade dos municípios, que, em geral, exigem adequações aos padrões turísticos de acolhimento, recepção etc. O turista citadino procura conforto, mesmo enquadrado no perfil de turista que aprecia a cultura e as tradições originais dos territórios rurais e tem consciência ecológica. Ele prefere uma poltrona confortável a bancos rústicos de madeira de qualidade, que não ofereçam conforto. Os efeitos da adaptação a essas exigências e da interpretação estereotipada das características de ruralidade por parte dos turistas, dos produtores rurais ou de agentes turísticos estranhos à cultura rural podem ser danosos.

Em suma, a sustentabilidade depende de que se leve em conta, nas políticas de turismo, os efeitos multiplicadores da atividade turística sobre o lugar de destino no que diz respeito aos aspectos econômico, social e cultural. Vistas sob esse ângulo, as políticas públicas de turismo, por sua vez, são parte de um processo mais amplo, que, no cotidiano, tende a fundir-se com o próprio processo de planejamento, com a ressalva de que o planejamento é instrumento, e a política pública é o posicionamento da Administração, compartilhado com atores sociais envolvidos na questão. Portanto, o posicionamento planejado pode estar exposto na forma de um

41 Avaliação por meio de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que se consubstancia em um relatório simplificado – Relatório de Impacto Ambiental (Rima) – que deve ser elaborado por equipe multidisciplinar, sob os auspícios do proponente do projeto. Esse relatório deve ter divulgação pública.

produto – plano, programa ou projeto –, fruto de um “conjunto de condições decorrentes de relações entre cultura, mercado e políticas públicas” (SANSOLO & CRUZ, 2007, p. 4) que exprimem uma dada concepção. Limena (2001, p. 188-189) diz que o planejamento deve

conduzir a formas de problematização e esquemas de ação capazes de levar em conta os atores, as racionalidades e os interesses presentes. Uma nova abordagem deve se pautar, portanto, pela importância das interações e retroações que devem presidir a tomada de decisões baseada no consenso e no compromisso (e não apenas no controle e na eficácia).

Na análise do *Plano Nacional de Turismo* percebe-se que ele elege o turismo como elemento importante na geração de emprego e renda e na preservação ambiental. No entanto, há críticas com relação à concentração de ações voltadas para o desenvolvimento de uma atividade multissetorial em um único órgão da administração.

Na Alemanha, por exemplo, o desenvolvimento do turismo não é submetido a nenhum ato geral, nem na escala federal nem na escala estadual, sendo fortemente influenciado por outras políticas setoriais como as políticas de transportes, fiscais, de saúde, trabalho, políticas sociais, de educação entre outras. Todas as políticas setoriais consideram o turismo uma atividade relevante para a Alemanha e neste sentido deflagram ações específicas voltadas para o setor. As políticas de turismo na Alemanha estão em constante comunicação com as outras políticas setoriais que têm qualquer ingerência sobre o bom desenvolvimento da atividade (SANSOLO & CRUZ, 2007, p. 2).

O *Plano Nacional de Turismo* (BRASIL, 2007) elege especialmente o enfoque econômico e identifica o setor de turismo como possível grande gerador de emprego e renda. O plano assume esse posicionamento sem preocupação com distribuição equitativa de recursos para estados e municípios. Ignora a advertência de Harvey (2004) e Castells (1999) no que se refere à territorialização do capital, ou seja, à tendência de maior atração de investimentos pelas localidades que tenham infraestrutura já disponível. Campanhola e Graziano da Silva ([200-]a) também

atentam para essa questão e enfatizam que, nos municípios mais pobres, a ineficiência de infraestrutura impede, inclusive, a possibilidade de acesso a investimentos de programas e projetos do governo federal destinados à captação de recursos. Essa situação cria um círculo vicioso de estabelecimento das condições vigentes. Leonora Guedes, gerente da BrasíliaTur/DF, em palestra sobre a elaboração de projetos técnicos,⁴² mostrou que muitos dos empreendedores turísticos e estudantes de turismo não têm conhecimento sobre a celebração de convênios,⁴³ de parcerias⁴⁴ e contratos para a obtenção de crédito junto a agências financiadoras no nível federal, e que há carência de pessoas especializadas na formatação técnica desses documentos, na área do turismo. As pessoas presentes à palestra não tinham informação de que a solicitação de recursos federais pode se dar por várias vias – MTur, Agetur etc. –, e que os projetos – individuais, associativos ou em parceria – precisam de aprovação prévia dos fóruns regional e municipal de turismo, dentro do modelo de regionalização, ou seja, de descentralização de recursos em vigência.

Campanhola e Graziano da Silva ([200-]b, p. 2) que vêm há muito estudando o rural brasileiro defendem as iniciativas de turismo como propulsoras de desenvolvimento, mas consideram que isso só será possível se elas se constituírem “em vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, que haja controle dos processos de desenvolvimento por atores sociais

42 Palestra sobre elaboração de projetos técnicos para a busca de investimentos em turismo no âmbito federal, proferida em Goiânia (GO), no dia 15 de setembro de 2007, às 13 horas, no Centro de Cultura e Convenções, durante o I Congresso de Turismo do Brasil.

43 Convênios, segundo a palestrante, são instrumentos que disciplinam a liberação de recursos públicos para a realização de projetos de interesse recíproco, entre órgão público de qualquer espécie e as organizações particulares.

44 Parcerias são modalidades novas de instrumento público de formação e gestão das relações entre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e o Estado/Governo, regulamentadas pela Lei Federal n. 9.790, de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999).

e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados” e essas premissas, elas próprias, colaborem para que sejam criadas as condições para a superação das dificuldades levantadas.

A França, por exemplo, encontrou, nos últimos anos, medidas em favor do turismo rural, inscrevendo-o no quadro das políticas interministeriais conduzidas pelo ministério do turismo, notadamente com os ministérios da agricultura, ecologia, do desenvolvimento durável, do “*aménagement*” do território, em parceria com a Conferência Permanente do Turismo Rural, criada em 2001 junto aos ministérios acima mencionados (CENTRE..., 2007). Essa entidade deve ser consultada sobre todas as questões relativas aos aspectos gerais do turismo em espaço rural. A Ela faz todas as propostas que levam ao estabelecimento de uma política nacional do turismo em espaço rural. A política adotada para o turismo rural orientou-se pelos seguintes vetores: valorização e proteção do patrimônio natural e rural, melhoria da hospedagem com medidas fiscais de ajuda, investimento dos grandes operadores de lazer e alojamento com isenções e redução de impostos, desenvolvimento de produtos de qualidade, qualificação do conjunto de parceiros e melhoria da comercialização dos produtos do turismo em espaço rural com centrais informatizadas de reservas (CENTRE..., 2007).

No caso brasileiro, as proposições para o turismo, de modo geral – programas e investimentos –, são do Ministério do Turismo. As proposições de projetos e sistemas de crédito de turismo rural voltados para o pequeno produtor familiar são do Ministério do Desenvolvimento Agrário, embora as diretrizes para o turismo rural sejam elaboradas pelo Ministério do Turismo, como se verá mais adiante. O Ministério do Desenvolvimento Agrário visa aproveitar o potencial do pequeno

produtor da agricultura familiar e associá-lo às atividades de turismo por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).⁴⁵ Sachs (2004, p. 124) informa que segundo dados do Pronaf “a agricultura familiar é hoje responsável por 77% da ocupação no meio rural e responde por 37% da produção agrícola brasileira; cerca de 84% dos 5 milhões de estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares”. Mas enfatiza a necessidade de se compreender que “a racionalidade da economia familiar é diferente da economia de empresa” (SACHS, 2004, p. 127) ao elaborar as políticas públicas para o meio rural. Para esse autor:

o importante é raciocinar em termos de desenvolvimento rural e não meramente agrícola, promovendo a pluriatividade dos membros das famílias de agricultores e incentivando os empregos rurais não agrícolas os mais diversos: nas agroindústrias, no artesanato, nas pequenas indústrias descentralizadas, na prestação de serviços técnicos de manutenção, sociais e pessoais, no transporte, na construção, no desenvolvimento de atividades turísticas, sem esquecer a administração pública” (SACHS, 2004, p. 127).

O Pronaf conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede Traf –, que se constitui em uma rede nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares praticamente em todo o território nacional. Oferece créditos para investimento, capacitação, assistência técnica e extensão rural para pequenos produtores rurais, mas é quase impossível conseguir financiamento, dadas as exigências para a obtenção de crédito. As políticas para o turismo rural – especialmente para os produtores rurais que não têm condições de investir na estrutura de um hotel-fazenda, uma fazenda-hotel, ou um pesque-pague... – em termos de ajuda do Estado brasileiro em investimento econômico são fundamentais para o pequeno produtor rural.

45 São beneficiários do Pronaf assentados da reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta e a jovem mulher rural.

A subvenção ao turismo rural já acontece em muitos países europeus, a exemplo da França, de Portugal e da Espanha, que também gozam de sólido apoio dos fundos setoriais da União Europeia. Vale ressaltar que os investimentos econômicos do Estado francês no turismo em espaço rural se relacionam a medidas fiscais – isenções e redução de impostos –, e benefícios fiscais às residências e aldeias de turismo – várias e com múltiplas finalidades: hospedagem, revitalização rural – e também à ajuda direta do Estado e das coletividades territoriais, com subvenções diversas (CENTRE..., 2007).

O estágio desta análise sobre as políticas para o turismo rural ainda não possibilita discorrer com precisão sobre os termos da ajuda do Estado brasileiro para o turismo rural, mas, de acordo com dados disponíveis relativos a investimentos no turismo de modo geral, o Plano Nacional de Turismo para 2007-2010 investirá R\$ 984 milhões na promoção interna e externa e R\$ 5,63 bilhões em infraestrutura (BRASIL, 2007). Serão privilegiados 65 pontos turísticos brasileiros. Essas somas deverão elevar o faturamento do turismo no Brasil, que, segundo Mendes (2007, p. 26-27), é de 100 bilhões de reais por ano, empregando 2 milhões de pessoas, o que ainda é pouco se se considerar o total da população brasileira. No estado de Goiás, até 2003, foram investidos R\$ 50 milhões em projetos de infraestrutura, qualificação, certificação e promoção do turismo rural. Eram previstos para 2007 mais R\$ 50 milhões no orçamento do MTur (BRASIL, 2007).

No Brasil, os pesquisadores do setor rural e do turismo defendem o enfoque do desenvolvimento turístico no âmbito local – dos estados e municípios –, a partir de iniciativa e participação das comunidades locais. O *slogan* “pensar global e agir local” pode ser traduzido como um pensamento capaz de não se limitar ao local e ao

particular, mas de conceber o conjunto e, desse modo, tornar-se apto a favorecer a inseparabilidade entre global e local.

Campanhola e Graziano da Silva ([200-]b) defendem que o turismo rural deve ser desenvolvido com foco no respeito às potencialidades dos municípios, na reutilização das estruturas edificadas, na utilização dos produtos locais de restauração e no desenvolvimento dos recursos humanos locais, tendo em vista a multidimensionalidade e, por princípio, um processo de planejamento que tenha a adesão do poder público estadual e municipal e grande participação da comunidade envolvida, de forma direta ou por meio de representação. Comumente, a adesão não é algo tão fácil. Faz parte de um processo de amadurecimento do poder público e dos atores envolvidos, sobretudo em razão de a tradição da gestão pública no Brasil não se fundamentar na participação comunitária. Conforme Ascher, citado por Limena (2001, p. 189), “a gestão supõe mais uma lógica dos atores que uma lógica da administração”.

Para evitar os efeitos negativos, especialmente em razão da ação de estabelecimentos que não têm tradição rural, é preciso conceber o turismo como parte integrante da política nacional, conforme o faz a iniciativa comunitária da Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – Leader II (GRAZIANO DA SILVA, VILARINHO & DALE, 2000). Os programas Leader fazem parte das estratégias de políticas públicas de financiamento e fomento para novas atividades não agrícolas ligadas ao lazer nas áreas rurais da Comunidade Europeia. O Leader II tem a visão de que toda dinâmica de desenvolvimento deve surgir no interior de cada comunidade local – das forças econômicas, sociais e institucionais –que agem e constroem com base na história e nos fatores competitivos de cada área.

Na Itália, o Leader IV – programa do Leader – (BALESTRIERI, 2005) deu apoio à criação de 203 grupos de ação local, constituídos por um conjunto de parceiros públicos e privados, que idealizaram e elaboraram planos de desenvolvimento local para zonas rurais de pequena dimensão, com a finalidade de realizar um conjunto integrado de intervenções de carácter económico – pequenas intervenções de apoio ao setor agrícola, turístico, artesanal, agroalimentar, ambiental – e sociocultural – ações para sensibilizar e informar. No que concerne à região toscana, por exemplo, Balestrieri (2005, p. 5) ressalta que

As melhores realizações do modelo toscano mostraram que o turismo rural, com seu carácter de atividade transversal, quando conduzido segundo critérios de conservação dos recursos naturais e culturais, pode prestar-se a desenvolver a função de motor do desenvolvimento económico sustentável do território rural, abrindo novos espaços de mercado às produções do artesanato local e desenvolvendo, mais genericamente, uma função de *marketing* territorial.

Isto se tem tornado possível, segundo o autor, no quadro de uma política de desenvolvimento rural que valoriza

as especificidades locais através do reconhecimento do valor da paisagem agrária e da qualidade dos produtos agrícolas, e sinalizando para o território um papel de lugar privilegiado de funções diversas daquelas convencionais de produção agrícola, mas conduzidas no sentido de preservar e valorizar, não apenas o ambiente natural, mas também as tradições e as culturas que contribuem na formação das identidades locais, consideradas também elas como um valor em si” (BALESTRIERI, 2005, p. 5).

No caso do Brasil, tivemos o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), com o objetivo de desenvolver o turismo na perspectiva local. O PNMT foi criado em 1993 pela Embratur e até o ano de 2002 foram realizadas 1.107 oficinas que capacitaram 28 mil agentes locais, com o engajamento de mais de 1.400 municípios. Resistiu a oito diferentes ministros do Turismo, mas foi cancelado quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. Enquanto existiu, contribuiu para a conscientização de alguns municípios de Goiás quanto à importância de se

implementar um modelo de gestão turística planejada, participativa e de acordo com as características da localidade e dos seus atrativos culturais e naturais. Nesse período, 32 dos 246 municípios do estado (13%) aderiram ao PNMT.⁴⁶ Embora tenha sido um programa de concepção local e descentralizada de turismo, há críticas no âmbito nacional à ingerência partidária na administração dos recursos destinados à implementação do programa, à descontinuidade do processo de planejamento, em razão da oscilação política nos municípios, e à utilização da metodologia ZOOP⁴⁷ de planejamento em contexto cultural diferente daquele em que foi concebido (BRUSANDI, 2006, p. 3-7).

Dos muitos programas e projetos no nível nacional, será destacado um em particular que, de certa forma, repercute no turismo rural de Goiás: o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo (BRASIL, 2004). Esse programa tem a proposta de “centrar a ação antes centrada na unidade municipal, em uma política pública mobilizadora capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e ordenar o processo de desenvolvimento local, regional e municipal, de forma articulada e planejada” (BRASIL, [200-]b, p. 5). Constitui um programa voltado para o turismo em geral, mas é importante para o turismo rural, dentre outros aspectos, por elaborar um quadro das regiões turísticas, com base no qual estabelece roteiros de turismo.

A lógica do Programa de Regionalização do Turismo não é similar à do PNMT, mas de qualquer forma contribuiu para localizar diferentes modalidades de

46 Dados da Agência Goiana de Turismo

47 ZOOP é uma metodologia adaptada da Teoria do Marco Lógico, da Alemanha, para o planejamento participativo e adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

turismo nos municípios. Contudo, há críticas relacionadas à abordagem regional desse programa de roteiros integrados, porque reduz a região

à dimensão político-administrativa, quando, em verdade, o conceito de região abarca diferentes escalas geográficas. Neste caso, perde-se a oportunidade de utilizar de forma mais efetiva a região como instrumento do planejamento governamental e da gestão pública dos territórios (SANSOLO & CRUZ, 2007, p. 6).

A partir do Programa de Regionalização – Roteiros Integrados – foi realizado o mapa da regionalização do turismo no País, que conta com duzentas regiões turísticas, em 3.819 municípios de todo o Brasil. Dessas regiões turísticas, 149 produziram 396 roteiros que perpassam 1.027 municípios (SANSOLO & CRUZ, 2007, p. 67). Em Goiás, esse programa foi executado pela Agetur, juntamente com o Ministério do Turismo. Dividiu-se tematicamente o estado em 9 regiões – Agro-Ecológica, Vale do Araguaia, Vale da Serra da Mesa, Reserva da Biosfera Goyaz, Região dos Engenhos, Região das Águas, Região Nascente do Oeste, Região do Ouro e Região dos Negócios – e 8 roteiros turísticos. As regiões foram identificadas tendo em vista as potencialidades econômicas, culturais e geográficas existentes nos municípios.

3.2.2 As diretrizes nacionais para o turismo rural

As políticas públicas para o turismo em espaço rural no Brasil, no âmbito nacional, estão expressas por meio de diretrizes voltadas para dez modalidades que exprimem definições e objetivos gerais e não constituem políticas e regulamentações para o setor: as *Diretrizes e Manuais – Marcos Conceituais* – do Ministério do Turismo (BRASIL, [200-]a).

As Diretrizes voltadas especificamente para o turismo rural começaram a ser construídas em 1997 por um grupo de professores, agentes públicos e privados e outros atores sociais envolvidos com a questão. Esse documento recebeu à época o nome de *Manual Operacional de Turismo Rural* (BRASIL, 1997), vigente até então. Esse documento trata de proposições norteadoras, que tinham, à época de sua elaboração, o objetivo de ordenar o turismo rural no País, o que, até o presente momento, não se concretizou. A importância do documento reside no fato de ele trazer normas administrativas para o setor. Seu objetivo básico foi sugerir modelos de funcionamento e de gestão para o turismo rural. Foram sete as diretrizes estabelecidas:

- 1 Ordenamento – Adequar e estabelecer normas, critérios e procedimentos técnicos e legais que orientem e estimulem a atividade;
- 2 Informação e comunicação – Produzir e disseminar informações para orientar o planejamento, a gestão e a promoção da atividade;
- 3 Articulação – Estimular a cooperação entre os envolvidos no processo de desenvolvimento e fortalecimento da atividade;
- 4 Incentivo – Viabilizar e disponibilizar recursos visando a implantação, adequação e melhoria de infra-estrutura, produtos e serviços;
- 5 Capacitação – Elaboração conjunto de políticas, programas, planos e projetos específicos de profissionalização e aperfeiçoamento;
- 6 Envolvimento das comunidades – Motivar e envolver a comunidade de forma participativa, sensibilizando-a sobre os benefícios do turismo rural ordenado e integrado e valorizando os talentos locais;
- 7 Infra-Estrutura – Adequar e implantar infra-estrutura básica e turística no meio rural, de forma integrada ao ambiente e às especificidades sociais e culturais locais” (BRASIL, 1997, p. 10-11).

Para o desenvolvimento do turismo rural, essas diretrizes (BRASIL, 1997) preveem a necessidade de trabalhar a articulação entre os órgãos turísticos e destes com instituições afins, por meio da produção e disseminação do conhecimento. Para realizar a comunicação e a articulação entre os setores envolvidos, essa diretriz considera fundamental a criação e disponibilização de rede de informações. Visitas a agentes públicos e privados evidenciam a importância de comunicação articulada, sobretudo em um campo de atuação com um número considerável de associações,

conselhos, fóruns municipais, regionais e estaduais, além do fórum nacional dos secretários e dirigentes estaduais de turismo e do conselho nacional de turismo. E isto apenas na instância do turismo, sem se falar nas instituições relacionadas ao meio ambiente, aos transportes etc.

Os itens dessas diretrizes que tratam da informação, comunicação e da articulação merecem destaque, porque são importantes na formação e transformação dos relacionamentos, mormente em uma cultura como a brasileira, acostumada a dividir e estilhaçar as informações e a transformar os “meios” na própria mensagem. Para que a comunicação de fato exerça papel transformador e não redutor dos processos comunicativos, é necessário concebê-la de forma mais ampla, afinada com a complexidade e imbuída de uma outra visão do “fazer” comunicação. Morin (2005a p. 110) faz uma distinção muito interessante entre informação e conhecimento, que ajuda a pensar a respeito das políticas e estratégias de comunicação. O autor trata da importância de transformar a informação em conhecimento e promover uma educação para o saber. Enfatiza, ainda, que informação e conhecimento são níveis de uma mesma realidade; no entanto, a informação se apresenta sob a forma de *bits*, enquanto o conhecimento é organizador e a sabedoria, reflexiva.

As *Diretrizes* para o turismo rural foram traçadas tendo em vista a realidade do turismo rural no País. Sabe-se que a visitação a propriedades rurais e a venda de produtos no interior das fazendas já é prática nos estados e municípios. Porém, essas atividades tornam-se cada vez mais maximizadoras econômicas do potencial turístico. As *diretrizes* para o turismo rural constituem o início de uma discussão importante, em um contexto rural marcado por delimitações territoriais, com múltiplas

manifestações e concepções. Neste sentido, suprem um pouco a carência de políticas específicas para o turismo rural, embora não haja clareza quanto à dimensão complexa e multifacetada do turismo, a fim de que a dimensão econômica não se torne fundante. Neste ponto da reflexão, surge a necessidade teórica de se discutir acerca do desenvolvimento turístico. Ou seja, impõem-se as questões: como desenvolver essa atividade? Em que condições e com que concepções? etc. Abramovay (2007) ao discutir a questão da agricultura e do desenvolvimento rural, fornece um exemplo que também se aplica ao turismo rural, no que concerne às potencialidades de desenvolvimento do setor. Diz o autor que o “desafio [científico e político] está em descobrir os pontos e as oportunidades de diversificação do tecido social, econômico e cultural das regiões rurais e não apostar todas as fichas num setor por mais promissor que seja imediatamente” (ABRAMOVAY 2007, p. 6).

É bem verdade que as instâncias governamentais no âmbito nacional e estadual têm procurado associar a participação dos diferentes agentes e atores ao planejamento turístico. Entretanto nessa área do turismo que ainda engatinha, o turismo rural e sua própria problematização ainda é insuficiente. Não se tem consciência da complexidade e da pertinência de uma outra racionalidade que emanaria caso a noção de desenvolvimento estivesse imbuída da ideia de uma política de desenvolvimento durável, sustentável ou humana – antropológica. Para Morin e Kern (2003) essa é uma “política de civilização”, que se constitui na política do humano, pelo fato de abarcar todas as outras políticas e por ter como missão urgente solidarizar o planeta. Dizem os autores:

o desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica. O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano. Cabe, portanto, retirar a noção de desenvolvimento de sua ganga econômica. Não cabe reduzir o desenvolvimento ao crescimento [...]. A noção de desenvolvimento deve tornar-se multidimensional, ultrapassar ou romper os esquemas não

apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais, que pretendem fixar seu sentido e suas normas. Deve romper com a concepção do progresso como certeza histórica para fazer dele uma possibilidade incerta, e deve compreender que nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre: como todas as coisas vivas e humanas, sofre o princípio de degradação e precisa incessantemente ser regenerado (MORIN & KERN, 2003, p. 102).

A racionalidade vinculada à ideia economicista tem como resultado o privilégio dado à lógica do crescimento e da eficácia econômica. Nesse sentido, os agentes do turismo rural não se têm habilitado a realizar todas as potencialidades humanísticas do turismo rural. Ainda assim, não se pode menosprezar os muitos benefícios traduzidos pelas políticas e ações governamentais e pelos agentes econômicos, como por exemplo, o equipamento e a democratização do turismo em espaço rural, com as ajudas diretas e os incentivos governamentais à formação de mão-de-obra, à conservação do patrimônio no campo, à valorização comercial de seus produtos e serviços, dentre outros.

3.2.3 Programas e projetos estaduais de turismo e o turismo rural

O ordenamento do turismo no estado de Goiás está sob a coordenação da Agência Goiana de Turismo (Agetur), jurisdicionada à Secretaria da Indústria e Comércio. A Agetur, desde 1999, tem-se utilizado de um Plano Estadual de Turismo para apresentar suas proposições para o setor. A análise do *Plano Estadual de Turismo 2003-2006* (GOIÁS, 2003) evidenciou a preocupação da Agetur com relação à criação de infraestrutura turística e à divulgação dos atrativos, do artesanato e da gastronomia do estado. Essas preocupações estão presentes nos programas *Mostra Goiás e Infra-Estrutura Turística* (GOIÁS, 2006a). O programa *Mostra Goiás* visa “promover o estado em nível regional, nacional e internacional, transformando Goiás em um dos principais destinos turísticos e gerando emprego e renda para as comunidades envolvidas no processo” (GOIÁS, 2006a, p. 18). O *Programa de Infra-*

Estrutura Turística tem como objetivo “Oferecer infra-estrutura adequada a cada região de forma a atender às necessidades de orientação e conforto dos visitantes e da comunidade, possibilitando que estes se transformem em agentes multiplicadores na divulgação das belezas naturais de nosso estado” (GOIÁS, 2006a, p. 15).

O programa *Mostra Goiás* foi implantado com orçamento do governo do Estado. Dentre suas estratégias para a obtenção de visibilidade nacional, destacam-se a divulgação das potencialidades naturais e culturais da cidade de Pirenópolis por meio da novela *Estela Guia*, da Rede Globo, e do samba-enredo que cantou as belezas e tradições do estado no desfile da Escola de Samba Caprichosos de Pilares, no Carnaval do Rio de Janeiro, em 2001. Não foi possível obter informações sobre o impacto dessas ações no turismo local, o que seria importante para mensurar a relevância e o alcance de investimentos nesse tipo de *marketing* turístico.

As ações desenvolvidas pela Agetur para a implantação do *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*, de que já se falou ao tratar dos programas nacionais de turismo, repercutiram bem no turismo rural em Goiás. Demonstram seus resultados á evidência, em razão do ecoturismo, turismo religioso e cultural, de municípios até então pouco conhecidos. Outro aspecto positivo foi a sensibilização de alguns municípios quanto à necessidade de gestão do turismo. O resultado disso foi a criação de fóruns regionais, com representação no Fórum Estadual de Turismo.

Elaborou-se também, a partir do Programa de Regionalização do Turismo, o *Manual de Orientação aos Municípios* – diretrizes e estratégias de desenvolvimento do turismo. Nesse manual, citado em Goiás (2006c), foram definidos critérios para a

classificação dos municípios a serem contemplados com ações e investimentos públicos. Com relação a investimentos, considerou-se a existência de alguns requisitos básicos nos municípios, como “Inventário da oferta turística/demanda turística; de Conselho Municipal de Turismo (Comtur); de Plano Municipal de Turismo validado pelo Comtur; número de leitos disponíveis no município, instalação e funcionamento do Centro de Atendimento ao Turista; cadastro de empreendimentos turísticos e envio do boletim de ocupação hoteleira (BOH) para a coordenação regional na Agetur” (GOIÁS, 2006a, p. 5). Os municípios foram identificados e classificados por níveis decrescentes de preenchimento desses critérios. Em 2006, 46 municípios foram considerados prioritários para investimentos públicos, 13 com a denominação *diamante*, 15, na classificação *esmeralda* e 18 na *cristal*, na escala elaborada.⁴⁸

A classificação dos municípios turísticos em diamante, esmeralda e cristal para recebimento de investimentos reflete a tendência de fluxo de recursos para localidades já dotadas de infraestrutura. Apesar da reprodução dessa lógica nos critérios adotados, não se pode desmerecer a importância das regiões turísticas como instrumentos possíveis de preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, do artesanato e da tradição gastronômica dos municípios. É possível acreditar que alguns dos municípios aglutinados nessas regiões possam se constituir em

prova histórica, em testemunho vivo de uma identidade que se manifesta no espaço e no território geográfico, legitimando uma identidade regional,

48 Os critérios de seleção dos 46 municípios foram definidos com base na política nacional de turismo e teve como finalidade identificar o nível de desenvolvimento dos municípios a fim de direcionar e dar apoio técnico e financeiro. Para isto foram definidos oito critérios de classificação. A escala divide os municípios em três categorias, conforme a pontuação conseguida: *diamante* – aqueles que obtiverem no mínimo 60 pontos –; *esmeralda* – os que alcançarem pontuação entre 40 e 59 pontos, e *cristal* – municípios que atingirem de 20 a 39 pontos. Os primeiros são contemplados com ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos. Os segundos recebem apoio na realização de pesquisas, capacitação e planejamento turístico. Nos últimos, realizam-se oficinas de sensibilização da comunidade” (GOIÁS, 2006b, p. 5-6).

étnica, uma verdadeira afirmação de diferenças, de especificidades, de positivities constitutivas não do velho, que serve de referência, mas do novo, produto da criatividade reinventora da tradição (BRAMBATTI, 2002, p. 16).

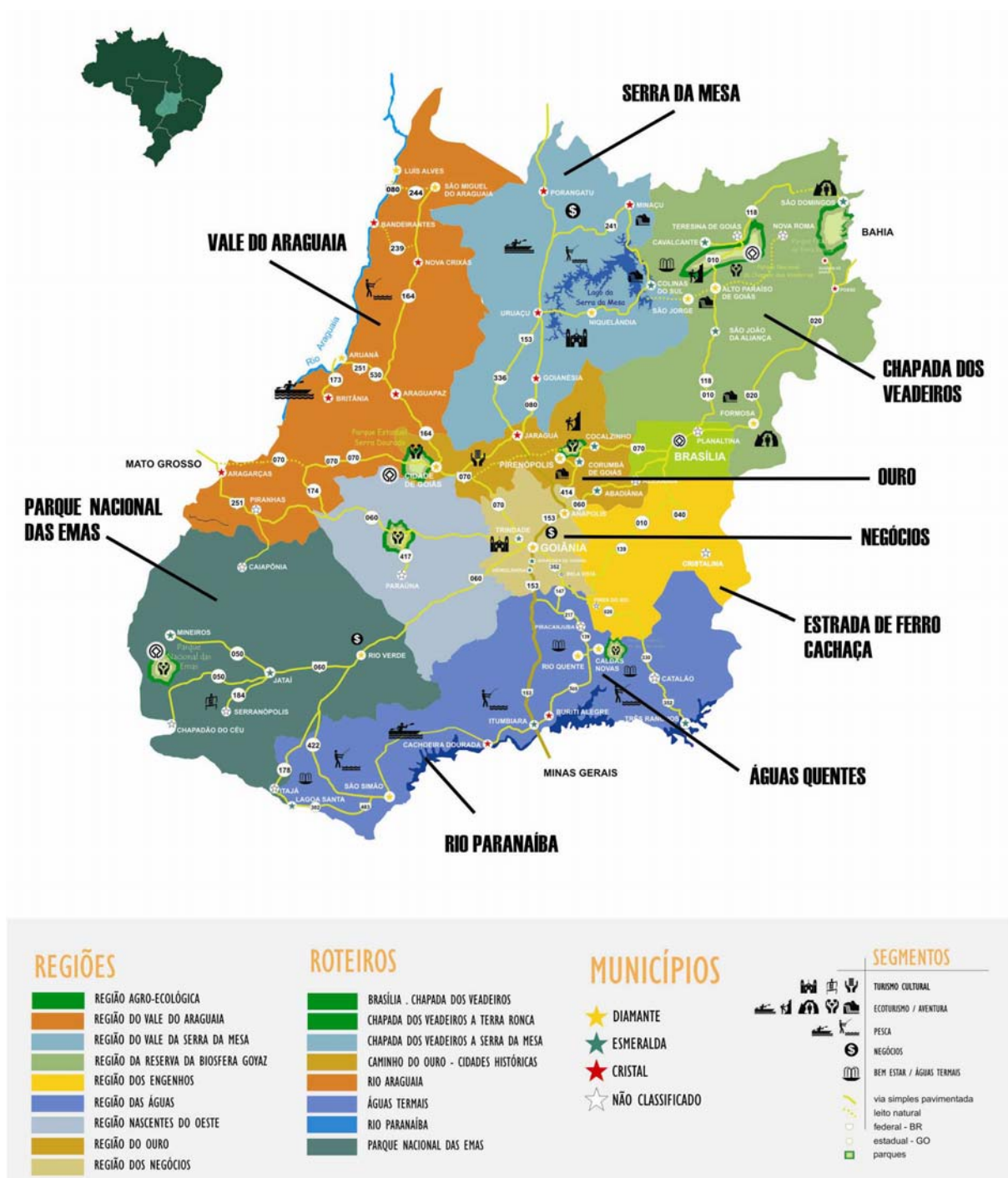


Figura 19 – Regiões Turísticas do Estado de Goiás

Fonte: AGETUR (Agência Goiana de Turismo),

As *Regiões* turísticas se apresentam, de qualquer maneira, como possibilidades de ações concretas de reinvenção das tradições a partir do desenvolvimento de estratégias associativas e coletivas capazes de transcender o meramente econômico.

O artesanato, uma das formas de manifestação cultural comumente dispersa, foi objeto também de estratégias do programa de regionalização turística. No âmbito do estado de Goiás, em 2004, a Agetur, em parceria com o Ministério do Turismo, desenvolveu um projeto visando cadastrar os artesãos e seus respectivos produtos. Esse trabalho, segundo o Relatório de Gestão do Turismo (GOIÁS, 2006a), conseguiu identificar quinze municípios produtores de artesanato genuinamente goiano e teve, como resultado, a identificação de vários produtos artesanais e a produção, conforme Goiás (2006a), de um *Catálogo do Artesanato de Goiás*. Os municípios constantes desse catálogo são Abadiânia, Caldas Novas, Hidrolândia, Alexânia, Cavalcante, Ipameri, Alto Paraíso de Goiás, Cristalina, Pirenópolis, Anápolis, Goiás, Silvânia, Aruanã, Goiânia e Trindade (GOIÁS, 2006a).

A gastronomia tem forte apelo turístico, porque através dela são reveladas formas tradicionais de sociabilidade e de tradição da culinária local. Com base nessa concepção, foi criado em Goiás o *Programa de Gastronomia*, que integra a estratégia do Ministério do Turismo para a divulgação gastronômica dos estados brasileiros. Esse projeto, ainda em vigência em Goiás, tem como objetivo inserir a gastronomia goiana nos roteiros turísticos e, com isso, colaborar na divulgação dessa manifestação cultural. Atualmente, realizam-se festivais gastronômicos em Alto Paraíso de Goiás, Anápolis, Caldas Novas, Cidade de Goiás, Goiânia, Nova Veneza, Pirenópolis e São Simão.

Embora se possa considerar válidos esses dois projetos, no tocante ao levantamento do número de artesãos e seus diferentes produtos típicos e na difusão da gastronomia dos municípios de Goiás, não se pode ser ingênuo com relação à possibilidade de dissociação entre os produtos típicos e as tradições locais, pelo fator econômico agregado a esses produtos. Porém, é possível ver nesses projetos a oportunidade de inserção das manifestações culturais em um mercado turístico com viés mais autêntico, com a possibilidade de associar artesãos e produtores de comida típica, desconhecidos entre si, em um movimento de valorização de suas respectivas artes.

Vera Sanches, diretora de turismo da BrasíliaTur/DF, demonstrou, em conferência, a importância dada na Europa⁴⁹ ao artesanato e à gastronomia. Sanches realiza um trabalho de divulgação do artesanato e da gastronomia do estado de Goiás associado ao do Distrito Federal em Portugal e afirmou que a gastronomia e o artesanato começam a ter acentuada valorização na Europa. Ela reportou à aceitação do artesanato e da gastronomia de Goiás e do Distrito Federal pelo seu caráter manual, original e ligado à geração de emprego e renda para as comunidades da região central do Brasil e pelas estratégias de divulgação utilizadas.

A parceria entre Goiás e Distrito Federal na área do turismo se expressa também em programas como o de Roteiros Integrados, que se constitui na reunião de municípios em consórcios. Esse programa entre Goiás e o Distrito Federal contempla os roteiros Águas Termais, Caminhos do Ouro e Chapada dos Veadeiros, apresentados pela Agetur no Salão de Turismo Roteiros do Brasil – estratégia brasileira de divulgação do turismo nacional –, em São Paulo, em 2006. Nessa

49 Conferência proferida no Congresso de Turismo do Brasil, realizado no Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, no dia 14 de setembro de 2007.

oportunidade, a Agetur expôs os roteiros e alguns produtos dele decorrentes, como o Barú – uma castanha típica do cerrado –, a gastronomia típica e manifestações culturais, como a Procissão do Fogaréu, realizada durante a Semana Santa, na Cidade de Goiás, há mais de duzentos anos.

As políticas de turismo do estado de Goiás e os programas e projetos dela decorrentes não contemplam especificamente o turismo rural, como ficou demonstrado. Mas, de alguma maneira, as estratégias repercutem no turismo rural, em especial nas iniciativas voltadas para os produtores rurais e empreendedores de turismo de modo geral. Tramita, na Assembleia Legislativa do Estado, um projeto de lei, de iniciativa do deputado Evandro Magal (PSDB), que visa instituir uma política estadual para o turismo rural. O objetivo desse projeto é traçar políticas públicas segundo o perfil do estado.

O único projeto específico voltado para o turismo rural começou a ser desenvolvido pela Agência Rural – órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, extinto em 2007. Esse projeto começou a ser esboçado no começo de 2005 e se chamou *Projeto Turismo Rural: Novas Fronteiras para o Novo Rural*.⁵⁰ Até o ponto em que conseguiu ser desenvolvido, foi com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e constitui uma das etapas do Projeto da Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede Traf), que, por sua vez, é parte do Programa Nacional Rural na Agricultura Familiar (Pronaf). O objetivo do projeto foi promover políticas de fomento ao turismo no campo. Para Blenda Domingues Bittencourt (apud AGÊNCIA..., 2007, p. 1), coordenadora do projeto em Goiás,

⁵⁰ Este projeto surgiu motivado pelo crescimento de novas atividades não tradicionais no campo e com o objetivo de gerar emprego e renda a agricultores familiares. No entanto, observou-se falta de aprofundamento no conhecimento desse mercado em Silvânia (GO) para o desenvolvimento do projeto.

a atividade turística na agricultura familiar incentiva a produção local, já que aumenta as chances de venda direta pelo pequeno agricultor, complementa atividades na unidade de produção familiar e ainda estimula o desenvolvimento da agroecologia e da convivência entre os visitantes e as famílias do campo.

Para participarem desse projeto, foram convidados oito municípios do estado de Goiás: Jussara, Buriti de Goiás, Novo Brasil, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Silvânia, Córrego do Ouro e Sanclerlândia. Realizaram-se reuniões de sensibilização quanto aos objetivos do projeto, sob a coordenação da Agência Rural, com a presença de representantes das prefeituras, produtores rurais, lideranças, Associações, sindicatos e técnicos da Agência Rural de Goiás. Nas reuniões, foram discutidos o projeto e sua viabilidade para os produtores rurais interessados. Levantaram-se as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais dos municípios, da arquitetura tradicional e dos produtos típicos. Nas reuniões, também se debateu o interesse e a disponibilidade de os produtores rurais participarem diretamente do projeto, por meio da recepção a turistas, ou indiretamente, pela comercialização de sua produção típica. Esse associativismo rural em atividades turísticas entre municípios e até mesmo entre duas ou mais propriedades de um mesmo município já acontece em outras regiões brasileiras, a exemplo do estado de Santa Catarina. São os chamados consórcios turísticos, ou associações de casas rurais. Silva (2003, p. 35) diz que esse tipo de associativismo já ocorre no estado de Goiás, embora incipiente, no município de Hidrolândia, a 32 quilômetros de Goiânia, quase que como um circuito rural, no roteiro das fazendas produtoras de jabuticaba, em que, como já foi mencionado, há excursionismo na temporada da fruta.

Dos oito municípios convidados para participar do projeto somente Silvânia (GO) – a 70 quilômetros de Goiânia – demonstrou receptividade. Situado na microrregião do Sudeste Goiano, teve sua colonização iniciada em meados do

século XVIII, com a mineração, e foi emancipado em 1784, quando, em 5 de outubro, de arraial do Senhor do Bonfim, passou a chamar-se Silvânia. É uma zona de pós-fronteira agrícola, com 46% da população urbana, grandes fazendas de criação de gado de corte e grandes culturas mecanizadas – soja, arroz – e pequenos produtores de policultura – pecuária leiteira e agricultura (arroz, milho).

De acordo com técnicos da Agência Rural á época responsáveis pelo projeto, esse município tinha potencial para duas rotas temáticas: Rota do Engenho Velho ou Viadouro e Rota do Rio dos Bois. Os atrativos dessa região são os naturais – vegetação, topografia, rios e cachoeiras –; os ligados a produtos típicos, referentes á agricultura orgânica e à produção artesanal – legumes, açúcar mascavo, rapadura, farinha, cachaça, doces e biscoitos da região –; os culturais – contadores de causos, móveis antigos e artesanato, e os arquitetônicos, com destaque para o casario que registra a história da cidade.

Blenda Domingues Bittencourt,⁵¹ ex-coordenadora do projeto na Agência Rural, informa que houve entre os produtores rurais interesse em projetos de instalação, em suas fazendas, de restaurantes, áreas de banho, pesca e camping, atividades de lazer, como canoagem, passeios de carroça, cafés na roça, “colher e recolher” ovos e frangos nos quintais das fazendas, e em comercializar a produção típica.

Em visita à área do projeto, em Silvânia (GO), no ano de 2007, foi possível observarmos algumas dificuldades para a adesão ao projeto de turismo rural da Agência Rural. Uma das dificuldades, ainda hoje para qualquer empreendimento

51 Palestra proferida no Congresso de Turismo do Brasil, realizado no Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, no dia 15 de setembro de 2007.

turístico familiar, são os requisitos de acesso ao crédito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Caixa Econômica Federal (CEF) pelo pequeno produtor rural. É necessário preencher alguns pré-requisitos, como possuir quatro módulos fiscais – critério mínimo de área de propriedade adotado pelo estado para caracterizar pequeno produtor rural –, empregar mão de obra familiar, morar no local ou próximo a ele, retirar pelo menos 70% dos seus rendimentos da propriedade e ter pelo menos dois empregados fixos. Esses pré-requisitos, já de início, dificultam a formatação das rotas de turismo rural, pois o produtor, muitas vezes, não tem condições de obter o crédito, e os próprios técnicos da Agência Rural, com receio de que os produtores rurais contraiam dívidas, os incentivam a aproveitar, inicialmente, somente a infraestrutura existente na propriedade. Outras dificuldades observadas se referiram à falta de conhecimento do produtor rural sobre o turismo rural, à falta de recursos para investir em um projeto de viabilidade econômica do turismo rural na fazenda, à necessidade de investimento em infraestrutura no município – estradas trafegáveis durante todo o ano. Uma das vantagens oferecidas foi a informalidade; para dar início ao projeto, como disse um dos técnicos da Agência Rural em Silvânia, “é algo informal”. Não há necessidade de licenciamento junto aos órgãos encarregados das normatizações, por enquanto.

Em síntese, há de se considerar que, para elaborar planos e programas, e executar suas ações turísticas, nem o Estado, nem o mercado, em Goiás, ainda incipientes, têm contemplado suficientemente, com o “olhar antropológico” a que se refere Limena (2001, p. 216), por exemplo, o contexto das representações individuais e o contexto da pluralidade de significações imaginárias e sociais desse “objeto complexo, social – histórico” onde o turismo rural se insere. Para dar conta desse “objeto complexo, social” as políticas de turismo exigem transversalidade de

concepções e ações que o planejamento normativo não é capaz de abarcar, em vez de um planejamento instaurativo a que se refere Limena (2001, p. 216) “capaz de conduzir a outras formas de sociabilidade configurando-a sobre outras bases, mesmo porque, circunscrito ao turismo, não abarca a totalidade de experiência e da vida no campo”.

Há de se relacionar a incipiência do turismo rural no Brasil e em Goiás com seu processo de urbanização recente. Nos países mais avançados, bem antes de nós, como nota Morin citado por LIMENA (2001, p. 210), o planejamento urbano fez surgir dispositivos de controle e integração como os processos “de regulação ambioecossistêmicos” conduzindo os indivíduos para a “alternância entre a vida urbana e os mergulhos no meio rural”. Morin (1984, p. 261) anota a emergência de um “neo-arcaísmo urbano”, instaurador de um culto aos elementos naturais, ao corpo físico, à cozinha e ao mobiliário simples, rústico, à produção artesanal valorativa da natureza e dos enraizamentos históricos. Desenvolvem-se, nesse contexto, novos modos de vida – ocupação de antigos prédios e aldeias medievais adaptadas à vida moderna –, preservando-se o patrimônio, revalorizando-se a história e compatibilizando-se a simplicidade da vida no campo com as necessidades modernas do “trabalho urbano”.

Em um contexto assim, mais rico de reflexão e práticas antecipadoras, as políticas públicas, o planejamento, o turismo rural poderiam superar mais facilmente as visões dualistas que dissociam o natural, o humano e o tecnológico. A essa descrição das políticas públicas voltadas para o turismo rural vê-se que o processo de passagem para a visão de *continuum* rural/urbano ainda será longa e cheia de percalços no que se refere ao turismo rural, pois, apesar de rural e urbano coabitarem um mesmo espaço, ainda se tem os ranços da visão dicotômica.

PARTE II:

O IMAGINÁRIO E O

TURISMO RURAL EM GOIÁS

CAPÍTULO IV

IMAGINARIO E TURISMO RURAL EM GOIÁS

No primeiro capítulo, mostramos, através de alguns elementos vinculados à origem do estado e a suas características naturais e culturais, como Goiás se instituiu e se constituiu como sociedade de feição rural. Nosso objetivo foi mostrar que muitos são os traços que acenam para a “vocação” rural de Goiás para o turismo. Neste capítulo, voltamos   institui  o da sociedade goiana através de visita a seu social-histórico na perspectiva do imaginário social de Cornelius Castoriadis (1982), a fim de mostrar que a sociedade goiana está impregnada de imagens que conferem um *status* ainda rural ao estado. Tais imagens contribuem para que haja uma busca imagética do indivíduo pelo turismo rural.

4.1 Retratos do rural goiano

Como sociedade que se institui e se transforma, Goiás instaura seu mundo de significac  es por meio do que diz, do que  , do que quer, de suas prioridades. A sociedade mostra, assim, como ela mesma v   seu passado, como quer construir seu futuro, o que considera uma vida boa etc. Esse mundo de significac  es

imaginárias sociais exprime-se pela criação incessante e indeterminada de imagens e figuras de todo tipo – produções, reproduções materiais e mentais, duplos, substitutivos, sombras, representações do ausente, do passado, do possível, de mitos, de narrativas outras, que as presentificam.

Nesta incursão pelo social-histórico goiano na perspectiva do imaginário social, desejamos apresentar aqui algumas imagens inventadas ou reinventadas e, por meio delas, captar algumas significações centrais do social-histórico goiano deste período. Nosso propósito é fornecer um quadro de referência para abordar o imaginário do turista rural.

O indivíduo é de alguma maneira “fabricado”, constituído já mesmo quando o imaginário social institui um dizer e um representar social, através de signos comuns, válidos para todos, e também pela imposição de atitudes, posturas, gestos, comportamentos. Isso os torna indivíduos sociais. Castoriadis (1999, p. 43) afirma que o processo de socialização “faz do ser humano uma entidade que fala, tem uma identidade social, um estado social, é habitado e determinado por regras e valores, fins e possui mecanismos de motivação que são sempre mais ou menos adequados à ordem *existente*”. Essa adequação ou adaptação se faz ainda que na forma de desvio, ou marginalidade, pois só há desvio quando há normas, referências.

Para contemplarmos algumas imagens, algumas significações imaginárias centrais do rural no social-histórico de Goiás, em uma espécie de exercício de curadoria crítica, serão expostos alguns painéis narrativos (PALACÍN, 1976, 2008; BERTRAN, 1978, 1994 e RAMOS, 2006) e será esboçado, posteriormente, um quadro dos novos tempos de Goiás.

As duas primeiras narrativas, escolhidas em razão da centralidade do tema e da representatividade de seus autores, inserem-se no gênero histórico. São relatos que pretendem reconstituir um possível que existiu.⁵² Elas se opõem – ou melhor, se complementam enquanto se opõem – na interpretação do que significou a sociedade agrária goiana tradicional: período de decadência, ou invenção de uma forma superior de convivência humana.

A terceira narrativa situa-se no campo da poesia e manifesta, em prosa, nos ritmos do lírico, o drama do homem do interior. A apreciação da ruralidade goiana não se resolve, pois, aqui, sob o prisma do verdadeiro em sua literalidade – sua verdade é do gênero alegórico-mítico, através do qual as situações sociais e as referências históricas encontram sentido no quadro da unidade e da solidariedade da vida. E nem do ponto de vista do bom e de suas interpretações como útil, honesto, moderno, desenvolvido. A beleza é o valor que prevalece. Nessa narrativa, o herói infeliz, o homem simples do campo, não se petrifica diante de sua existência desgraçada. Ele a transfigura na alegria de uma afirmação superior. Ele diz eternamente sim no sentimento da nostalgia do sertão.

Nesta exposição, procuramos delinear alguns momentos, remissões e deslocamentos no processo de superação de uma cultura rural e sua transformação em outra rural-urbana. Também o novo imaginário social em construção constituirá referência para o conhecimento do imaginário rural do turista, fugindo-se, é necessário, de qualquer mecanicismo. Pois, como lembra Castoriadis (1999, p.

52 Sobre a distinção entre história e poesia ver Aristóteles ([197-?]).

41),⁵³ “na psique humana também se dá a capacidade de criar imagem, não a partir do choque, mas a partir de nada”.

4.1.1 O rural como decadência: Degradação material e moral

O mundo rural é comumente associado, pelos estudiosos das mentalidades e das culturas, a um só tempo, às imagens de atraso, rotina, ignorância e a um modo de vida de harmonia, abundância, simplicidade, integridade e paz com a natureza, em oposição ao universo do urbano – civilizado, detentor do conhecimento e da técnica, inovador, rápido, mas também lugar da competição, do vício, do tumulto, da burocracia.⁵⁴

Palacín⁵⁵ descreve uma situação histórica em que ruralidade exprime apenas uma situação de decadência e se associa a ociosidade, fome, degradação, opressão, tristeza e derrotismo. “Eu reduziria a três as manifestações profundas e duráveis da decadência: uma de caráter sócio-geográfico, a ruralização, as outras duas a crise do trabalho e o derrotismo moral com base na psicologia coletiva” (PALACÍN, 1976, p. 197).

53 Entendemos esse conceito no sentido que lhe atribui Cornelius Castoriadis, especialmente em *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, que vai pautar nossa abordagem da questão.

54 Ver por exemplo, Raymond Williams (1989, p.11).

55 Luis Palacín Gomes – espanhol de nascimento e goiano por opção – foi padre da Companhia de Jesus, economista, filósofo, teólogo e professor de história da Universidade Federal e Universidade Católica de Goiás. Padre Palacín, como era conhecido, foi pioneiro na investigação historiográfica de Goiás, deixando vários livros publicados. Dentre eles, *Do sempre e do instante*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978; *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976; *História de Goiás (1722-1972): estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. Goiânia, Ed. Oriente, 1972, 6. ed.; *História de Goiás em documentos: I Colônia*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995. Ele nasceu na cidade de Valladolid, em 1927, e faleceu em Goiânia em 1997.

Trata-se de um período⁵⁶ em que Goiás, com a decadência da mineração, deixa de ser uma sociedade mineradora, marcadamente urbana, para se ruralizar quase completamente.⁵⁷

É verdade que em algumas poucas cidades, como Goiás e Meia Ponte, a primeira por ser a capital e a segunda por sua localização e suas funções de centro comercial, continuou a se desenvolver uma vida urbana em que a aristocracia, voltada para a administração e os negócios, cultivava a poesia, o piano, a língua francesa, o violino nas missas solenes e, até, em Meia Ponte, a publicação de um jornal periódico – *A Matutina Meiapontense*, que marca, de 1830 a 1834, seu interesse pelas novas correntes ideológicas como o iluminismo e o liberalismo.

Mas, fora essas exceções,

os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e a desumanização do homem (PALACÍN; SANT'ANNA MORAES, 2008, p. 73).

Não é exclusiva de Palacín essa associação entre ruralização da sociedade e desumanização do homem. Ela tem como pano de fundo o pressuposto de que humanização é corolário de civilização. Antonio Candido e Sérgio Buarque de

56 Período da história de Goiás já tratado no primeiro capítulo desta tese.

57 A decadência foi em primeiro lugar do sistema das minas. De fato por volta de 1780–1785, conforme os historiadores e as referências escolhidas, o negócio do ouro vai deixando de ser compensador. Diversas as razões contribuem para isso; o esgotamento dos veios é só uma delas. A falta de tecnologia, a incúria da administração estatal, as grandes distâncias dos centros comerciais, as estradas poucas e ruins, a carestia de tudo o que se consumia e que precisava vir de fora são outras razões, aqui mencionadas apenas no intuito de reconhecer, com Palacín (1976, p. 95, que “de forma alguma podemos representar a decadência de Goiás como transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca. O desenvolvimento atabalhado de Goiás e a fugacidade de seus momentos de prosperidade não deram tempo à sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos”.

Holanda concordam na ideia de que a herança indígena na adaptação do colonizador à terra do novo mundo foi além de um mero ajustamento, constituiu mesmo um comensalismo com o meio físico. “Comensalismo em que ele se despojou não raro da iniciativa civilizadora para, na parcimônia de seu equipamento tecnológico, regredir ao antepassado índio e penetrar mais fundo no meio natural” (CANDIDO, 1976, p.175). Para este autor, em linha com sua concepção marxista do homem e da história, o caipira, em face da civilização urbana, a despeito de todas as suas perdas, beneficia-se de uma oportunidade de humanização:

O meio artificial elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal. Em compensação dá lugar à iniciativa criadora e a formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização, que é humanização (CANDIDO, 1976, p. 176).

É certo que o conceito de regressão não tem a mesma carga semântica de decadência, mais aplicável, talvez, a uma situação traumática. A postura antropológica, ademais, aconselha uma atitude de simpatia, para a melhor *compreensão* de seu objeto. Antonio Candido procura relativizar o atraso do “lençol” de cultura caipira que se formou ao fim dos ciclos bandeirantes e que, com variações locais, atingia também a capitania de Goiás: “Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros” (CANDIDO, 1976, p. 79).

O historiador e o antropólogo apreciam diferentemente a atitude frente ao trabalho. Para Palacín (1976, p. 98) “O mal mais profundo da decadência, que está na raiz de todos os outros é o desapego pelo trabalho, o gosto pela ociosidade”. Para ele, este mal é uma doença alimentada também pela escravidão que fortalecia

o ócio como fator de estatuto social e de prestígio. Antonio Candido (1976, p. 69) não despreza essa ordem de considerações, mas compreende a indolência do caipira como

recurso de adaptação a um nível biótico precário, no qual as carências da dieta e da higiene impediam atividade mais intensa, mas que se ajustavam ao ritmo econômico e eram corrigidas em parte pela organização social [...]. A par do trabalho agrícola, ocupava-se também com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a caça, a pesca, as práticas de solidariedade vicinal. Vimos que a autonomia econômica, bem como o sistema de posses e mobilidade espacial, originavam um conjunto de circunstâncias em que o esforço físico exigido era menos intenso: desnecessidade do dinheiro, nível vital mínimo, terras férteis de amanho fácil e produtividade normalmente exuberante. E este conjunto de circunstâncias favorecia tanto o melhor ajustamento ecológico possível a uma situação alimentar medíocre, quanto a integração social mais plena.

Palacín (1976, p. 200) também é tributário de esquemas datados de causalidade, de finalidade e de consequência lógica. Mas, para caracterizar uma situação que define como de *decadência*, realça os aspectos morais de degradação e suas consequências na psicologia social.

Em consequência poderíamos caracterizar também a decadência como uma atitude coletiva assumida pela população: um sentimento de fracasso e de derrota, de inevitabilidade dos males e da incongruência de qualquer esforço para superá-los. Traduzia-se isto num estado permanente de apatia, de resignação muito próxima da desesperança. E a tradução exterior dessa atitude: a tristeza.

Para curar essa tristeza, Palacín prognostica a mudança do ritmo de vida através da urbanização e da industrialização, receita que em Goiás teria começado a ser aplicada com a renovação radical da década de 1930. Por 150 anos, segundo Palacín (1974, p. 45), perdurou a decadência de Goiás:

As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação a que Goiás regredira como consequência da decadência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um Estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural com uma economia de subsistência.

Mais do que a ruralidade em si, a pobreza, as doenças, o analfabetismo, causa revolta a Palacín (1974) a condição social do homem no mundo rural. Em Goiás, por razões que incluem o isolamento, a ausência de um mercado consumidor, as condições físicas, a necessidade de geração de um excedente para importar o pouco que não produzia – sal, pólvora, chumbo, ferro – o grande latifúndio agropecuário autárquico cedo se tornou hegemônico. Como a terra valia pouco e pouco produzia

A distância entre o proprietário agrícola e seus dependentes não poderia expressar-se bem em termos econômicos, ou de gênero de vida, de cultura ou mentalidade. O trabalho, as diversões, o vestido, até diríamos alimentação do fazendeiro, não diferiam substancialmente da de muito de seus empregados. A diferença mais profunda encontrava-se no prestígio e no poder. Não existindo uma economia monetária, trabalhar para alguém não significava apenas um contrato de serviço prestado e salário recebido, era principalmente o estabelecimento de um laço pessoal de confiança mútua e de dependência pessoal. O empregado tornava-se assim “homem do patrão” (PALACÍN, 1974, p. 50).

Nesse contexto, ameaçados em sua posse, presos à terra por dívidas sempre crescentes e impagáveis, obrigados a realizar qualquer tarefa, posseiros, camaradas, agregados, peões, jagunços viviam, especialmente durante a República Velha, em verdadeira escravidão, na sordidez e na opressão. “Com razão, parece, se poderia aplicar à vida destes peões e agregados o juízo definitivo de Vieira: “infernos de cá baixo” (PALACÍN, 1990, p. 33).

A obra de Palacín constitui a primeira contribuição da universidade e até mesmo a primeira incursão metódica e sistemática pela história de Goiás. Mas, no que se refere à *decadência*, ela apenas confirma e reforça, com sua autoridade, um consenso que só começa a ser questionado nos anos 90.

Segundo Chaul (1997, p. 34), representante da corrente revisionista,

De Silva e Sousa (1812) a Cunha Mattos (1823), do Dr. Pohl (1810) à Saint-Hilaire (1816), passando por D'Alincout (1818), Burchell (1827), Garner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime.

Restrita às pequenas elites urbanas – que sempre na modéstia de seus meios se sentiam integrantes da cultura europeia, da qual procuravam preservar os valores, o modo de vida e a visão de mundo – não é inexata a afirmação de Pereira (2002, p. 36) de que “a imagem do distante sertão goiano, além das fronteiras da civilização e apêndice do Brasil litorâneo, como uma região decadente, transformou-se na auto-imagem dos goianos com relação à sua região”.

É corolário desse imaginário da *decadência* um outro feixe de significações imaginárias complementares. A consciência coletiva de, no seu passado que lhe instaurou o ser, no tempo do desbravamento e da mineração, haver levado a cabo uma aventura extraordinária, povoada de heróis, de riquezas fabulosas e de lutas titânicas para arrancá-las à força do seio rebelde de uma terra inóspita, no desregramento das paixões e da liberdade sem limites.

Essas vertentes do imaginário goiano se reconciliam no processo renovador da Revolução de 1930 e em seu símbolo maior, a construção de uma nova capital, Goiânia, que integra as temporalidades locais e insere o sertão goiano no espaço nacional. Elas compõem alguns dos elementos centrais do que se poderia denominar goianidade, o jeito goiano, mutante e indefinido, de sentir, de ser e de estar no mundo.

4.1.2 Uma utopia rústica: O paraíso caboclo de Goiás

Em seu já clássico *Formação Econômica de Goiás*, Bertran⁵⁸ (1978), identifica e descreve um paraíso agrário no estado de Goiás do século XIX. Parece paradoxal, posto que na historiografia goiana o campo foi sempre considerado o espaço do atraso, da ignorância e da limitação. Na descrição de Bertran, ademais, o paraíso rural é paraíso, precisamente, porque pouco se dedica ao negócio e muito ao ócio, porque é lento, frugal, livre de convenções. Tudo aquilo, pois, que a visão iluminista, a visão capitalista do olhar europeu rejeitava, impregnado que estava pelos ideais do século XIX, de progresso, de transformação rápida da natureza pelo uso da razão através de técnicas, de máquinas, na velocidade dos transportes, com a produção acelerada de bens, com a intensidade das relações e das trocas nas cidades de bens serviços e ideias.

Ao contrário de Palacín, Bertran não adota a tese dos primeiros cronistas e dos viajantes estrangeiros, de que a decadência da mineração tenha significado a decadência da sociedade goiana. Antes, insurge-se contra ela “um dos paradigmas que mais danos causou e ainda causa à compreensão da história de Goiás, até mesmo por seu conteúdo negativo em matéria de auto-estima cultural e social” (CHAUL, 1997, p. 13). Mas, além de infamante, Bertran considera esse paradigma errado. Como já havia frisado anteriormente: “Caracterizar como decadência o fim da mineração em Goiás equivale a considerar a extração aurífera atividade criativa e

58 Paulo Bertran foi professor em Brasília e Goiânia (UNB, CEUB, UCG, UFG); economista, com atuação em diversos órgãos públicos; especialista em construção de casas de barro, introduzindo o conceito de Eco-História na moderna historiografia brasileira. Publicou vários artigos em jornais, revistas e publicações especializadas e livros importantes de Goiás e do Centro-Oeste tais como: *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978; *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Brasília, DF: Verano, 2000; *Memorial das Idades do Brasil*. Brasília: Verano, 2004; *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. da UCG, 1988. Paulo Bertran nasceu na cidade de Anápolis, interior do Estado de Goiás.

não predatória, como sempre foi em toda parte do mundo” (BERTRAN, 1978, p. 42).

Além de que,

Goiás sobrevivera bem ao ocaso da mineração – e ainda que conservando um importante aparato urbano – já era eminentemente desde fins do século XVIII, uma sociedade de economia agrária, uma economia de subsistência agrícola, no que pese a conotação negativa da palavra subsistência, à qual prefiro o conceito de economia de *abastança* [...]. *Abastança* de bastante, diferente de abundante. Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse era para gastar em festas e coisas suntuárias (CHAUL, 1997, p. 13).

Produzia-se para consumo próprio e exportava-se quase exclusivamente o boi, por ser autotransportável. E o exportavam pouco, apenas o suficiente para pagar as importações de ferro, cobre e, sobretudo, o sal, essencial para o gado e para a gente.

No final do século XIX, essa economia, segundo Bertran (1978), atinge seu clímax; chega-se a uma otimização dos fatores produtivos regionais. Ademais,

o que deixara a época da mineração como instituição urbana e rural era generoso demais para que ocorressem preocupações agora com a aceleração do sistema produtivo. Em algumas cidades, como na capital, em Meia Ponte, em Sta. Luzia, a instituição urbana ainda vigorava sobre a instituição sócio-econômica rural. Outras vezes “... predominava a origem rural sobre a cidadina, o que era quase a totalidade dos casos...” (BERTRAN, 1978, p. 67).

O paraíso caboclo convive, pois, com estruturas urbanas mínimas que exercem funções comerciais, administrativas e até políticas.

Na distância e no isolamento,

O pacto colonial e, mesmo no Império, o Contrato Nacional passavam a atingir os goianos muito tenuamente, conduzindo-os a um estado social e econômico de independência regional, de liberdade individual dos brancos e mestiços – uma sociedade ociosa e pobre não aguilhada nem mesmo por convenções em outras partes sagradas como o matrimônio, por exemplo (BERTRAN, 1978, p. 67-68).

Revela-se neste trecho o processo de inversão de sentido. O que foi descrito como carência e vício pelos que fixaram o estigma da decadência goiana – as longas distâncias, as estradas poucas e ruins, a preguiça e a ociosidade do povo, a pobreza material, a licença dos costumes – inverteu-se e ganhou sinal positivo. O olhar estrangeiro deparara-se aqui com uma realidade que se desfazia – o mundo das minas – e não vira outra, que se formava e que era diversa – a sociedade agrícola da abundância. Os primeiros historiadores proclamaram então a decadência, não das minas, mas de Goiás. Só puderam enxergar na primeira, o reflexo embaçado de si próprios; Bertran (1978) quebra o espelho, e outro mundo se descortina. O mundo próprio da sociedade goiana, instituindo-se na quase independência que lhe proporciona sua situação marginal. Definindo o que queria e o de que precisava, o que valia e o que não valia, o esforço a fazer ou não, para conseguir o que valia e o que não valia, conjugando tempos e modos da vida boa a ser vivida. No mais, “A terra era vasta, as caças muitas, muito gado e o cereal de que comer, inumeráveis os botequins e os fabricantes de aguardente e fumo” (BERTRAN, 1978, p. 68).

Outras necessidades, outra temporalidade. O tempo identitário, do calendário, continua, mas o tempo imaginário do “paraíso caboclo” não é mais o mesmo da mineração, o tempo capitalista dos que condescenderam em nos visitar, o tempo capitalista infinito do progresso, da ação agressiva sobre o espaço físico, da acumulação, do ainda mais, da onipotência⁵⁹ O tempo da abundância é mais do uso do que da transformação, da permanência que da alteração brusca. Quanto à sua temporalidade efetiva:

59 Sobre a concepção capitalista do tempo, ver o item “A Constituição Imaginária do Tempo” (CASTORIADIS, 1982, p. 239-246).

O tempo social amoldara-se às lentidões do calendário agrícola e ao lento crescimento vegetativo dos rebanhos. Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inumeráveis festas do campo ou do arraial – a sociabilidade do tempo – para pescarias e caçadas, enfim, numa palavra, para os prazeres de uma vida simples (BERTRAN 1997, p. 14).

Ou ainda:

De resto, a ociosidade geral do povo só era condenada por viajantes e observadores vindo da apertada Europa – um Pohl, um Saint-Hilaire, um Cunha Matos – condenação essa não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e *non chalant* paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800. São eles os expoentes máximos da vida goiana, coincidindo com o afrouxamento das relações de troca extra-regionais e do conseqüentemente desinteresse por expatriar mais-valia do povo e do território.

Esses momentos sem história, como o são os momentos sem conflitos econômicos explícitos (e sem governos que os organizem como corpo de Estado pelas mesmas razões) duraram o longo século que vai da independência à chegada da estrada de ferro em Goiás (BERTRAN, 1978, p. 68).

O tom da descrição parece confundir formas de desejo humano com categorias da realidade, o que é característica da narrativa milenarista.⁶⁰ O que nos avisa que podemos estar tratando do passado, da negação do presente para, quem sabe, exorcizar o futuro. É o que nos confirma a continuação do texto: “Antes e depois desse século os pactos de dependência econômica que estreitaram o território, se lhe trouxeram riqueza, deram-lhe adjetivos e negaram-lhe substantivos, alma entregue ao diabo” (BERTRAN, 1978, p. 68).

Situava-se ali, naquele paraíso rústico do século XIX, ao ver de Bertran, a idade de ouro de Goiás:

Era o desenvolvimento em oposição ao subdesenvolvimento, que vem acionando suas sirenes enlouquecedoras, desde então e até hoje responsável pelos impasses agudos que vivemos de desigualdades sociais da terra arrasada, de desvarios psicóticos coletivos, de perda de identidade e de auto-estima social. Confundiu-se o crescimento (que de fato

60 Ver neste particular, ver Frye (1973, p. 142). A narrativa milenarista afirma que irá chegar ao mundo um “reino” diferente do que existe. É a ideia de que existirá um tempo futuro e/ou mesmo que existiu no passado um “reino” de felicidade de mil anos.

aconteceu) com o desenvolvimento social que nunca aconteceu, ou que por outra, aconteceu às avessas, com constantes quedas na qualidade de vida de maior parte da população (BERTRAN, 1997, p. 14).

Perdeu-se o paraíso. E como sabia Proust, citado por Plazaola (1973, p. 331. Traduzimos): “os verdadeiros paraísos são os paraísos que se perderam”.

As longas citações se fizeram necessárias, para descrever todo um mundo e para restituir o tom, essencial neste gênero. Cabe voltar a atenção para o aspecto da verossimilhança da narrativa, para considerá-la em relação à “verdade histórica”, que se convencionou poder estabelecer-se. Se bem que é do ponto de vista do imaginário que um mito merece ser considerado. Menos do ponto de vista do que possa encerrar de realidade ou ficção, mas de sua força real, como instituição de um mundo, de significações. Neste caso, de refundar a visão goiana de si e do mundo, referente a seu presente, reconstruindo o passado rural do seu social-histórico no período estigmatizado como da “decadência”, para lançar-se vigilante na edificação do futuro problemático.

A narrativa de Bertran tem, pois, escopo axiológico, que ele afirma claramente:

há duas ou três coisas sobre a história de Goiás que é oportuno despoluir para obtermos objetos mais úteis e iluminados, para nosso deleite e sapiência, e para consumo de futuras gerações. Um deles é o paradigma da *decadência* de Goiás no passado, que conforme o sentir de alguns escritores iria desde a abrupta queda da mineração em 1780 até um variável fim (segundo uns até 1914 com a entrada da estrada de ferro, segundo outros até 1937 com o Estado Novo e a construção de Goiânia). Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento... (BERTRAN, 1994, p. 6. Grifo na fonte).

Uma sociedade confiante, orgulhosa de suas conquistas, procura reinterpretar o seu passado. Segundo Bertran (1994, p. 8),

O povo goiano não teve tempo para pensar em história. Esteve o século todo ocupado em construir cidades e montar fazendas. Agora que essas coisas estão prontas é hora, talvez, de ter tempo para pensar em si próprio e encontrar sua imagem de história.

O estigma da decadência é uma mácula na auto-imagem de Goiás que outros estudiosos têm, recentemente, procurado apagar. Assim, para Chaul (1997, p. 234):

Produzir para sua auto-sustentação, aos níveis de suas necessidades, dentro de suas possibilidades de transporte e satisfação econômicas, não significava decadência ou atraso, mas uma afirmação dessa sociedade, que se dinamizava de acordo com ritmo e não ao compasso das relações capitalistas européias mais desenvolvidas.

Ou ainda: “Para o povo, o cotidiano de sua realidade bastava às suas necessidades básicas diante do resumido universo ofertado pela Capitania e, posteriormente, pela Província” (CHAUL, 1997, p. 73).

Esta última afirmação de Chaul inclui entre as “necessidades básicas” também as necessidades imaginárias sociais, permite a atualização da questão permanecida em suspenso: Será a descrição de Bertran da “sociedade da abastança” apenas uma utopia retrospectiva, a transfiguração de um passado pouco lisonjeiro e não mais condizente com o enobrecimento recente da sociedade goiana?

É consenso entre os estudiosos que o século XIX goiano é pouco conhecido. Para Luis Estevam (2004, p. 48),

Deste modo, a tentativa de interpretação da conformação sócio-econômica de Goiás no XIX constitui tarefa interessante, porém sem maiores pesquisas será de resultados insuficientes. [...] De resultados insuficientes, em vista da extrema carência de dados capazes de traduzir com propriedade, a vida material e sócio-cultural dos goianos oitocentistas.

Em sua tentativa de interpretação, Estevam anota que, no bojo do processo de ruralização de Goiás – por razões que incluem o isolamento da província, a

legislação fundiária e outros fatores –, grandes extensões de terra foram-se concentrando nas mãos de poucas famílias. Neste contexto, a fazenda de gado, “complexo produtivo *pecuária extensiva – agricultura de subsistência* –” autosuficiente em termos de alimentos e vestuário artesanal, surgiu, hegemônica, como organização produtiva básica. Nela,

o fazendeiro juntamente com aqueles que cultivavam a terra teceram formas recíprocas de intercâmbio e convivência. Os agregados produtores de alimentos alojaram-se em grandes fazendas por ser a melhor – quem sabe a única opção...Vincularam-se a um fazendeiro, mesmo porque seus produtos não conseguiam atingir mercados distantes, impossibilitando a exploração das atividades enquanto geradora de renda (ESTEVAM, 2004, p. 63-64).

No âmbito da fazenda de gado, segundo Luis Estevam (2004), a vida social goiana expressou modalidades próprias nas manifestações cotidianas e na mentalidade dos indivíduos. Incluem-se aí a indiferenciação na comida, nas vestes e na rotina de trabalho; a simplicidade, a frugalidade, o encurtamento da distância social, o enrijecimento dos antigos costumes em função do isolamento. “A pecuária passou a forjar, então, a essência de uma “civilização cabocla em Goiás” (ESTEVAM, 2004, p. 67). O autor reconhece que, no interior da unidade produtiva – fazenda de gado – as relações não eram harmoniosas. E afirma que os conflitos eram resolvidos pela mobilidade espacial dos moradores dos latifúndios: “Qualquer desavença com patrão, desgosto com o trabalho ou a vizinhança, resolvia-se na transferência para outra fazenda” (ESTEVAM, 2004, p. 69).

Ora, não parece ter sido esta a regra mais comum em Goiás. Como registra Chaul⁶¹ (1997, p. 100):

61 Chaul e tantos outros, por exemplo: Silva (1982).

Era, porém, por meio da opressão que se mantinha o trabalhador atrelado à terra. A exploração era resultado do processo de endividamento junto a seu patrão. As dívidas eram lavradas em cartório e, somente após sua quitação, podia o trabalhador romper os vínculos que os uniam aos patrões.

A condição social geral, não apenas de camaradas e agregados, em muito se deteriorou com o federalismo da República, dentro do quadro do sistema coronelístico.⁶² Por este sistema, as atribuições estatais de monopólio da força, cobrança de impostos e administração da justiça são mediadas no município em troca de apoio político, pelas armas e pelos votos dos coronéis que escolhem os titulares dos cargos de juiz, coletor e delegado de polícia que seriam nomeados pelo governo. Ora, é interessante notar que, para Bertran, isto não parece pôr em cheque os contornos de seu “paraíso caboclo”. Nele:

Para as classes dominantes quase um único artigo movia a ambição: necessidade de dinheiro para comprar as caras patentes da guarda nacional e sendo capitão, major ou coronel fixar sua posição de classe enquanto autoridade militar (BERTRAN, 1978, p. 68).

Havia razões para o lugar tão alto que esse bem ocupava na hierarquia da raridade dos bens sociais. Sobretudo com o advento da república. Segundo o próprio Bertran (1978, p. 72):

agora o sistema representativo permitia a aglomeração de fluxos políticos regionais na luta pelo poder central e o “coronelismo” foi o instrumento a veicular os primeiros contornos caracteristicamente micro-regionais, no imenso território: eram os “currais”, expressão inicial de democracia manu militar [...] No conjunto dessas expressões acabava-se por moldar um mecanismo de fluxos intra-espaciais, em que o chefe do clã e coronel era de fato o representante territorialmente lastreado da classe dominante. Através do clã e da propriedade de fazendas definia-se um espaço, por assim dizer, familiar.

Essas considerações têm grande relevância quando referidas a padrões de vida sociopolíticos posteriores. Se confrontados a padrões atuais de liberdade

62 Sobre coronelismo em Goiás ver Campos (1982).

política e de autonomia individual pode-se afirmar ter vivido o povo goiano, sob esse aspecto, em situação de iniquidade e de degradação.

É preciso, porém, evitar o anacronismo. Em seu balanço da cultura caipira, Antonio Candido considera com razão que,

encarando o passado da sociedade caipira, vemos que os bens para ela incompressíveis permitiram definir tipos humanos mais ou menos plenos, dentro de seus padrões e das suas possibilidades de vida econômica, social, religiosa, artística (CANDIDO, 1976, p. 226).

Nas coisas referentes ao imaginário, as considerações ditas objetivas, estabelecidas a partir do imaginário de outras sociedades ou de outros tempos, carecem de pertinência e relevância. Os trajetos do imaginário dos caipiras do início do processo de ruralização e, depois, dos sitiantes, agregados, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços que conviviam no sistema hegemônico da grande propriedade em Goiás, só deixaram traços orais ainda não perseguidos e recompostos. Tudo teria de ser visto, pois, dentro dos padrões e das possibilidades da época, antecederida pela escravidão e sucedida pelo esvaziamento do mundo rural. Eram outros os valores, as aspirações à imagem de mundo e àquilo que fosse uma vida boa e digna de ser vivida. A visão crítica de hoje não espelha os sentimentos e a mentalidade da época. Palacín (1990) relata que Frei Audrin em seus livros (Audrin, 1946; 1963), fruto de cinquenta anos de convivência diária no Norte de Goiás, no início do século XX, apresenta a vida do sertanejo quase como um paraíso. É verdade, frisa Palacín (1990, p. 33-34):

que se trata de um paraíso não de abundância, mas de frugalidade, não da cultura e seus refinamentos, mas de vida natural. Em paz consigo e com a natureza, com uma suficiência sóbria, e uma profunda sabedoria humana, a vida do homem do sertão aparece a esta luz como um exemplo de harmonia e tranquila dignidade.

4.1.3 Horror e beleza da vida no sertão

A sociedade de que vimos falando, como toda outra sociedade, institui-se pela criação de imagens pelas quais configura dinamicamente seu mundo. Um dos caminhos para o acesso a essas imagens é o caminho da poesia, da intuição artística. A interpretação do artista, sua consciência imaginante, desvela as significações centrais que fazem da sociedade aquilo que ela é; essa sociedade e não outra. O grande artista cria, por assim dizer, um mundo homólogo, ainda que parcial, fragmentário e incompleto, do mundo criado pelo imaginário social-histórico, do qual ele é uma imagem.

Tropas e Boiadas, de Hugo de Carvalho Ramos,⁶³ coletânea de contos de inspiração sertaneja, publicado em 1917, vai constituir uma chave para ingressarmos no imaginário da sociedade rural goiana da “abundância” E/ou da “decadência”.

A linhagem literária em que se insere “*Tropas e Boiadas*” é a do regionalismo.

Segundo esse conceito, Hugo de Carvalho Ramos se nos apresenta como realista, quando reproduz pormenores da vivência humana e como regionalista, quando transpõe essa busca de fidelidade literária para o ambiente rural, com sua especificidade de fâcies natural e de procedimentos sociais. Como regionalista Hugo de Carvalho Ramos pertence ao grupo a que poderíamos chamar documentarista, de vez que sua obra artística transborda da pura função estética para o aproveitamento pragmático do material sociológico e até geográfico, presente na descrição de paisagens e ambientes (PROENÇA, 2006, p. 182).

Com esta última consideração, o contista fica credenciado na condição de “intérprete”. Tanto mais que sua atitude de simpatia pelo universo que recria nasce

63 Hugo de Carvalho Ramos nasceu em 21 de maio de 1895, na cidade de Vila Boa, antiga capital do Estado de Goiás e faleceu em 12 de maio de 1921 no Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira literária ainda bem jovem, com a publicação de artigos, contos e poemas. *Tropas e Boiadas*, seu único livro publicado, transcende à literatura pela visão antropológica do processo de povoamento do interior brasileiro. É uma das obras goianas mais aclamadas pela crítica literária nacional.

de sua vivência pessoal, de sua memória. Isto faz de *Tropas e Boiadas* também uma biografia de Hugo de Carvalho Ramos e do social-histórico que ele descreve em sua cultura material, interpreta em seus símbolos e valores e compreende, fazendo-nos compartilhar de seu encantamento e suas saudades.⁶⁴

Para Wilson Martins (1978, p. 70), *Tropas e Boiadas* “é a fonte de todo o regionalismo goiano-mineiro posterior, até Bernardo Élis”. Para Cavalcanti Proença (2006, p. 180) “nas suas páginas a paisagem é bela, os personagens vivem, e o autor nos aprisiona e nos conduz a aprender com ele a existência e os sentimentos do homem do sertão”.

Que imagens de si e do mundo o social-histórico de Goiás manifesta em *Tropas e Boiadas*? Algumas epifanias, de horas e estações diversas, apresentam, de partida, o lugar compartilhado por objetos e seres naturais e sobrenaturais, árvores, bichos e homens:

O sertão abria-se naquela manha de junho festivo, na glória fecunda das ondulações Verdes, sombreado aqui pelas restingas das matas, escalonado mais além pelas colinas aprumadas, a varar o céu azul com suas aguilhadas de ouro; batuínas e xenxéns chalravam nas embaúbas digitadas dos grotões; e um sorvo longo de vida e contentamento errava derredor, no catingueiro roxo dos serrotes, emperolado da orvalhada, a recender acre [...]

Pelos dias de agosto, todo o horizonte goiano é um vasto mar de chamas: fogo das queimadas que ardem, alastrando-se pelos Gerais dos tabuleiros e chapadões a afugentar a fauna alada daqueles campos: fogo dos cerrados que esbraseiam, estadeando à noite os seus longos listrões de incêndio na cumeada das serras, intrometendo-se léguas e léguas pelo mato grosso e travessões do curso dos rios e subindo, carbonizadas, as folhas secas que o vento acamara, pelo cipoal e trepadeiras dos troncos seculares, cuja casca rugosa tisa de sobreleve para ir em fúria crepitar nas grimpas, entre galharadas verdes, reduzindo a cinzas os ninhos balouçantes do sabiá nativo, as caixas extravagante de borá e mandaçaia (RAMOS, 2006, p. 22, 123).

64 Ao demonstrar morfologicamente o caráter paradigmático do conto “Ninho de Periquitos”, Vicentini (1986, p. 170) observa: “Aliás, parece não ter sido outra a intenção de Hugo por toda a sua obra: dar, através de seus contos particulares, a idéia geral do sertão goiano”.

Nessa visão a natureza não é simplesmente uma organização, uma estrutura, coisas reguladas por leis, mas sentimentos, cumplicidade, exaltação da vida. A natureza que é boa, mas também má. A serpente tem

“maligna-mente”. Ao receber sua “picadela incisiva”, o caboclo Domingos, em um golpe certo amputa-lhe a cabeça e em outro, “ainda mais brusco”, decepa a mão condenada. Ele sabe ser a “[...] mata companheira, mas assassina, mas perfidamente traiçoeira (RAMOS, 2006, p. 61).

Nos acampamentos, borrachudos e miruins, mosquitos, muriçocas miúdas “azoinam” os ouvidos, e os pernilongos vêm “ferroar embaixo as carnes” com danação. Mas, mesmo criança, “mãos e rosto arranhados pelo cipóal, chupando às vezes o dedo dolorido duma ferroadada de jurupensém [está-se] pronto para recomeçar no dia seguinte” (RAMOS, 2006, p. 35).

O mundo do sertão é dramático. Forças e poderes sempre em luta, bichos animais e homens, nos caminhos, nos pousos, nos arraiais e nas fazendas, aonde serve o agregado, de avô para neto, “desinteressado no ganho, defendendo com a ferro os negócios da fazenda, na prosperidade dos quais punha mais cuidados que nos próprios arranjos” (RAMOS, 2006, p. 148).

As lutas entre os homens são as mais terríveis. Por ordem do coronel tem-se, por vezes, como no conto “Gente da Gleba”, o mais elaborado e o mais complexo da coletânea, de virar o mundo, arriscando a vida para trazer de volta o “camarada” fujão ou o capataz que se bandeia para outro patrão sem o ajuste prévio das contas. E, pior ainda, ter de si separados os testículos, como “poldro madraço”, por disputar com o patrão “as potrancas de estima” (RAMOS, 2006, p. 159). Pois, como diz o coronel “as éguas do meu pasto não foram apuradas para roncolho dessa laia” (RAMOS, 2006, p. 157).

Tropas e Boiadas parece dar alguma razão a Durkheim, para quem, segundo Cassirer (1977, p. 63)

O verdadeiro modelo do mito não é a natureza, mas a sociedade. Todos os seus motivos fundamentais são projeções da vida social do homem, mediante as quais a natureza se torna a imagem do mundo social; reflete-lhe todos os traços fundamentais, a organização e a arquitetura, as divisões e subdivisões.

Não é, pois, de se espantar que, “No caminho das tropas, [eram coisas] lúgubres e sanguinolentas,[...] eivadas de superstições e terrores [que contavam os casos que se ouviam] acorados à sertaneja sob o clarão embaçado daquela mesma lua acinzentada e friorenta do inverno, no seio aspérrimo das solidões goianas”. (RAMOS, 2006, p. 49).

Por toda parte a assombração. Assim, nos “taperões abandonados [– talvez também significações da expulsão e do despejo da posse da terra - com suas] paredes escalavradas, [...] seus escorrimentos profundos [nos adobes], a desmanchar-se lodosos e amolecidos, [seu] limo viscoso e esverdeado [a cair] como alastrações de lepra” (RAMOS, 2006, p. 31). Não convém assim viajar “escoteiro pelas estradas ermas, [tendo que passar a noite em algum] cochicholo embodocado [e descobrir, no dia seguinte, ter dormido no jirau de uma rapariga macutena] das bochechas e beijos arregaçados num vermelhidão apodrecido [, de onde] corria visguenta e fétida por entre os tocos de dentes amarelos [...] uma baba de empestado, [...] os dedos da mão não os havia.” (RAMOS, 2006, p. 17). A lepra era um dos grandes medos dos sertões goianos, metáfora e metonímia de muitos outros.

De outros perigos alertava “o canto do carijó”, protegiam a “caveira do boi-espácio” e os “patuás com benzedura”, ou mesmo anunciavam “a galinha do pescoço pelado” ou “o fogo-apagou”.

No mais, “é ter sempre desprego ao perigo” (RAMOS, 2006, p. 17) porque “em qualquer aperto pr’este mundo de Cristo, um homem é homem, e o que tem de acontecer tem força, acontece mesmo!” (RAMOS, 2006, p. 16). Para João Vaqueiro, “a melhor reza é a confiança no santíssimo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo” (RAMOS, 2006, p. 122). Quase um lamento de resignação. Um “Ai Jesus! Ai Jesus!” da pobre Chica em seu desespero. (RAMOS, 2006, p. 152). Nesse mundo em que o que vale é o “talento”, isto é, a coragem ou a valentia, não se pode oferecer a outra face. Um “perrengue [...], um homem que se deixa amarrar pela barba, não é homem, não é homem!” (RAMOS, 2006, p. 78). “Mortes tenho treze nas costas, mal contado, e não me arrependo” (RAMOS, 2006, p. 39), conta Cassiano. Quantas por conta das birras do patrão com a gente da redondeza?... “Terras bárbaras, gente forte!”. (RAMOS, 2006, p. 40).

A devoção a Nosso Senhor Jesus Cristo encontra-se, em *Tropas e Boiadas*, mais próxima das significações do mundo urbano herdado pela colonização⁶⁵ e do coração das mulheres que com ele compartilham da mesma “Santa Paciência”. Em peregrinação, vai-se à Trindade do Pai Eterno e ao Muquém de Nossa Senhora da Abadia. Mas o comum é sair o santo a peregrinar pela zona rural, em junho ou julho,

65 Nhá Lica, filha do coronel, nos seus devaneios de amor impossível pelo agregado da fazenda, tabu supremo, rememora com emoção as celebrações da Semana Santa na capital (Goiás): “E toda a milenária dor humana, consubstanciada naquelas palavras, parecia ainda como que a ressoar-lhe aos ouvidos, funebremente, doloridamente: *Vos omnes qui transitis per viam, attendite et videte si est dolor sicut dolor meus!..*” (RAMOS, 2006, p. 111) .

no final da colheita. É o que faz a bandeira do Divino Espírito Santo, acompanhada de seus festeiros, cantores e instrumentistas a cavalo.

O ano passado, no entanto, aparecera ali no Quilombo uma das tais folias de roça, mui diversa, aliás, das da cidade. Compunham-na um bando de trinta mandriões, cavalgando animais lazarentos, apetrechados de pandeiros e violas, que tinham se deixado ficar em pândega na fazenda oito dias seguidos (RAMOS, 2006, p. 105).

São essas folias pontos mais altos de sociabilidade na solidão dos “vastos gerais goianos”. Uma pausa coletiva nos “vastos silêncios do campo”.⁶⁶

Trotando por suas terras, o coronel Pedrinho nos dá um corpo de impressões e imagens do sem fim de suas terras e da imensidão goiana:

E quando galgava a eminência de um descampado, onde eram o araticum-do-campo, o pequizeiro, a fruteira-de-lobo e os coqueiros de macaúba que para cá dos listrões de mato se descortinavam esparsos no sapé bravio, a sua vista perdia-se ao longe, nas ondulações do terreno, abrangendo a récu distante do dianteiro, contornando um serrote; mais aquém, no fundo da vargem, o segundo que galgava a encosta; o terceiro e o quarto ainda ocultos no travessão do mato, lá embaixo, donde não tardaria em pouco aquele a desembocar; o quinto que cobertando-se nas árvores, e os cincerros da guieira do culatreiro a chocalhar-lhe os ouvidos ali adiante, numa nuvem de poeira de que recebia as últimas lufadas (Ramos, 2006 p. 70-71).

Os vastos horizontes e as grandes distâncias tornam as coisas diminutas. Assim, “o vulto do cavaleiro [...] pequeno ponto sujo no horizonte” (RAMOS, 2006, p. 142). Um bando de pombas no lonjal “parecem moscas a voejar” (RAMOS, 2006, p. 134). Mas é a lentidão de tudo que amplifica os espaços e nos dá o ritmo da temporalidade concreta desse mundo instituído pela sociedade de *Tropas e Boiadas*. O todo da natureza, bichos, homens, exprime a solidariedade no sem pressa comum.

66 Esta última expressão é de Baudelaire. Como ele, também Ramos está sob o signo da palavra vasto. Para o contista, a imensidão do sertão tem igualmente uma dimensão íntima; reveste uma intensidade do ser. Sobre a palavra vasto em Baudelaire, ver Bachelard (1974, p. 479-484).

O tom geral é dado pelo chiado de “um carro vilarejo dos fundões remotos, ao passo hierático de bois patriarcais, nostálgico e lamuriento à distância” (RAMOS, 2006, p. 26). O zebu é “pachorrento” (RAMOS, 2006, p. 174). A “caninana modorrenta” (RAMOS, 2006, p. 34). O tempo é o da ruminação. À moda dos bois, também ruma a mulada: “o resto da tropa ruminava nos embornais a ração daquela tarde” (RAMOS, 2006, p.13).

E o homem, este, ruma saudades. (RAMOS, 2006, p. 175). Da imensidão do espaço e da profundidade do tempo emana “A paz do sertão sugestiva e boa [descendo] nos escampos solitários” (RAMOS, 2006, p. 35).

4.1.4 Novos tempos em Goiás

Desde a Revolução de 1930, Goiás vem conhecendo um rápido processo de transformação que cada vez mais se acelera. O imaginário deste novo momento de seu social-histórico encontra-se bem expresso no relatório dos anos de governo 1930-1933, do interventor Pedro Ludovico, em especial em sua antevisão escatológica do futuro glorioso reservado para o estado:

Dirigido por uma capital moderna, metrópole do Brasil Central inteiro, em cujo levantamento, sem estorvo sequer de uma construção à antiga hajam colaborado esmeradamente todos os conhecimentos novos do urbanismo e da higiene: servido por vasta rede ferroviária que lhe pusesse todos os municípios em ligação reta, com uma estrada de ferro tronco, esgalhada em ramais beneficiadores das zonas mais ricas: pontilhado de escolas que agissem à porfia na difusão do ensino, principalmente no ensino técnico-profissional, substituindo o falido sistema educacional vigente, cuja finalidade é a bacharelização em massa das gerações surgentes, e preparando o agricultor para amansar a terra, o criador para criar o gado e o operário para manejar os seus instrumentos racionalmente; robusto pela cultura física da mocidade que lhe frequente os estabelecimentos de ensino; viril pelo saneamento das classes que lhe sulquem o solo, arando e fazendo as sementeiras das futuras sagras; honesto e bem intencionado pelo patriotismo das classes dirigentes a quem estejam confiados seus destinos; ativo e desempenado pela meritocracia do funcionalismo público que lhe ocupe os departamentos administrativos; saneado, trabalhando, produtivo, vasta oficina de fartura e atividade multiforme em marcha para a conquista da situação que as previsões atuais já lhe conferem, de celeiro do Brasil –

eis o que poderia ser o estado de Goiás dentro de 10 anos (Teixeira citado por PALACÍN, 1986, p. 88).

Estão aí presentes as significações centrais do novo tempo que tem seu mais forte momento de instauração na construção de uma nova capital que romperia com o arbítrio e o atraso representados pelas oligarquias da velha capital e projetaria o estado rumo a um futuro de progresso, integrado à nação brasileira. Ela é seu símbolo maior, a encarnação magmática de um novo mundo de significações. Projetada para conduzir o estado rumo ao futuro grandioso ela também procura recuperar o mito prometeico do desbravamento da nova terra, das aventuras épicas, das origens de riquezas abundantes, arrancadas do seio da terra no período das minas. Goiânia significa, na atualização estadonovista do mito das bandeiras, a retomada da Marcha para o Oeste, a fim de nacionalizar o Brasil e construir uma nação autêntica e progressista. Na cerimônia de sua inauguração oficial, em 5 de julho de 1942, o orador D. Aquino Correia saúda o fundador da cidade, o interventor Pedro Ludovico, como o “terceiro Anhangüera”, e a construção da cidade como “roteiro de volta aos sertões pela ressurreição dos tempos heróicos da nossa história” (PIMENTA NETTO, 1969, p. 35). Observa Chaul (2002, p. 183. Grifo na fonte) que

Goiânia pode [...] ser encarada como a imaginação utópica de uma época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo ideologicamente disseminado pela *Revolução* de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado e de sonho a ser reconquistado.

Na construção desse novo tempo, a ação do Estado é primordial e decisiva. Goiânia é concebida sob a sombra da racionalidade burocrática, do planejamento, da autoridade e do progresso. Progresso técnico, progresso científico, progresso econômico, progresso moral propiciados pela ação do Estado. Quer dizer concebida

à luz dos mesmos princípios e dos mesmos métodos prognosticados pelo relatório do interventor para transformar o Estado em um paraíso.

O plano diretor da capital a divide em setores, em zonas funcionais, incrustada em sítio julgado ideal pela sua centralidade, pela qualidade de sua topografia e de seu clima, e por suas condições hidrológicas. Ao centro de tudo, o Centro cívico, o princípio que dá racionalidade a tudo. Como nota Campos (1982, p. 179),

tudo convergia para lá e de lá partiam avenidas e ruas. O simbolismo dos rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, transformados em avenidas, bem como da Avenida Goiás, parece ir além do mero símbolo, da mera arquitetura. Do Centro Cívico, visto na perspectiva do Poder Executivo ali representado, partiam normas e diretrizes para a capital e para o Estado de Goiás.

Goiânia propõe uma nova temporalidade, novos padrões de necessidades sociais, de sociabilidade, novos costumes, novos valores, novas imagens. É uma capital moderna que inspira e força a modernização do imaginário do estado inteiro. Não por acaso, sua proposta arquitetônica é o estilo *art-déco*, com sua monumentalidade expressa na racionalidade das linhas retas e a gravidade das fachadas lisas e sóbrias. A arquitetura dos regimes autoritários dos anos 30 e 40.

O progresso pretendido não veio imediatamente. As indústrias prometidas demoraram a chegar. O setor rural continuou a predominar na economia. Em 1970 o setor rural ainda ocupava 69% da mão de obra e 56% da população ainda era rural. Goiás continuava a ser um estado rural, e Goiânia, a capital do sertão.

No entanto, uma modificação violenta estava ocorrendo nas representações, nas ideias e no psiquismo dos indivíduos. A construção de Brasília e a política

desenvolvimentista potencializam o novo imaginário, ancorando-o no processo de integração nacional e minimizando o sentimento de isolamento.



Figura 19 – Antiga Praça Cívica
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo

As transformações se aceleram nos anos 80. Com o êxodo rural, o campo se esvazia, a agroindústria substitui as velhas forças produtivas da agricultura, cresce o uso das técnicas, a produtividade aumenta, a urbanização se intensifica, os capitais e as máquinas invadem o campo, as relações se formalizam, diminuem a lealdade e as dependências pessoais, o trabalhador se torna assalariado, o cerrado encolhe, a “natureza” se dessacraliza, a soja investe contra o boi, a cana contra a soja. Nesse processo e nesse ritmo, já descritos no segundo capítulo, o espaço sertanejo tradicional goiano vai desaparecendo. Emerge e vai-se consolidando um *continuum* rural urbano em que as relações cidade-campo se intensificam. Relações que, segundo Raymond Williams (1989, p.19), constituem “uma história ativa e contínua [...] relações de ideias e experiências, mas também de aluguéis, juros, situação e

poder [que se move] em sentimentos e ideias através de uma rede de relacionamentos e decisões”.



Figura 20 – Atual Praça Cívica
Fonte: Arquivo da Agência Goiana de Turismo

A emergência do novo imaginário social, que se fez acompanhar da transformação do quadro da infraestrutura material que lhe serve de suporte, talvez não tenha produzido ainda narrativas que nos esclareçam suficientemente sobre suas significações sociais reelaboradas. Em especial, aquelas relativas ao novo contínuo rural-urbano em formação. O conto urbano, por exemplo, só penetrou em Goiás nos anos 1960 e, assim mesmo, pela pena de um escritor, Anatole Ramos, proveniente do Rio de Janeiro.⁶⁷ Ou talvez essas narrativas já estejam presentes, e as mais significativas passem despercebidas, por as procurarmos com os critérios de ontem. Como nota Debray (1993, p. 196) “ninguém é contemporâneo de seu ecúmeno, nem de seu tempo”.

67 Ver Denófrío & Tietzmann (1992, p. 8).

Há indícios que apontam para a reelaboração simbólica do rural tradicional como elemento integrante de uma identidade nova, plural, que sincretiza a fazenda e o *shopping*, o sertanejo e o peão de rodeio, o curral e a feira agropecuária. Remete à simbologia anterior para inventar o presente, não sem associá-lo, às vezes, à imagem de rural de outras culturas.

A indústria da música sertaneja de Goiás é uma das mais prósperas da fonografia brasileira. São de Goiás as duplas mais famosas e de maior audiência, e o maior número das novas promessas que se lançam. Nelas, a melodia tradicional emancipou-se das formas de vida que lhe deu origem e passou a cantar os pequenos dramas do cotidiano da vida nas cidades.

O carnaval, apesar do apoio oficial, não prosperou. É um dos períodos em que a capital se tranqüiliza, e os jovens vão destruir o sossego das cidades do interior, invertendo a ordem do mundo, o que é da natureza do carnaval. Durante o mês de julho, a cidade se esvazia de seus habitantes, por motivo profundamente enraizado na história e na cultura do estado. Famílias inteiras saem em migração em destinação às praias do Rio Araguaia. Lá, montam aldeias intermináveis de barracas, verdadeiras ocas de palha assoalhadas de tapetes de fibra em que, à moda indígena ou caipira, colhem, pescam, comem, bebem, cantam e dançam a música da tribo, na diversão com parentela, vizinhos e amigos, reatualizando sociabilidades de outros tempos.



Figura 21 - Acampamento Rio Araguaia
Fonte: Arquivo Agência Goiana de Turismo

A atmosfera é similar na feira agropecuária, a maior festa do estado, realizada no mês de maio. Festa mítica, que marca o encerramento da safra de verão. É a celebração da hegemonia do agronegócio. Em um período de dez a quinze dias, expõem-se as novas tecnologias, as novas máquinas, os melhores resultados da genética bovina, ao mesmo tempo em que se sucedem os *shows* de música sertaneja e outras, os rodeios. A vida social se desloca para o parque de exposições, para onde os restaurantes, bares e casas de *shows* e espetáculos transferem o melhor de seus meios e de seus esforços. É durante a “pecuária” que a população, sobretudo os mais jovens – por suposição os mais “urbanos” –, demonstra seu apreço mais elevado pelo telefone celular, pelas botas, pelos cinturões e chapéus de couro, pelas possantes caminhonetes com tração nas quatro rodas – já com fabricação no estado, em razão da demanda – pelos possantes sistemas de som que reverberam a sonoridade autóctone. Há de se assinalar que a proposta de um prefeito, nos anos 90, de oficializar Goiânia como cidade “*country*” não prosperou. Dos que proclamam constituírem mais alevantados os valores da

antiga capital, hoje patrimônio comum da humanidade, é que partiu a maior oposição.

Em outra festa de origem rural, que também se celebra no final da colheita, no mês de junho, na região metropolitana, na cidade de Trindade, realiza-se um culto sagrado mais tradicional e mais permanente: a Romaria do Divino Pai Eterno.

Por volta de 1840, enquanto amainava a terra para a semeadura, a enxada de um casal de agricultores pobres descobriu um medalhão de barro que representava a Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. O povo adotou a imagem que, esculpida conforme, em cedro, pelo “Aleijadinho de Goiás”, Veiga Valle,⁶⁸ tornou-se centro de peregrinação para onde acorriam a pé, a cavalo e em caravanas de carros de bois, romeiros da província inteira, para agradecer a boa colheita, a proteção contra cobras e onças, a cura das inúmeras enfermidades que atingiam os habitantes de Goiás. A devoção desde então só se expandiu.

A estrada de mão dupla que liga a capital ao santuário reserva pista para os penitentes que vão a pé pagar promessas. No caminho, a distâncias regulares, encontram-se as estações da Via Sacra, em painéis do pintor goiano Omar Souto. Os carros de bois continuam trazendo os romeiros das cidades vizinhas. A intensa sociabilidade de antanho continua a se expressar nas barracas de mercadorias e prendas, nos parques forâneos de diversões, nas quermesses. No final das missas, as bênçãos, em especial a reservada “aos motoristas e seus veículos”. Pois eles são

68 José Joaquim da Veiga Valle nasceu em Meia Ponte em 9 de setembro de 1806 e morreu na cidade de Goiás em 24 de Janeiro de 1874. A partir de 1840, já escultor renomado, vai trabalhar nas Igrejas da Capital, a convite do governador da província, de quem é hospede. No ano seguinte, casa-se com uma de suas filhas. Muitas das obras desse artista, imagens religiosas talhadas em cedro, no estilo barroco, encontram-se hoje no Museu da Boa Morte, na cidade de Goiás. Outras permanecem na posse continuada de famílias tradicionais do estado, também como signo de tradição, de bom gosto e de parentesco com esse escultor, cuja obra vem sendo cada vez mais reconhecida (JOSE..., [s. d.]).

muitos. Dois milhões é o número estimado de romeiros durante a festa. A devoção agora se estende pelo País inteiro, através das novenas transmitidas nacionalmente em dois horários diários, por emissoras católicas de rádio e televisão.

Embora o medalhão e a escultura representem a Santíssima Trindade – que deu nome ao povoado –, a devoção é ao Divino Pai Eterno. O fato de as outras santíssimas pessoas terem sido como que assumidas, na devoção, pela primeira, pode dizer alguma coisa sobre a mentalidade e o sentimento religioso da época e, talvez, sobre a evangelização do período. Mas, em qualquer circunstância, muito menos aqui, não é procedimento adequado submeter o imaginário a causalidades e a funcionalismos. O santuário de Trindade é o único do mundo dedicado à adoração do Divino Pai Eterno.



Figura 22 – Basílica do Divino Pai Eterno na Cidade de Trindade
Fonte: Arquivo Agência Goiana de Turismo



Figura 23 – Carreiros do Divino
Fonte: Arquivo Agência Goiana de Turismo

São essas tradições e outras, também reinventadas no novo contexto do *continuum* rural-urbano, como as cavalhadas, o arroz com pequi, a pamonha, em que a sociabilidade goiana se atualiza, que permitem afirmar que se uma cultura foi superada, uma outra se formou, alimentada na riqueza de seu húmus. Pode-se então levantar a hipótese da formação de uma cultura singular em Goiás, de uma identidade goiana, de uma “goianidade”. Identidade múltipla, plural, contraditória, transversal, que associa as várias heranças e as várias matrizes de sua história em todas as épocas, que exprime os modos de ser do goiano e suas formas de copertencimento ao jeito brasileiro de ser. Uma certa imagem do modo de ser do goiano encontra-se bem expressa no texto “Ser Goiano”:

Ser goiano é carregar uma tristeza
telúrica num coração aberto de sorrisos.
É ser dócil e falante, impetuoso e tímido.
É dar uma galinha para não entrar
na briga e um nelore para não sair dela.
É amar o passado, a história,
as tradições, sem desprezar o moderno.
É ter latifúndio e viver simplório, comer
pequi, guariroba, galinhada e feijoada,
e não estar nem aí para os pratos de fora.

Ser goiano é saber perder
um pedaço de terra para Minas,
mas não perder o direito de
dizer *uai, este negócio, este trem*,
quando as palavras se atropelam
no caminho da imaginação.

O goiano da gema vive na cidade com
um carro de boi cantando na memória.
Acredita na panela cheia, mesmo quando a
Refeição se resume em abobrinha e quiabo.
Lê poemas de Cora Coralina e
sente-se na eterna juventude.

Ser goiano é saber cantar música caipira
e conversar com Beethoven, Chopin,
Tchaikovsky e Carlos Gomes.
É acreditar no sertão como um ser
Tão próximo, não dentro da alma.
É carregar um eterno monjolo no coração
e ouvir um berrante tocando longe,
bem perto do sentimento.
Ser goiano é possuir um roçado e
sentir-se um plantador de soja,
tal o amor à terra que lhe acaricia os pés.
É dar um tapinha nas costas do amigo,
Mesmo quando esse amigo já lhe
Passou uma rasteira.

O goiano de pé rachado não despreza uma
pamonha e teima em dizer *ei, trem bão*,
ao ver a felicidade passar na janela,
e exclama *viche!*,
quando se assusta com a presença dela.

Ser goiano é botar os pés na botina
ringideira e dirigir os tratores
pelas ruas da cidade.
É beber caipirinha no tira-gosto da tarde,
com a cerveja na eterna saideira

É fabricar rapadura, ter um *passopreto*
nos olhos e um santo por devoção.

O goiano histórico sabe que o Araguaia
não passa de um *corgo*, tal a familiaridade
com os rios.
Vive em palacetes e se exila
nos botecos da esquina.

Chupa jabuticaba, come bolo de arroz
e toma licor de jenipapo.
É machista, mas deixa que a
mulher tome conta da casa.

O bom goiano aceita a divisão do Estado,
por entender a alma goiana
permanecer eterna na saga do Tocantins.

Ser goiano é saber fundar cidades.
É pisar no Universo sem tirar
os pés deste *chão parado*.
É cultivar a goianidade como herança maior.
É ser justo, honesto, religioso
e amante da liberdade.

Brasília em terras goianas é gesto
de doação, é patriotismo.
Simboliza poder. Mas o goiano
Não sai por aí contando vantagem.

Ser goiano é olhar para a lua e sonhar,
pensar que é queijo e continuar sonhando,
pois entre o queijo e o beijo
a solução goiana é uma rima.

(TELES, 2001)

CAPÍTULO V

O IMAGINARIO DE RURAL DO TURISTA

5.1 Imagens do rural goiano

A busca do turismo pelo campo – o turismo rural – é uma prática imaginária, mediada e atravessada pelo imaginário e, assim, também “prática mágica e espontânea do espírito que sonha”⁶⁹ (MORIN, 1997, p. 98).

Nesta parte de nosso trabalho, pretendemos construir um caminho, delinear um percurso rumo ao imaginário rural do turista, para captar o mundo de significações que o campo é para ele. Essas significações compreendem as representações, as ideias, os sentimentos que eles associam à ideia de campo. Mas,

A imagem mental é estrutura essencialmente de consciência, função psicológica. Não é possível dissociá-la da presença do mundo do homem, da presença do homem no mundo. É para ambos o intermediário recíproco. Ao mesmo tempo, contudo, a imagem não passa dum duplo, dum reflexo, isto é, duma ausência (MORIN, 1997, p. 42).

⁶⁹ É assim que Morin (1997) conota poeticamente o imaginário.

Por essa razão, procuramos captar essas significações também por meio da vivência direta e intensa do turista em contato com o campo, considerando que as significações sociais se “inscrevem” e se “encarnam” no “mundo sensível” também pela vivência e eficácia dos indivíduos. Elas se materializam na linguagem que o sujeito turista utiliza para falar do campo, nas operações de seus sentidos, instituindo objetos, selecionando e construindo, com base no dado natural, uma natureza, uma paisagem.

Exprimem-se elas, também, nas posturas, nos gestos e formas de contato que o turista estabelece como apropriadas para relacionar-se com a natureza e com os sujeitos, bem como nos estados afetivos e emocionais decorrentes. Essas significações também se presentificam na dimensão do devaneio, da memória e das estimativas de valência às práticas, às tradições e à cultura campestre.

Trata-se, pois, de captar o rural como um mundo para si do turista, dando-se, transformando-se, inventando-se pela criatividade de sua psique. Nesse processo de autoalteração de seu mundo de significações, o indivíduo utiliza símbolos, significantes presentes no mundo público e comum, que é seu social-histórico.

É certo que os turistas não são – e nem mesmo a totalidade dos indivíduos – os suportes que carregariam todas as significações sociais desta sociedade. Aliás, sequer as referentes ao rural. Como ensina Castoriadis (1982, p. 411) “não se pode reduzir o mundo das significações instituídas às representações individuais efetivas”. Mas é inevitável e até necessário que

uma parte das significações imaginárias sociais encontre um ‘equivalente’ efetivo nos indivíduos (em sua representação consciente ou não, em seu

comportamento, etc.) e que as outras aí se ‘traduzam’ de uma certa maneira direta e indireta, próxima ou longínqua (CASTORIADIS, 1982, p. 411).⁷⁰

Essas “traduções” ou “equivalências”, necessariamente complementares, que também foram objeto de nossa atenção, nos permitiriam, aqui e lá, aflorar a questão da identidade relacionada ao campo do social-histórico goiano, traduzido por sua representação pelo turista rural. Isto, ainda que essa especificidade se deva entender como copertencimento à sociedade nacional e à sociedade mundial globalizada sob a égide do capitalismo.

Com o intuito de explorar o imaginário rural do turista como mundo de significações, empreendemos nossa pesquisa empírica. Optamos pela técnica da entrevista com questões abertas, que favorecem, segundo Morin (1984, p. 146) “resposta espontânea do entrevistado e análise aprofundada das respostas por parte do entrevistador. E, além disso, a entrevista abre a possibilidade de interação entre pesquisador e entrevistado quando há verdadeira empatia”.

Explorando essa possibilidade de interação, o entrevistador procurou estimular os entrevistados a participar de uma entrevista cujo roteiro buscava examinar as questões de vários ângulos, perspectivas e situações. As entrevistas, que foram gravadas em cinco locais de turismo rural, tiveram a participação de 27 turistas e foram interrompidas quando as experiências relatadas foram-se tornando pouco complementares ou redundantes.

⁷⁰ Morin (2002, p. 24) reporta a essa ideia de outra forma. Para ele: “A relação entre os espíritos individuais e a cultura não é indistinta, mas sim hologramática e recursiva. Hologramática: a cultura está nos espíritos, que estão na cultura. Recursiva: assim como os seres vivos tiram sua possibilidade de vida do seu ecossistema, o qual só existe a partir de inter-retroações entre seres vivos, os indivíduos só podem formar e desenvolver o seu conhecimento no seio de uma cultura, a qual só ganha vida a partir das inter-retroações cognitivas dos indivíduos que regeram a cultura que as regenera” Observe-se que, para Morin, o termo cultura engloba também o *imaginário*, que constituiria o contraponto à “vida real” à “vida prática”. Em Castoriadis o *imaginário* tem sentido mais ontológico. “Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

Os entrevistados foram escolhidos com o único cuidado de contemplar todos os gêneros e a classe de idade percebida como a mais frequente entre os usuários dos estabelecimentos selecionados - em anexo, apresentamos um breve roteiro da pesquisa empírica. Consideramos que, com essas ressalvas, já que não empreendemos estudo quantitativo – em que médias, variáveis, frequências, proporcionalidades são pertinentes – poderíamos considerar os informantes intercambiáveis. Tanto mais em se tratando de atividade eventual – turismo rural metropolitano –, pois nenhum critério *a priori* poderia qualificá-los enquanto tais.

Estruturamos a análise dos testemunhos a partir dos estados em que o turista se põe, ou das atitudes que toma diante do campo.

Impuseram-se os tópicos:

- o campo imaginado
- o campo contemplado
- o campo vivido
- o campo rememorado
- o campo venerado
- o campo comemorado.

Estes tópicos não são excludentes e é evidente sua artificialidade em matéria na qual os movimentos das remissões e a hologramaticidade dos painéis constituem a regra. Assim, impõem-se com frequência os procedimentos e, às vezes, descrições longas e revisitadas, presentes também em razão de seu interesse etnográfico. As seções seguintes comentam as manifestações dos entrevistados.

5.1.1 O campo imaginado

A “natureza”, “mais contato com a natureza” e com o “ambiente natural”, é o principal motivo apontado pelos turistas entrevistados para a busca do turismo no campo.

De início, posto que definimos o cotejamento com o imaginário social goiano como chave mestra para o acesso ao imaginário rural do turista, é mister explicitar-se que o “meio natural” imaginado pelo turista distingue-se daquele do homem, melhor dizer, da sociedade ou da cultura tradicional rústica ou caipira. Até, senão sobretudo, porque os seus vínculos com esse meio, ou, mais radicalmente, na expressão de Castoriadis (1982, p. 399), com o “dado” ou “suporte natural”, são de uma toda outra ordem.

Na sociedade camponesa tradicional, como demonstra Antonio Candido (1971, p. 23-32), o vínculo do homem com o meio sensível é mais estreito, pois que é interagindo imediatamente com ele que o homem produz, concomitantemente, sua subsistência e sua vida social e cultural.

Não é demais enfatizar, para maior clareza, com Castoriadis (1982, p. 399), que “o primeiro estrato natural” é ele mesmo imaginado ou “instituído”, constituindo um “outro” da natureza. Ou seja, como diz Morin (2005c, p. 112) “A natureza não é unicamente o substrato “objetivo” da realidade antropossocial: é também um produto antropossocial. A cultura co-produz a natureza dando-lhe um rosto. A natureza existe antes de nós, fora de nós, mas não sem nós”.

Qual é, pois, esse rosto da natureza para o turista?

Essa natureza aparece para o turista como “as árvores, ar puro, tudo o que a gente não encontra no meio urbano” (Nívea); “Os pássaros, as árvores” (Érica); “A vaca, o porco” (Carlos Alberto). “O verde da mata, o canto dos pássaros [...] o barulho dum miquinho” (José Maria); “Espaço aberto” (Valéria); “Árvores, cachoeira, águas” (Iara); “O verde e os animais, insetos, borboletas, libélulas” (Luciana).

Apenas o senhor Waldomiro, identificado assim por ter sido o entrevistado mais idoso, mais de 70 anos – e não cabe atribuir maior significação à coincidência, mesmo porque não quisemos empreender estudo quantitativo para sustentar análises discriminativas e de correspondências – é mais expansivo e confessa: “eu gosto do campo. Hoje eu sinto quando aquela chuva molha a terra, chego, chego a sonhar com as fileirinhas de arroz, de feijão que você planta que ele brota aquelas linhas, certinho. Eu chego a sonhar com isso”.

Diz Antonio Candido (1971, p. 28) que “o meio natural aparece de início como grande celeiro potencial”. No geral, não dirigem os turistas sua atenção para o que no seu perfil possa sugerir, por exemplo, sua fecundidade e sua generosidade em nutrir seus filhos. Só seu rosto aparece. A natureza é então a “paisagem”, que Marcelo e Carlos Alberto buscam em suas idas para a Villa Cerrado.

Paisagem, olhar estetizante que a cultura europeia começa a lançar sobre os campos – *pays* – no *cinquecento* (século XVI), quando a visão renascentista dessacraliza um mundo que se urbaniza celeremente. Como assinala Debray (1993, p. 193):

se a natureza está por toda parte, a paisagem só pode nascer no olhar do citadino que olha de longe para ela; com efeito, não é obrigado a trabalhar aí todos os dias, sem levantar os olhos do chão. O camponês zomba da paisagem porque se sente estrangulado pela necessidade e transpira aí de costas dobradas...



Figura 24 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)

Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

Nota ainda Debray (1993, p. 193) que “Estando suficientemente seguro de sua sobrevivência, somente o urbanizado pode dedicar-se aos prazeres do passeio e da contemplação”. Isso nos leva à questão do caráter estético do passeio do turista ao campo.

5.1.2 O campo contemplado

Se ao turista o campo e a natureza, são vistos como “paisagem bonita” e até como divina – como afirma Carlos Alberto: “o canto dos pássaros para mim..., é divino essa natureza” –, sua viagem ao campo é uma verdadeira festa para os sentidos.

Morin (2005d, p. 134) inclui “as viagens turísticas para visitar monumentos e paisagens” na vasta gama das ações e das representações que compõem a estética contemporânea.

A estética é concebida aqui não somente como uma característica própria da obra de arte, mas a partir do sentido original do termo, *aisthétikos*, de *aisthanesthai*, “sentir”. Trata-se de uma emoção, uma sensação de beleza, de admiração, de verdade e, no paroxismo, de sublime; aparece não somente nos espetáculos ou nas artes, entre os quais, evidentemente, a música, o canto, mas a dança, mas também nos odores, perfumes, gostos

dos alimentos ou das bebidas; origina-se no espetáculo da natureza, no encantamento diante do oceano, da montanha, do nascer do sol. (MORIN, 2005d, p. 132).

Para muitos, entre outros, Hegel citado por Plazaola (1973, p. 359), a beleza natural é apenas uma forma imperfeita de beleza. E alguns, como Croce e Malraux (citado por PLAZAOLA, 1973 p. 359), lhe denegam mesmo qualquer valor estético. Ora dizem, para estribar suas convicções, que na natureza abunda o trivial, o insignificante, ora que do belo natural só se pode dizer tal porque aprendemos a ver a natureza guiados pela arte. Resume essas posições o dito de Oscar Wilde (citado por PLAZAOLA, 1973, p. 359): “a natureza imita a arte”. Contra essa posição se levanta a resposta de M. Dufrenne (citado por PLAZAOLA, 1973 p. 358), que se, por um lado, reconhece que a arte ajuda a desenvolver o gosto, por outro, afirma não ser menos verdade que “para nos deleitarmos com o canto dos pássaros não é necessário termos ouvido a Pastoral”.⁷¹

O que nos interessa aqui é assinalar o deleite que o contato com a natureza provoca nos sentidos dos turistas. É que, na perspectiva do imaginário a questão colocada exterior a um determinado social-histórico, a um sujeito, a uma consciência, carece de sentido. Então, situando a questão no âmbito da sociedade goiana rural tradicional, já vimos, no capítulo anterior, a natureza imaginada pelo turista participar, até mesmo no nível do sublime, como co-protagonista e cenário dos dramas e das tragédias do sertão goiano. Entretanto ela pode apresentar-se

⁷¹ Para esta discussão sobre o caráter estético da natureza nos fundamentamos em Plazaola, Juan S. *Introducción a la estética: Historia, teoría, textos*. Madrid: Biblioteca Cristianos, 1973, p. 358-360.

penas como bonita, ou linda, como neste trecho do conto “O Milagre”, de Cora Coralina,⁷² em que ela se manifesta como

vegetação franjada da luz ardente do sol, o canto dos pássaros, o zumbido dos insetos, o guincho dos animais, o cheiro acre das inflorescências novas, o rumor indefinido da selva no seu perpétuo laborar fecundo... Do campo o mugir das vacas, o berro gemente dos novilhos, o nutrir dos cavalos, o relinchar dos potros, o aboiado dos vaqueiros... Maio. Domingo. Pela natureza vae um delírio de cores, de aromas, de murmúrios sem fim (CORALINA, 1983, p. 222).

Excetuando-se as referências, aqui bem explicitadas, a funções mais íntimas e viscerais, essa descrição impressionista – composição paisagística – coaduna-se bem com a percepção da natureza pelo turista. É verdade que o turista é mais lacônico, seja por falta de categorias e educação estética, seja também por privilegiar a contemplação mais silenciosa.

Entendemos aqui contemplação como visão simples, intuitiva, olhar admirativo e afetuoso, em que mais se ama do que se conhece e que, por isso mesmo, é mais ou menos inefável. A contemplação começa com o deleite dos sentidos. O que agrada aos sentidos, afinal, é uma das mais tradicionais definições do belo. Iara gosta de ficar ouvindo “o barulho das águas, das árvores...”. José Maria se encanta com “o verde da mata, o canto dos pássaros, o gado, o pasto. Tô vendo um pônei ali também, então, isso aí... também tô ouvindo uma galinha, tô ouvindo o barulho dum miquinho...”. Seu Waldomiro diz: “fico observando os passarinhos. E aqui tem o sabiá, o chupinho, ele é pretinho e o sabiá é marrom. Então eu acho que ele tem preguiça de chocar... ele põe no ninho do sabiá, e o sabiá choca. Aí, quando nasce um filhotinho preto e o outro marrom. Aqui tem muito. Aquele pretinho piando

⁷² Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nasceu na cidade de Goiás, em 20 de agosto de 1889 e faleceu em Goiânia, em 10 de abril de 1985. Foi poetisa e contista goiana, com reconhecimento nacional. Foi uma mulher simples, doceira de profissão, tendo produzido uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás (CORA..., [s. d.]).

atrás do sabiá. Se tivesse, eu ia mostrar pra senhora. Oia aí, ó. Isso aí é um sabiá que tá cantando”.



Figura 25 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)

Fonte: Maria das Graças Nogueira Antinarelli (Acervo Particular)

A confissão de Neiva explicita as articulações e as continuidades da atitude contemplativa com seu objeto e com seus frutos. “Ah, eu gosto de ficar assim em paz, sem escutar barulho, bem tranquilo, bem relaxado. Assim... ver as águas, a tranquilidade mesmo”. Ele quase se “unifica” com o objeto contemplado, no esquecimento de si mesmo. Sua paz é a tranquilidade das águas; a tranquilidade das águas é a sua paz.

“Tranquilidade”, “paz”, “silêncio”, “sossego”, “descanso” são os motivos que os turistas mais explicitam para sua ida ao campo. São essas as significações que eles associam ao campo com mais frequência: É o que, por exemplo, exprime Márcia: “Eu vim para cá, assim, procurando tranquilidade [...]. Eu vim cá mais pra relaxar. Pra relaxar do movimento, vim para um lugar calmo e tranquilo. Acho que na fazenda é bem mais tranquilo”. Essa ruptura com o “movimento”, com a vida cotidiana é a condição mesma da expansão da consciência na contemplação. No

campo, Érica procura encontrar “Mais paz, tranquilidade, harmonia com a natureza [...] fugir um pouco do dia a dia da cidade, fugir da rotina”. Rosilene afirma: “Eu gosto desse sossego, do silêncio...”. Livia vai para o hotel-fazenda “devido ao descanso, ao sossego... Vim em busca disso”. Kétina diz que na Pousada Monjolo “encontrou sossego” e observou que “o pessoal fica mais tranquilo, mais sossegado aqui”.



Figura 26 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)
Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

O gozo, a fruição desinteressada, potencializa a comunhão contemplativa. No pesque-pague, as pessoas parecem antepor a emoção do jogo à da posse. “O que gostei aqui é o pesque e largue. Você pesca e não tem que carregar o peixe ...”. “Pescando... Eu esqueço tudo... os problemas. Eu fico... olha aí um peixinho, fi... escapou. Não, eu venho aqui mesmo pra pescar e soltar. Eu pesco e solto. Agora, quando não tem peixe em casa, eu pesco e levo” (Sr. Waldomiro).



Figura 27 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)

Fonte: Guiomar Alves de Oliveira (Acervo Particular)

5.1.3 O campo vivido

A vida do turista no campo é vida poética. A atitude contemplativa, pelo menos incoativamente, também é vida poética. Mas, talvez, de uma forma mais receptiva, talvez mais passiva, em que o sujeito mais reflete a claridade de uma luz poderosa do que a produz ele próprio. Ainda que esse espelho e essa fonte se confundam em sua comunhão íntima.

Entendemos a poesia como estado, talvez, mais predominantemente ativo, talvez de mais alegria e festa do que de harmonia e deslumbramento; talvez de mais satisfação e exaltação do que de fascínio e êxtase, recorrendo aqui às qualificações que Morin (2005d, p. 132-140) associa a esses estados. Talvez, quem sabe, pode-se dizer que são “moradas”, aposentos contíguos de um mesmo casarão encantado.

O sentimento confessado por Lúcia, quando no turismo rural, nos permite melhor compreender que se está a dizer: “é capaz mesmo... é como se Lúcia do dia a dia não existisse. Aqui é uma Lúcia moleca, uma Lúcia criança, uma Lúcia que

consegue ver, assim, o pingo da água e se maravilha com isso. Agora mesmo em cada árvore queria subir de novo como se fosse criança”. A poesia talvez, é possível dizer, seja mais moleca, mais lúdica, mais serelepe do que contemplativa.

No estado estético e no estado poético registra-se, porém, o mesmo desvio do prosaico, da rotina, em direção à “verdadeira vida” de que fala Rimbaud citado por Morin (2005d, p. 139).

O corte com o cotidiano é registrado pelos turistas nos diversos gestos com que se despem da veste social. Roselane gosta de “tirar o sapato, pé no chão, essas coisas”. Seu Waldomiro vai além: “eu gosto de chegar, forro o chão com essa lona aqui, sento, tiro o chinelo e fico à vontade. Na sombra boa”. Para Marta, “parece assim que a gente fica mais fresco, né. Parece que você... Eu acho que você fica mais à vontade... Você vem de chinelo, de bermuda, de camiseta”. A fala de Valéria aponta que essa ruptura marca a entrada no mundo da descoberta, da dilatação da mente, próprios do estado poético: “Aqui a gente não tá preocupada, a gente vem à vontade, pra começar completamente à vontade, de chinelo, roupa confortável, no dia a dia... E junto do traje vem o espírito, que vai se abrindo para o que a gente vai encontrar por aqui, na realidade, aqui. Muito ar, né!, ar fresco, ar saudável, bichinho, que a gente não sabe o nome, mas sabe que vem da natureza...”.

Erlane (acompanhada do marido) diz que “rural é mais gostoso... bem-estar, respiração... Vim aqui ver uma planta que tem aqui e que é diferente, que ele (o marido) viu e eu não vi”. De novo o bem-estar, a descoberta que pode associar-se com o sentimento de Maria Fernanda, no Pesque-Pague, quanto ao encanto da simplicidade que liberta “a gente pode ficar tranquilo, a gente sente menos necessidade de cada coisa...”.

No clima de boa vontade geral – quase unânime – do turista para com o campo, Irasmon confessa “Eu vejo que as pessoas ficam mais livres, mais liberais, ou seja, chegam à felicidade...”.

5.1.4 O campo rememorado

O termo rememoração tem aqui o sentido comum de lembrança. Não assume, pois, os sentidos que lhe atribui Husserl (citado por SARTRE, 2008), em cuja interpretação, rememorar consiste em “fazer reaparecer as coisas do passado com suas qualidades [...] impressão sensível renascente” (SARTRE, 2008, p. 129-130).

Ora, como nota Cassirer (1977, p. 90) “A imaginação simbólica é o processo pelo qual o homem não só repete sua experiência passada, mas a reconstrói”. Assim: “A imaginação torna-se elemento necessário da verdadeira recordação” (CASSIRER, 1977, p. 90).

Recordar é, pois, dar uma forma simbólica, um sentido, uma significação atual à experiência passada. É abrir-se a interpretação da experiência passada para o que Cassirer (1977, p. 92) denomina “a terceira dimensão do tempo, a dimensão do futuro”. A memória é sempre memória afetiva já que reorganiza poeticamente a experiência passada.

Essas considerações destinam-se a esclarecer que a natureza do campo rememorado pelos turistas em seus testemunhos regula-se mais pelos critérios da

verossimilhança do que pelos da verdade factual.⁷³ A rememoração do campo é assim uma faceta do imaginário rural do turista.



Figura 28 – Villa Colonial, no Município de Senador Canedo (GO)
Fonte: Maria das Graças N. Antinarelli (Acervo Particular)

Que lembranças têm os turistas de sua vivência rural pretérita? Que significação dão eles a essa experiência compartilhada do campo?

Uma primeira observação se impõe. Ainda que 17 dos 27 entrevistados se identifiquem como de origem rural, quase ninguém associa suas lembranças ao trabalho, aos processos produtivos do campo. Luiz Carlos Queiroz ainda fala da fabricação da farinha “o que mais se fazia na roça era farinha”. E Roselane refere-se a um processo tradicional de conservação das carnes dos animais: “nas fazendas antigamente tinha muito isso, quando eles não tinham freezer pra guardar e às vezes mata um boi ou um porco, eles fritam toda aquela carne, eles preparam ela e

⁷³ No que diz respeito às lembranças infantis, Laplanche e Pontalis dizem que “Freud retomando a distinção entre as lembranças encobridoras e as outras lembranças infantis, chega ao ponto de colocar a questão mais geral de sobre se haverá lembranças que se possa dizer que emergem verdadeiramente da nossa infância, ou apenas lembranças referentes à nossa infância”. (LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário de Psicanálise*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 265).

depois, vamos supor a carne de porco, põe ela na própria banha em que ela foi preparada e guardam”.

A pouca evocação espontânea dos processos produtivos do campo pode ser relacionada também à rápida transformação do campo goiano. Passou-se muito celeremente da fazenda autárquica, auto-suficiente, para uma situação em que o alimento parece emanar miraculosamente dos armazéns e dos empórios da cidade, em direção ao campo, que em vez de comida passou a produzir *commodities*. Como nota Seu Waldomiro, o povo da roça não produz mais alimento como antigamente. E sobre o cotidiano de quem vai ao campo, afirma: “Hoje ele faz é comprar na cidade para comer na roça. Não traz da roça para comer na cidade, não. Quando muito, traz da roça uma laranjinha...”.

Seja permitido, aqui, a partir da reflexão de Seu Waldomiro, voltar a reafirmar a emergência de um novo rural em Goiás, que se consolida e que projeta linhas de continuidade entre campo e cidade, que chegam a desorientar o turista. Da Pousada Monjolo, Cristina diz que “eu penso que é um espaço urbano no meio rural. Ele é um hotel fazenda com características urbanóides”. Marta, e nisto ela representa os outros turistas, tem outra opinião: “A Pousada Monjolo... é bem assim fazenda mesmo, mas você tem todo conforto, todo requinte. Como se estivesse na cidade”. Os turistas, à exceção de Cristina, como Lara, associam o rural à “condição de terra”, “ao ambiente mais natural... o barulho das águas, das árvores, o contato com terra”.

É verdade que essa divergência de concepções encontra-se também entre os estudiosos da cidade e do campo. Lefebvre (1999, p. 10), iluminado pela filosofia marxista da história, vê o tecido urbano – como tendência, horizonte, virtualidade e até como efetividade – predominar e cobrir o planeta inteiro. O autor compreende

esse “tecido urbano” como o “conjunto das manifestações de predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). Dele fariam parte uma estrada, um supermercado, uma residência secundária e, acrescentamos, um estabelecimento de turismo no campo. Divergindo dessa posição, concordamos com Raymond Williams (1989, p. 11) para quem



Figura 29 – Pousada Monjolo, no Município de Nerópolis (GO)

Fonte: Rodrigo Magalhães Santos (Acervo Particular)

a forma de vida campestre engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros, empresários agroindustriais –, e sua organização vária da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e *plantations* às grandes empresas agroindustriais e capitalistas e fazenda estatais.

E é assim, dentro dessa perspectiva, que o turismo rural, em suas mais diversas modalidades, caracteriza a “forma de vida campestre”.

No paraíso onírico que é o mundo das recordações rurais da infância – para Lefebvre (1999, p. 145) “o paraíso não se localiza mais na natureza” –, os turistas evocam os folgedos e as brincadeiras. Talvez também por estar disponível nos

locais de turismo, “andar a cavalo” é muito referido. Marcelo chama atenção para o aspecto artesanal dos brinquedos: “viver na fazenda que brincava não é igual hoje... tinha os instrumentos para fazer os brinquedos. Entre as mais lembradas “bagunças de criança”, na expressão de Luiz Carlos Queiroz, estão “pegar uma fruta ali no pé de manga de alguém, ali na roça de outra pessoa, assim”. Para Carlos Alberto, é “Subir num pé de manga, num pé de goiaba”. Ou “aquele banho de córrego” é também lembrado por Luiz Carlos Queiroz e por Maria Fernanda, que “ia tomar banho de córrego com as primas. Não tinha chuveiro na casa, era normal mesmo o banho de córrego no final da tarde. Então, eu lembro disso”.

Assinale-se que o banho de rio é uma das experiências infantis mais registradas pelo conto goiano. Rito de higiene, de lazer, de camaradagem infantil, de conagração dos sexos e das condições sociais. As braçadas nas águas e as brincadeiras às margens do rio fortalecem as afeições e abrem caminho para as descobertas da criança goiana. É assim, à beira rio, aquecendo ao sol as roupas molhada e apanhando girinos que se fortalece a afeição entre Nhá Liça e Dito, a filha do fazendeiro e o menino empregado, no conto “Gente da Gleba”, de Hugo Carvalho Ramos (2006, p. 81-162). É também à beira-rio, em “O Piquenique”, Conto de Jesus de Aquino Jaime (1994), que o pequeno adolescente toma consciência do que é ser homem e da hierarquia, que na vida devem respeitar os valores da camaradagem e da vida adulta recém-revelada.

Á vida no campo, rememorada, os turistas associam qualidades de caráter e valores humanos positivos. Alegria, simplicidade, saúde, solidariedade e amizade são alguns deles. Segundo Seu Waldomiro, na roça “ali, ó, o pai criava dez filho, sustentava tudo, criou tudo, sabe, cada homem sadio, direito, tem gente boa [...] Na

roça era bom demais...Tinha escolinha, lá na roça, lá você estudava, você criava seu filho. Eu conheço gente que criou terceira geração numa fazenda só”.

É nas lembranças das festas que os valores da roça – imaginados – mais se explicitam. Roselane relembra as festas de casamento: “era aquelas festas que matava cinco bois mais ou menos; era gente demais [...] vinha gente de tudo ali, os vizinhos. Então começava toda a preparação ali, uns dois dias antes, pessoal fazendo doce e tal. E eram festas boas, porque tinha dupla sertaneja e tudo”. Relembra também as festas religiosas: “Aqueles festas de barraquinha. Eu só me lembro qual era o santo. Aí tinha o terço, eram nove dias de festa... tinha a realização do terço na própria capelinha [...] às vezes até amanhecia o dia [...] esses nove dias de festa eram divididos nos fins de semana, começava sexta, sábado e domingo. Então tinha prendas [...] tinha leilão e tudo era muito bonito. [...]. São aquelas festas de Reis [...] eles vão de casa em casa [...] o santo entra dentro da sua casa, ali eles cantam pra você, às vezes eles jantam, acabam dormindo nesse local.” Luiz Carlos Queiroz apresenta a vida passada no campo como vida festiva, um idílio num mundo simples e natural: “No domingo a gente saía, juntava os amigos, sempre tinha uma vela na igreja, tinha um leilão que a gente fazia [...] tinha um leilão de frango, leilão de leitão. [...] Eu lembro da queima de Judas que tinha também lá na fazenda. Ah, era muito boa, o povo tudo se aprontava pra ir na festa naquela fazenda que ia ter o Judas e todo mundo ia bater, espancar ele, pendurar e depois botar fogo nele, explodir e depois, assim, a gente saía. Isso era sábado de aleluia, a gente entrava nas fazenda fazendo troca, não roubando, né, pegando frango e assim por diante, né, o que a gente fazia. Era muito bom, era muito bom naquela época. Viver aquela época de liberdade [...]. Aconteceu muitas vezes de pessoas de outra fazenda ir na minha casa roubar frutas, roubar frango, às vezes

leitão, e levar. A gente sabia quem era e ia pra lá comer também do frango. Tudo na paz assim, sem confusão, sem briga, sem nada”.

Constata Raymond Willians (1989, p. 397-398) que,

com freqüência idéias de campo é uma idéia de infância: não apenas lembranças localizadas, ou uma idéia comum idealmente compartilhada, mas também a sensação da infância, de absorção deliciada em nosso próprio mundo, do qual, no decorrer do processo de amadurecimento, terminamos nos distanciando e nos afastando, de modo que esta sensação e o mundo tornam-se coisas que observamos.

De fato, a experiência adulta dos turistas tempera a visão infantil, paradisíaca do campo. Convidados a se manifestarem sobre a eventualidade da troca da vida urbana atual por uma ida ou um retorno à vida rural, eles deixam aflorar a memória social dos constrangimentos e dos aspectos penosos da vida do campo, bem como os encantos e as comodidades da vida urbana. Eles se dão conta que a bica d’água do banho é de água fria, que ela substitui o banheiro que falta e que é lá que se tem de lavar a louça. Que o lampião romântico significa também falta de eletricidade.

O “lâmpião” e a “água fria”, que, para Carlos Alberto, junto com o “banho de corgo”, definiram o “rural de antigamente”, passaram a prevalecer. Ele não trocaria a vida na cidade pela vida no campo.

Luiz Carlos e Luiz Carlos Queiroz, em razão de sua “simplicidade” e de sua “tranquilidade”, optariam pela vida no campo. Seu Waldomiro diz que “se fosse por mim eu mudava pro interior. Minha patroa que não quer”. Kétina trocaria “porque não tenho mais criança...”, mas satisfaz sua veleidade indo “três ou quatro vezes por ano” ao sítio do irmão, à beira do Araguaia, “a gente vai direto pra lá”. Marta situa sua atitude no futuro: “Se Deus quiser, estou trabalhando para isso”.

São, estes últimos, testemunhos isolados. Marcelo constata que os tempos mudaram: “Hoje tudo é fácil. Antigamente, não. Lá na fazenda não tinha energia,... os recursos que tem hoje”. Mas, apesar disso, não vê a vida no campo como alternativa. “Ah, não. Eu não troco. A vida no campo ela é vida poética, mas não é vida prática. É bom que você vai lá um pouco e depois volta...”. O turista, como Neiva, vai ao campo “só pra passear, mesmo”. Neiva e também Leônia dizem que: “ficar muito tempo também cansa”. Mesmo porque, diz esta última, “durante muitos anos, eu imaginei retornar, imaginando que eu fosse encontrar como eu deixei. Depois, eu,... nas visitas que eu fui, eu descobri: do jeito que era tava no passado”.

Os turistas querem o campo como “um ponto de refúgio” (Roselane), “refrescar um pouco a cabeça” (Lúcia), “reviver” (Iara), “um pouquinho ver as origens do campo” (Lúcia), mas não o veem como alternativa de vida. Eles têm consciência de seu enraizamento e de seus compromissos urbanos. “Minha profissão é meio assim complicada, não bate com a vida no campo” (José Maria). “viver na zona rural, talvez pela condição do mundo moderno, das condições mesmo de trabalho, ficaria muito difícil” (Iara). Mas não é só isso. Eles também apreciam as vantagens e os valores da vida urbana: “a comodidade” (Marcelo), a “parabólica... a comunicação externa” (Leônia), “o cinema... contato on-line... internet” (Maria Fernanda), “muita gente. Isolamento, eu não gosto” (Erlane).

Como vimos no capítulo anterior deste trabalho, o novo social-histórico de Goiás, que emerge nos anos 30 e se consolida nas décadas subsequentes do século XX, conciliou velhos antagonismos que representam antiteticamente a cidade e o campo ou como inferno ou como paraíso. O turista rural de Goiás acha que “tem que ter um equilíbrio” (Márcia) entre vida rural e vida urbana. “Associar os dois”

como gostaria Maria Fernanda. O turismo rural em Goiás, estado em que o processo de urbanização apesar de acelerado é recente, de alguma maneira representa a integração, no turista, da criança que rememora e do adulto que ressalva, inserindo-o em um processo de alternância complementar de vida: rural-urbana. Não é arbitrário afirmar aqui que essa alternância proporciona ao turista os benefícios que Morin (1984, p. 258) apontara nos anos 70 para a “dupla vida urbana-neo-arcaica”:

o relaxamento fora do ecossistema urbano e o ganha-pão neste ecossistema. [...] um certo bem-estar na alternância das duas “culturas”, ou mesmo dos dois cultos: o culto da vida urbana moderna, da sua intensidade e das suas liberdades, e o culto da vida rústica, com a presença tranqüilizadora da *Physis* e do *Arqué*.

5.1.5 O campo venerado

Pode-se afirmar uma dimensão religiosa na busca do campo pelo turista. Ele o representa para si mesmo como coisa sagrada, separada, das coisas profanas, do cotidiano da vida urbana prosaica. Desde os anos 1970, alguns teóricos do campo do turismo têm acenado para o referencial religioso como possível paradigma para o estudo do turismo, passível de ser comparado à peregrinação. MacCannel, citado por Steil (2002, p. 59) aponta “um processo de sacralização no turismo que seria semelhante ao que acontece no campo religioso, fazendo com que determinados artefatos, naturais ou culturais, sejam erigidos como objeto de veneração e respeito”.

Segundo Steil ainda (2002, p. 62):

talvez seja Rachid Amirou em seu livro *Imaginaire touristique et sociabilités du voyage* (1985), quem leva mais longe esta linha de análise. Para este autor, turismo e peregrinação são tomados não apenas como experiências históricas de múltiplas formas de deslocamento espacial, mas, sobretudo como categorias explicativas e de compreensão da realidade que condensam estruturas de significados, que estão sendo atualizadas e reavaliadas na prática social. [...] a tese de Amirou é que, enquanto a peregrinação evoca o modelo convivial da comunidade emocional e religiosa, que Victor Turner chamou de *Communitas* (1978), o turismo remete-nos fundamentalmente ao modelo da sociedade de corte, marcado

por um tipo de convivência que poderia ser expresso pelas idéias de *societas*, da forma como a entende Norbert Elias (1985).

Não pretendemos procurar ou estabelecer possível homologia entre os elementos estruturais e suas significações nos processos de turismo e de peregrinação. Uma aproximação analógica, no entanto, nos parece fecunda para nosso objetivo de desvelar o imaginário rural do turista.

A comunicação com o sagrado é o fulcro do processo de peregrinação. É com ele que o fiel peregrino procura comungar, participar de seu poder. Podemos afirmar que o turista rural é também um peregrino; enquanto se desloca, põe-se em movimento, em direção ao espaço sagrado.

A primeira epifania deste sagrado se faz, pela visão. Os turistas querem, em primeiro lugar, observar, ver. Foi por meio da visão – conforme eles já nos testemunharam precedentemente –, que eles se “iluminaram”. O sagrado revelou-se a eles.

Mas o campo é também sua casa por substituição, a morada que lhes acolhe, sossega, tranquiliza, aquieta, consola. Que lhes revigora. Onde eles se encontram em paz, felizes e em liberdade: a terra, a natureza. Instintivamente, eles parecem saber, como enfatiza Morin (2005b, p. 451), que “precisamos então reencontrar a Natureza para reencontrar nossa Natureza...”.

Refugiando-se da cidade, para a natureza se dirigem: Irasmon, para “sair da capital, da cidade, do barulho do dia a dia”. Márcia: “Pra relaxar, pra relaxar do movimento”. Lívia: “Devido ao descanso, ao sossego... Vim em busca disso”. Carlos Alberto quer “repor as energias pra começar segunda-feira tranquilo. Porque da terra emana força e poder”. Iara valoriza “O contato com a terra. Acho que é isso é

importante. Pisar na terra”. Roselane procura “o contato direto com a natureza, tirar o sapato, pé no chão”.

Há, aqui, sentimento de uma espécie de circulação do sagrado. Durkheim (1996, p. 338-339) fala da “extraordinária contagiosidade do caráter sagrado [...] mesmo o contato mais superficial ou mais indireto é suficiente para que ele se estenda de um objeto a outro”.

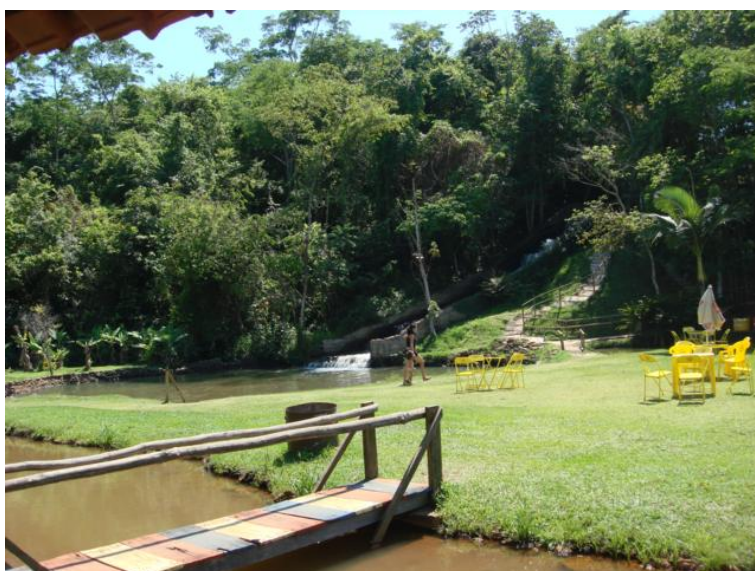


Figura 30 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)
Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

O contato com a terra, com o chão sagrado, para o qual o turista se prepara pelo rito de tirar os sapatos da vida social e prática, o faz participante da força e do poder da natureza. Atualiza suas esperanças. Ressignifica sua vida.

Assinala Verbole (2002, p. 127) que

"a procura do imaginário rural" é explorada pelas comunidades rurais e outros produtores que também participam na construção e/ou desconstrução do imaginário rural através de suas próprias ou impostas interpretações e significados.

Registramos que os estabelecimentos visitados, procurando interpretar o imaginário rural do turista para satisfazer-lhe as demandas, preocupam-se em “arranjar” os ambientes e os espaços abertos com elementos culturais do rural goiano tradicional.

Pode-se ver na Villa Cerrado uma velha carroça próxima a um antigo paiol (Figura 31); um armário pesado, de madeira, em cima bule e xícaras esmaltadas (Figura 32) e uma mesa antiga, sobre a qual galinha e ovos compõem o ambiente do restaurante. No restaurante Santa Branca, panelas de ferro e de barro, fogão a lenha, cabaças adornando as paredes (Figura 33). Na Pousada Monjolo, são dignos de nota os grandes tachos de cobre decorando o restaurante.



Figura 31 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)

Fonte: Maria das Graças N. Antinarelli (Acervo Particular)

Parte dos turistas manifestou apreço para com esses objetos e nomeou alguns outros, cuja eventual presença se revestiria de sentido. A carga afetiva foi mais explicitada em torno do fogão a lenha, do forno de barro, das panelas de ferro e de barro, do carro de boi, do berrante, do curral, da carroça, do balaio, do ferro de

passar à brasa, do lampião e, ainda, nas construções e na ambientação, que se exprime pela presença abundante do elemento madeira.



Figura 32 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)
Fonte: Maria das Graças Nogueira Antinarelli (Acervo Particular)



Figura 33 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)
Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)



Figura 34 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)

Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

A hermenêutica psicanalítica, as vias da imaginação material e os devaneios ligados aos elementos – ar, água, madeira, fogo – poderiam ser aqui preciosos. Contudo, não ousamos convidar também Gaston Bachelard (1974) para nos guiar nessa viagem ao imaginário rural do turista. Mesmo porque os objetos acima nomeados nos interessam, aqui, sobretudo, por sua sacralidade específica. Ou seja, se eles se constituem objetos de culto para o turista.

A resposta de Cristina é categórica “Eu não sou nostálgica... Eu não tenho, eu não busco... Quando eu busco um ambiente, eu não fico buscando por essas coisas do passado”. Até aqueles, muitos poucos, como Laura, preocupada com “uma preservação das tradições goianas”, admitem que esses objetos estão ali como “decorações”. Deles emana força e poder, e muito menos o de, por si próprios, atrair o turista para o campo. Eles não conferem poder. São vistos, mas não veem. A cultura da qual ainda são símbolos, vestígios, transformou-se. Assim eles se apresentam geralmente isolados, fora de um sistema de relações e práticas que constituam um ritual que representem ou atualizem uma crença. Evacuados de um conteúdo vivo, tendem, pois, a se transformar em decoração. Ainda que, como

signos, continuem a constituir, para alguns, vias de acesso ao mundo da infância e ao passado histórico de sua sociedade. E, nesse sentido, também por contágio, participam da sacralidade que caracteriza a infância e o passado social.



Figura 35 – Restaurante Villa Colonial, no Município de Senador Canedo (GO)
Fonte: Maria das Graças Nogueira Antinarelli (Acervo Particular)

Esses signos desajeitados que os turistas encontram nesses lugares os ajudam a evocar antigas imagens e os fazem, no dizer de Proust, citado por Plazaola (1973, p. 331), “respirar um ar novo, precisamente porque um ar que já se respirou outrora”.

É em torno da casa ausente, sugerida pela arquitetura de alguns dos estabelecimentos, que os turistas mais sintetizam essas imagens veneráveis. Se fosse dele a Villa Cerrado, Luiz Carlos Queiroz colocaria “um curral e uma casa típica, de fazenda mesmo. Uma casa de alicerce alto, com escada, assoalho de

madeira, é... com vários quartos, uma cozinha enorme, e a área em volta, eu faria isso. Eu me sentiria como se estivesse numa fazenda, na liberdade”.



Figura 36 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)

Fonte: Maria das Graças N. Antinarelli (Acervo Particular)

Casa de fazenda de gado característica e sede maior do social-histórico goiano tradicional. Casa que lembra aquela em que Marcelo morava: “a casa era de madeira, com janelas grandes, mas essa lembrança da fazenda nunca sai [...]. Você lembra muitas vezes andando dentro da casa, dos cômodos, dos locais, do local que brincava, do local que andava”. É também a fazenda da infância de Amauri “o telhado, as madeiras, a cerca [...] curral, boi”. Nessa casa, “grandona” como quer Kétina, onírica, se acomodam e ganham vida o fogão caipira, as panelas de ferro e de barro, o ferro de passar à brasa, o lampião, e as velhas fotografias de família, mencionadas pelos turistas como veículos de suas viagens imaginárias pelo túnel do tempo.



Figura 37 – Casa Antiga
Fonte: De los Ângeles, 2008, p. 6.

O turismo rural em região metropolitana, observamos, tem caráter, sobretudo familiar.⁷⁴ Para o lugar de turismo as famílias se deslocam, sobretudo de automóvel. A exceção fica por conta da Fazenda Santa Branca, que recebe turistas mais heterogêneos, transportados de ônibus, da vizinha Teresópolis.



Figura 38 – Villa Colonial, no Município de Senador Canedo (GO)
Fonte: Maria das Graças Nogueira Antinarelli (Acervo Particular)

⁷⁴ Alguns homens preferem ir sozinhos para pescar nos pesque-pague.

Trata-se de um turismo efêmero, em que a permanência no lugar não vai além do final de semana. Essas condições não são totalmente propícias à emergência de uma sociabilidade mais convivial, em que afinidades, cumplicidades, trocas de emoções criem uma “comunhão”. Um “nós” não chega a se constituir.



Figura 39 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)
Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

Ainda assim, segundo Roselane, “parece que esse local [Villa Cerrado] nos coloca numa situação de mais proximidade uns com os outros”. Sentimento que não é compartilhado por Valéria: “Aqui, em hotéis como esses, as famílias vêm e se isolam em grupos; no rural, acredito que no tempo do rural, acredito que era cumpadre, cumadre e vizinhos que se tornavam parentes por opção, por escolha de vida; acho que era assim, uma coisa mais preocupada com o outro. Acho que hoje em dia a pessoa vem e se isola, fica ali na sua panelinha e não procura conhecer quem tá ali do lado, o que faz, o que pretende fazer, por que está ali naquele lugar”.



Figura 40 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)

Fonte: Maria das Graças N. Antinarelli (Acervo Particular)

Marta lamenta não encontrar a sociabilidade do rural antigo, em que “se você passa, chama pra conversar, tomar um cafezinho naquela xicrinha de louça, né? ‘não, vem cá, toma um cafezinho aqui’. Ah!... então era gostoso. Quantas vezes a gente ia pra fazenda e o pessoal chamava: ‘não, vem aqui, vamos fumar um cigarrinho’... hoje em dia não tem mais isso, né?”

Márcia concorda com Valeira e Marta, mas idealiza menos a sociabilidade rural: “Aqui cada um tá no seu quiosque, nenhum fala com o outro, mais ou menos acho que era igual no rural, né? É porque no rural era afastado”. Freitas (2001, p.190-191), em *Goiás e Goianidade*, defende este ponto de vista. Tratando das “características do dia-a-dia das fazendas goianas ao longo do século XIX e até recentemente”, diz ela:

Diferentes das grandes *plantations* litorâneas [, estas] eram verdadeiras autarquias, de tudo produzindo para atender às necessidades dos proprietários, seus familiares, agregados, peões, camaradas, e escravos, quando os havia. [...] A vida social era igualmente restrita. Vizinhos freqüentavam-se raramente, ainda que se cultivassem formas de solidariedade e de ajuda mútua, dentre as quais o mutirão e a treição (FREITAS, 2001, p 190-191).



Figura 41 – Villa Cerrado, no Município de Roselândia (GO)
Fonte: Maria das Graças N. Antinarelli (Acervo Particular)

Para frontear esse isolamento e a precariedade da vida social no campo é que, talvez, as chamadas Folias de Reis⁷⁵ e do Divino tiveram, e em certa medida ainda têm, tanta importância em Goiás. Como se sabe, os reis magos peregrinaram, até a manjedoura, para testemunharem a epifania do Senhor – ou para que o Senhor pudesse se manifestar por meio deles. Com relação ao Divino Espírito Santo, sopro e alado, também a ele é natural se deslocar. E isto é o que eles fazem nessas folias de dezembro/janeiro e maio ou junho, respectivamente, acompanhados de toda sorte de festeiros dispostos a cantar e dançar, comer e beber, aboletando-se nas casas que escolhem, por dias e dias. Talvez, apenas esses expedientes pudessem ter feito as famílias rurais goianas, e mesmo as

⁷⁵ “A Folia de Reis consiste, basicamente, em um grupo de pessoas (homens, cantores e instrumentistas) que realiza uma peregrinação religiosa por ocasião da festa de Reis. Essa peregrinação é dividida em jornadas diárias, interrompidas nos pousos – onde rezam, tocam, cantam e pedem auxílio para a realização da festa de Reis. Os foliões, devotados de Santos Reis, costumam pagar promessas com sua participação na Folia. E com ela ouvimos outra vez, muito viva, a estória dos três Reis que saíram à procura de um Menino: ...” (MOREIRA, Yara. De folias, de reis e de Folias de Reis. *Revista Goiana de Artes* – do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, vol. 4, n. 2, p. 135-171, jul./dez. 1983).

urbanas, regidas por regras rígidas de recato e segregadas dos espaços sociais, abrirem suas casas nesses momentos sagrados de subversão.⁷⁶

Márcia estranha que ninguém fale com os outros, porque “aqui, por exemplo, tem quiosque perto, mas ninguém conversa com ninguém”. Isto, porém, não a incomoda, porque “vim pra cá esperando tranquilidade, não assim, com o intuito de às vezes confraternizar com a pessoa ao lado. Eu quero um lugar tranquilo”. Kétina pensa como Márcia e não gostaria de repetir a sociabilidade do rural de antigamente: “Ah!... Acho que não sei. Não seriam as mesmas pessoas; eu acho que não, não. Não, não... Aquilo lá é mais tradição de família”.

Em Goiás, ainda hoje, se pode concluir da análise de Nunes (2001), apesar de toda a transformação de seu social-histórico, a sociedade e, às vezes até o estado, são, concreta e imaginariamente, a família. De sua sacralidade o campo participa.⁷⁷

⁷⁶ Segundo Ribeiro (2001, p. 47-48), em Goiás só com a emergência da República “o uso dos espaços fora e dentro da casa passou a ser regulado por comportamentos e atitudes ditas civilizadas. A imprensa e as instituições públicas passaram a combater relações sociais consideradas indesejáveis e estimular ações civilizadas. Ao mesmo tempo em que se valoriza a intimidade, as casas mais ricas se abriram para uma espécie de avaliação pública. Pertencer ao círculo político implicava expor à avaliação e ao juízo públicos comportamentos e atitudes. A família de elite e, principalmente, a mulher submeteram-se à opinião dos outros. A mulher passou a marcar presença em bailes, cafés, teatros e certos acontecimentos da vida social”. (RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *Goiás: Sombras no Silêncio da Noite: Imagem da Mulher Goiana no Século XIX*. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001, p. 25 -56).

⁷⁷ Tratando das formas de vida familiar em Goiás, Nunes (2001, p. 69) conclui: “Após a análise das contribuições teóricas e empíricas sobre o estudo da família em Goiás no século XIX, conclui-se a importância desse tema para a compreensão da sociedade goiana. O papel da família no século XIX foi crucial para o desenvolvimento econômico de Goiás. Coube às redes familiares de elite estabelecer as bases dos partidos políticos, baseadas na oligarquia familiar. Essa herança chega até os nossos dias, pois observa-se que os partidos permanecem subordinados a personalidades. O fator ‘amizade’ e as redes pessoais desempenharam e continuam desempenhando um papel essencial na história política de Goiás. Percebe-se que os goianos sentem-se mais à vontade enfocando o mundo através de meios pessoais. Goiânia é uma metrópole dinâmica e em rápida expansão, porém muitas regras sociais ainda são adaptadas daquelas de uma comunidade pessoal”. (NUNES, Heliane Prudente. *História da Família no Brasil e em Goiás: Tendências e Debates*. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 57-74).

5.1.6 O campo comemorado

O “contato” com a natureza que, temos visto, expressa a busca imaginária pelo campo, encontra seu coroamento na comunhão com ela pelo ritual da refeição. O turista que veio para o campo para “repor as energias” (Carlos Alberto), agora se refaz, nutrindo-se da mãe natureza.



Figura 42 – Fazenda Santa Branca, no Município de Teresópolis (GO)

Fonte: Maria de Fátima Garbelini (Acervo Particular)

O filho que volta comemora comendo. Nessa operação, o turista emprega todos os sentidos. Os mais puros e espirituais – a visão, que ele também utilizou na contemplação da paisagem, das águas e das plantas –, a audição, com que ele ouviu o canto dos pássaros, o sussurrar do vento a balouçar os galhos e as folhas – e os mais apetitivos e sensuais – o cheiro e, mais ainda, o tato e o paladar. Todos os sentidos: os da alegria e os do gozo.⁷⁸

⁷⁸ Sobre a hierarquização dos sentidos, conforme algumas escolas filosóficas e estéticas, fundamentamo-nos em Plazaola, Juan S. I. *Introducción a la Estética: Historia, Teoría, Textos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1973, p. 309-310; 317; 369-371.

É certo que o ato de comer, por si rotineiro e profano, adquire caráter de celebração em razão da sacralidade do lugar – o campo – e do tempo – o descanso ritual dos dias de não negócio (feriados e finais de semana) – em que se realiza. E – como nota Durkheim (1996, p. 362) a propósito dos banquetes sacrificiais –, “sobretudo porque o alimento que consome nessa refeição ritual tem caráter sagrado”. São os pratos da culinária local que os turistas mais dizem procurar e apreciar. A exceção fica por conta de Márcia, que, a este propósito, diz: “eu não vim aqui procurando essa comida rural, essas coisas, não”. E, mormente, dos frequentadores do Hotel Fazenda Monjolo que, com sua clientela mais nacional e cosmopolita, em especial participante de congressos, é asseptizado da cor e do sabor local. Lívia lá não encontrou comida típica. Nem Valéria: “a comida de Goiás, a goiana” que “é tipicamente o pequi, né, arroz com pequi, galinhada”. E nem Maria Fernanda. Elas não fazem questão dessa comida, ao contrário de Kétina, cujo prato predileto “é arroz com pequi”.

Na Fazenda Santa Branca, Neiva que gosta de comida caseira “simples... bem normal, mesmo, que significa saúde, saudável, do campo”, comeu “frango de caldo, arroz”.

Seu Waldomiro gosta de comer, no Villa Cerrado, “carne com mandioca”. Lá, também, Erlane preferiu “churrasquinho caipira, a comida caseira, o arroz tropeiro igual ele tem aqui, o arrozinho com carne que é totalmente diferente”.

Amauri nos conta que “hoje, quando nós chegamos aqui, que minha mãe, ela não conhecia aqui, a primeira coisa foi olhar o cardápio. Tem muito a ver com a

fazenda [...] o frango, por exemplo, caipira bem cuidado. O tempero do arroz, por exemplo, feito em fogão caipira”.

De todos, o pequi é o alimento mais apreciado pelos turistas. Diz Luiz Carlos Queiroz: “Adoro pequi, nossa senhora!... arroz com pequi, tudo com pequi é maravilhoso”. Érica tem a mesma opinião. Ela não foi para o Villa Cerrado exclusivamente para comer, mas comeu “arroz com pequi, frango com pequi, tudo com pequi é maravilhoso”.

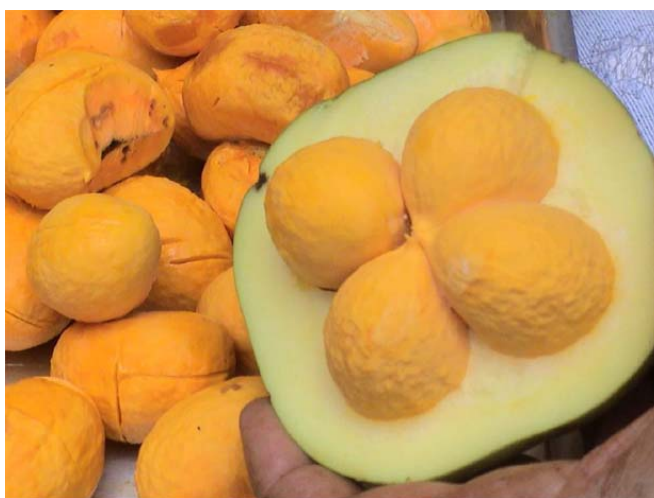


Figura 43 – Pequi
Fonte: RIBEIRO, 2008.

Marta foi para o Villa Colonial pra comer: “Eu comi frango caipira, o arroz, o pequi. Eu adoro pequi. [...] Eu gosto da comida típica, goiana mesmo”. José Maria foi para o Banana Menina esperando encontrar: “Em primeiro lugar... uma boa, uma ótima comida. Aquela comida típica” e lá comeu “a galinha... é, o arroz com pequi, a leitoa à pururuca”.

“Arroz com pequi, frango, a guariroba... como o pessoal fala aqui, gueroba”, foi o que Lúcia preferiu comer na Santa Branca.

Como explicar a preferência do turista por essas comidas? Como explicar, sobretudo, a identificação do pequi como a comida goiana, por antonomásia, quase como um totem, como um emblema? Castoriadis (1982) ajuda-nos a equacionar essa questão na perspectiva do imaginário. Ensina-nos ele que a escolha dos objetos, dos atos, do que seja necessário, do que seja bom para vestir e para comer passa por uma “complexa elaboração cultural”. À pergunta: “Como se faz essa elaboração?”, o autor responde que



Figura 44 – Arroz com Pequi

Fonte: RESTAURANTE..., 2008.

Esse é um problema imenso, e toda resposta “simples” que ignorasse a interação complexa de um grande número de fatores (as disponibilidades naturais, as possibilidades técnicas, o estado “histórico”, os jogos de simbolismo, etc.) seria desesperadamente ingênua. Mas é fácil ver que o que constitui a necessidade humana (como distinta da necessidade animal) é o investimento do objeto como um valor que ultrapassa, por exemplo, a simples inscrição na oposição “instintual” nutritivo-não nutritivo (que “vale” também para o animal) e que estabelece no interior do nutritivo a diferença entre o comível e não-comível, que cria o alimento no sentido cultural e dispõe os alimentos numa hierarquia, classifica-os em “melhores” e “menos bons” (no sentido de valor cultural, e não de gostos subjetivos). Essa retirada cultural no nutritivo disponível, e a hierarquização, estruturação, etc., correspondentes, encontram pontos de apoio em todos os dados naturais, mas não decorrem destes (CASTORIADIS, 1982, p. 181).

Esse processo lento da elaboração imaginária, que transforma o dado natural em significação, exprime-se também pela interface de um fazer social. Encontra lugar aqui a clássica distinção entre o cru e o cozido, como marcadora da humanização, da transformação da natureza em cultura. Na cozinha goiana, o processo de cozimento vai além da técnica de confecção da comida. Isto pode ser significado pelo estatuto do fogão a lenha.

Nos restaurantes rurais, o fato de a comida ser disponibilizada sobre o calor de suas brasas fornece um suplemento de emoção compartilhada. E não se pode esquecer que, demonstra Durkheim (1996, p. 342-347) a intensidade da emoção, o frenesi e o êxtase estão na gênese mesma do sagrado e de sua propagação.

O “fogão caipira” conduziu Amauri a associar a comida da Santa Branca com a fazenda. O mesmo acontece com Neiva, para quem “o cheirinho me faz recordar a fazenda, a casa da minha avó... minha avó até hoje tem fogão a lenha...” Para Erlane, “o cheirinho, né, do tempero, da fumaça” também acrescenta emoção ao “arrozinho com carne” que comeu no Villa Cerrado.

Molina (2001, p. 131), relata-nos que

A escritora Ofélia Sócrates do Nascimento relembra o fogão a lenha, mostrando-o útil para compensar o frio das casas (adobe) e de chão de terra batido e telhado de palhas. Via-se a ação dos fogões a lenha nas paredes e nas traves do teto das cozinhas, cobertas de fuligem, só se apagando as chamas após o chá, que era bebido à noite. Na época das chuvas, com a lenha úmida, fumaça penetrava todos os cômodos.

A santidade da comida típica do local não reside, pois, em sua qualidade intrínseca, ou em que se goste dela, o que é muito mais uma consequência. O pequi, por exemplo, talvez se possa dizer sem sacrilégio, que sua virtude, sua santidade seja imaginária. Se ele constitui o “prato da goianidade”, no dizer de

Bariani Ortencio, citado por Molina (2001, p. 134), em suas diferentes formas de preparação – arroz com pequi, carne com pequi, frango com pequi, guariroba com pequi, pirão com pequi, farofa de pequi, molho com pequi, pastelzinho de carne e pequi etc. –, em outras regiões do cerrado onde ele é endêmico – esse humilde fruto das cariocaráceas (*caryocar cariaceum* Wittm. *Brasiliensis*) é usado mais para fazer sabão.⁷⁹

A sacralidade desse alimento provém de seu caráter simbólico, do fato de unir, de congregar os membros da comunidade imaginada que o escolheu, que o transformou em totem e emblema, a qual ele exprime. Em última análise, o que se comunga através do pequi é uma ideia, uma crença. O que se reitera é o sentimento de pertencer a este grupo aqui. O organismo que se revivifica, de que se refaz a substância é, em último lugar e principalmente a família com a qual se significa querer permanecer unido, indo comer, juntos, no restaurante rural.

Cabe aqui a notação de Péclat (2006, p. 9-12) de que

pratos tradicionais encontrados em restaurantes de comida “típica” configuram um sentido de “extensão/replicação” doméstica, ou seja, a extensão da cozinha materna. Categorias de memória como a nostalgia é aí despertada – quando, da lembrança da cozinha da vovó e dos tempos dos quintais.

Nossa análise do imaginário do turista permite estender esse tempo dos quintais aos vastos espaços dos currais, das fazendas, que exprimem, em larga medida, a imagem, sempre perdida, que o turista busca em sua peregrinação ao campo.

⁷⁹ Sobre os diversos usos e utilidades do pequi, ver MOLINA, Suely Ferreira Lopes. Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 125-142.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura e desenvolvimento rural. *Jornal Valor*, 14 de junho de 2007.

AÇÕES integradas garantem avanços na preservação ambiental. *Economia & Desenvolvimento*, Seplan, Goiânia, Ano VIII, n. 24, p.82-91, nov./dez. 2006.

AGÊNCIA rural incentiva turismo na agricultura familiar. Goiânia, 2007. Disponível em <<http://www.noticias.goias.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2007.

ALENCAR, Tadeu. (Org.). *Observatório geográfico de Goiás*. Goiânia, [200-]. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em: 8 out. 2007.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. São Paulo: Tecnoprint; Ediouro, [197-?]. (Col. Universidade de Bolso).

ASSUNÇÃO, Marília. A fraude das reservas legais. *O Popular*, Goiânia, Caderno Especial sobre o Cerrado, p. 1, 4 set. 2005.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, Adir Balestrieri (Org.). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 26-36.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, XXXVIII, p. 339-512).

BALESTRIERI, Giovanni. *Il Turismo rurale nello sviluppo territoriale integrato della toscana*. Firenze, Itália, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. p. 33-52.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. *Ciências Humanas em Revista*, 5(1);3-8, jan./jun.1994).

_____. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978. (Título I).

_____. O olhar alheio e o próprio umbigo. In: CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997. Introdução.

BOULLÓN, Roberto C. Ecoturismo: intenciones y acciones. In: RODRIGUES, Adir Balestrieri (Org.). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 44-48.

BOVO, Carlos Eduardo. Em busca de um conceito para o turismo rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 207-213.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. Roteiros de turismo e patrimônio histórico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002. Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 15-20.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília (DF), *Diário Oficial da União*, 24 mar. 1999.

BRASIL. Decreto n. 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política de Turismo e dá outras providências. Brasília (DF), *Diário Oficial da União*, 17 fev. 1992. Seção I, p. 1901-1902.

_____. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística socioeconômica*. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação, e dá outras Providências. Brasília (DF), *Diário Oficial da União*, 2 set. 1981.

_____. Ministério do Turismo. *Diretrizes e manuais: marcos conceituais*. Brasília (DF): MTur, [200-]a. Disponível em: <<http://www.institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em 11 out. 2007.

_____. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil. Brasília (DF): MTur, 1997. Disponível em <<http://www.institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 1 fev. 2006.

_____. Macroprograma: planejamento e gestão In: _____. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília, jan. 2007. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007. p. 59.

_____. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília (DF), 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 4 set. 2007.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. *Sustentabilidade ambiental: princípio fundamental*. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____. Ministério dos Transportes. *Guia geográfico: mapas do Brasil*. Brasília, [200-]. Disponível em: <<http://www.mapas-brasil.com>>. Acesso em: 7 out. 2007.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRUSANDI, Leandro Beneditini. *Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo: diferentes visões*. [s. l.], 2006. (Mimeo.).

CALVENTE, Maria Del Carmem Matilde Huertas. *Turismo e excursionismo: o qualificativo rural – um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná*. 2001. 283f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*. Campinas (SP), [200-]a. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 2 jun. 2006. (Projeto Rurbano).

_____. *O panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*. Campinas (SP), [200-]b. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 1 set. 2007.

CAMPOS, Antunes Erides; PEREIRA, Eliane Carvalhaes; ALVES, Lorena da Silva; BOAVENTURA, Raquel de Fátima. *Avaliação do arranjo das RPPN do Estado de Goiás*. Goiânia, 2003. p. 22-27. Disponível em: <<http://www.repams.org.br>>. Acesso em: 12 abr. 2007. (Trabalho apresentado na Jornada Científica de Engenharia – Nupence/UCG, 2003).

CAMPOS Francisco Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1982.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

_____. _____. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. _____. *Formação da literatura brasileira*. 4. ed. V. 1, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1962.

CARLOS, Wellinton. *Árvore que produz ouro*. *Diário da Manhã*, Goiânia, domingo, 21 de janeiro, 2007. Caderno 1, Seção Cidades, p. 2.

CARVALHO, Edgard de Assis. *Enigmas da Cultura*. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, 99).

CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: ensaio sobre o homem*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977. 2ª. Ed.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da Cultura Moderna, 52).

_____. *As encruzilhadas do labirinto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Rumos da Cultura Moderna, 53).

_____. Para si e subjetividade. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

CENTRE NATIONAL DE RESSOURCES DE TOURISME ET DU PATRIMONIE RURAL. *Tourisme vert, tourisme a la campagne...?* Paris, Disponible en: <<http://www.source.cesso.fr>>. Accès en: 5 mai. 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A peregrinação dos tempos*: Goiás 2002. Goiânia: Agência Goiana de Cultura, 2002.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

_____. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL. *Le tourisme associatif en milieu rural, source de développement et de cohésion sociale*. Paris, 2006. p. II-23.

CORA Coralina. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 7 abr. 2007.

CORALINA, Cora. O milagre. *Revista Goiana de Artes* – do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, vol. 4, n. 2, p. 221-223, jul./dez. 1983

DE LOS ÂNGELES, Nara. História preservada em forma de barro e madeira. *O Popular; Jornal do Tocantins*, Goiânia; Palmas, 3-9 de outubro de 2008, Suplemento Campo, p. 6-7.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DENÓFRIO, Darcy França e Silva, Vera Maria Tietzmann (Org..) *Antologia do Conto goiano I: dos anos dez aos sessenta*. Goiânia, 1992.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

ENTREVISTA concedida por José Eli da Veiga. *Rumos: Economia e Desenvolvimento para os Novos Tempos*, revista da Associação Brasileira de Economia, Ano 28, n. 212, p. 4-8, nov./dez. 2003.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*, 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FAZENDA da Quinta Pousada Ecológica em Mossâmedes – Go. Mossâmedes. Disponível em <<http://www.onlinehotel.com.br>>. Acesso em: 7 mar. 2007.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. (Coleção Cidade Aberta, Série Megalópolis).

FERNÁNDEZ, Juan Ignacio Pulido. *Documento de trabajo: ordenación, planificación y gestión del desarrollo turístico en espacios naturales protegidos*. Universidad de Alcalá, Escuela Universitaria de Turismo, 2000 (Mimeo).

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. Goiás e Goianidade. *Revista da Aflag – da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*, Goiânia, n. 1, p. 183-191, 2001.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GOIÁS inserido nos roteiros turísticos nacional e mundial. *Economia e Desenvolvimento*, revista da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, Goiânia, Ano VII, n. 22, p. 137, jan./mar. 2006.

GOIÁS. Disponível em: <<http://www.elitebrasil.com.br>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

GOIÁS. Agência Rural. *Contexto do Estado*. Goiânia. Disponível em: <<http://www.agenciarrural.go.gov>>. Acesso em: 29 maio 2007a.

GOIÁS – Mapa Hidrográfico. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2007b,

GOIÁS. Secretaria da Indústria e Comércio. Agência Goiana de Turismo. *Plano estadual de turismo 2003-2006: diretrizes, estratégias e programas*. Goiânia, Agetur, 2003. (Mimeo.).

_____. Agência Goiana de Turismo. *Relatório de gestão do turismo*. Goiânia: Agetur, 2006a.

_____. Agência Goiana de Turismo. *Monografia Conta Satélite do Turismo – Goiás*. Goiânia: Seplan; Agetur, 2006b.

_____. Agência Goiana de Turismo. *46 Caminhos em um só destino Goiás: estruturação dos destinos turísticos goianos*. Goiânia: Agetur, 2006c

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. *Anuário estatístico da Superintendência de Estatística: pesquisa e informação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás*. Goiânia, [ca. 2005]. Disponível em <<http://www.portalsepin.seplan.go.gov.br>>. Acesso em: 3 maio 2006.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. *Ranking dos municípios goianos*. Goiânia: Seplan, 2005. 114p.

GONÇALVES, Carlos Porto. *Os descaminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2002. (Col. Temas Atuais).

GONÇALVES DIAS, Antônio. Minha musa. In: _____. *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro, 1846. Disponível em: <<http://pt.wikisource.org>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 48, 1997.

_____. _____. 2. ed. (revista). Campinas (SP): Unicamp, 2002 (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA José; CAMPANHOLA, Clayton. *O panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 1º set. 2007

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *O novo rural Brasileiro: uma atualização para 1992-98*. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 5 abr. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 3., 2002. Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. . p.107-111.

GRAZIANO DA SILVA, José; VILARINHO, Carlyle; DALE, J. Paul. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALEMIDA, Joaquim Anécio; FROELICH, José Marcos; RIEDEL, Mário (Org.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas (SP): Papyrus, 2000. p. 15-62. (Coleção Turismo, IV).

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55). III Série.

JAIME, Jesus de Aquino. O Piquenique. In: SILVA, Vera Maria Tietzmann e; TURCHI, Maria Zaíra (Org.). *Antologia do conto goiano II*. Goiânia: Ed. da UFG, 1994. p. 119-122.

JOSÉ Joaquim da Veiga Vale. Disponível in: <http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 5 abr. 2007.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário de Psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LE GROUPE TYPE. *Étude sur le tourisme rural au Québec relié au monde agricole*. Montreal: Maison de L'Union des Producteurs Gricoles du Québec, 1999.

LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. *Cidades complexas do século XXI: ciência técnica e arte*. 2001. 293f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, Wilson. (1978). *História da inteligência brasileira*. V. VI. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

MASAN, Patrícia. *Turismo Rural em Goiás ganha força com o associativismo*. Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.sebrego.com.br>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

MENDES, Renato. A difícil escalada brasileira. *Anuário Exame Turismo 2007-2008*, São Paulo, 2007, p. 24-29.

MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOLINA, Suely Ferreira Lopes. Sobre comidas e o ato de comer em Goiás: uma reflexão acerca da goianidade. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 125-142.

MORAES, Dominga Pedrosa; BORBA, Odiones de Fátima. Cidade de Goiás: paisagem cultural como recurso turístico. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. et al. *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003, p.123-132.

MOREIRA, Yara. De folias, de reis e de Folias de Reis. *Revista Goiana de Artes - do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás (UFG)*, Goiânia, vol. 4, n. 2, p. 135-171, jul./dez. 1983.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar e reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. *O cinema e o homem imaginário: ensaio de Antropologia*. Lisboa: Grande Plano, 1997.

_____. *O método 1: a natureza da natureza*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

_____. *O método 2: a vida da vida*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005c.

_____. *O método 4: as idéias*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. *O método 5: a humanidade da humanidade*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005d.

_____. *Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário*. Lisboa: Europa-América, 1984.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, Edgar; NAIR, Sami. *Uma política de civilização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997 (Coleção Economia e Política).

MOTTA, Raul D.; CIURANA, Emilio Roger. A cultura da complexidade e a complexidade da cultura. *Revista Margem*, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 16, p. 171-173, dez. 2002.

NUNES, Heliane Prudente. História de família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 57-74.

PAGEL, Floriano Eduardo. *Políticas de gestão ambiental*. 2 ed. Santa Rosa: ambiente futuro, 2007. Disponível em: <<http://www.osp.br>>. Acesso em: 3 maio 2007.

PALACÍN, Luis. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Goiás: 1722-1822*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

_____. Linhas estruturais da história de Goiás. In: Estudos Goianienses. Revista da Universidade Católica de Goiás. Ano II, nº. 2, p. 45-53. 1º Semestre de 1974.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. História: Cerne, 1986.

PALACÍN, Luis; SANT'ANNA MORAES, Maria Augusta: História de Goiás (1722-1972). 7ª. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos. *O jeito da comida goiana: hábitos alimentares e a noção simbólica de comer em Goiás*. Goiânia. Disponível em <<http://www.altiplano.com.br>>, p. 1-12. Acesso em: 1 dez. 2006.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiás, filha mais moça e bonita do Brasil. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. et al. *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002, p.13-70.

PIMENTA NETTO. Anais do batismo cultural de Goiânia: 1942. Goiânia: O Popular, 1969.

PIRENÓPOLIS: as Cavalhadas. Pirenópolis. Disponível em: <<http://www.pirenopolis.go.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

PLAZAOLA, Juan S. I. *Introducción a la estética: Historia, teoría, textos*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1973.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Agroturismo e desenvolvimento regional*. São Paulo: Hucitec, 2002.

POUSADA CAMELOT INN. *Chapada dos Veadeiros*. Alto Paraíso de Goiás, 2007. Disponível em: <<http://www.pousadacamelote.com.br>>. Acesso em 5 ago. 2007.

PRADO, Lillian Maria Silva. Economia goiana, a caminho da sustentabilidade. *Revista Economia e Desenvolvimento: conjuntura socioeconômica de Goiás*, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, Goiânia, Ano VIII, n. 24, p. 99-101, nov./dez. 2006.

PROENÇA, Cavalcanti M. Literatura do chapadão. In: Ramos, Hugo de Carvalho. *Tropas e Boiadas*. Goiânia: ICBC, 2006. p. xxxiii-xxxix.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de Sociologia Rural*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. p. 160-176.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: ICBC, 2006.

RAMOS, Márcia Eliane. O lazer como expressão de modos de vida no espaço. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. (Org.). *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001. p. 33-78.

RESTAURANTE Panela de Barro. *Arroz com pequi*. 16 out. 2008. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

RIBEIRO, José Felipe. *Pequi descascado*. 18 ago. 2008. 1 fotografia. Disponível em: <<http://www.vegvisir.wordpress.com>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 25-56.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e a atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza (Org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 171-188. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, Wagneide. A busca do paraíso. In: ALMEIDA, Maria Geralda de et al. *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 61-70.

ROSA, Lucilina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de *continuum*. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magnan. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-204.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANSOLO, Devis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. *Plano nacional do turismo: uma análise crítica*. Goiânia: Agetur, 2007. (Mimeo).

SARTRE, J. P. *A imaginação*. Porto Alegre: L&PM, 2008

SENA, Custódia Selma. *De sertões e sertanejos*: Goiás 2000. Goiânia: Agepel, 2002.

SILVA, Ana Lucia. *A Revolução de 1930*. 1982, 267p. Tese (Doutorado em História...) – Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SILVA, Arlete Mendes da. *Uma análise do turismo rural na Região Metropolitana de Goiânia: caracterização e possibilidades*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Políticas de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balestrieri. *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 1-169. (Coleção Turismo).

SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das Ciências Sociais. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 51-80.

TELES, José Mendonça. Ser goiano. *O Popular*. Goiânia, quarta-feira, 24 de outubro de 2001. Crônicas & outras histórias.

TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 2001. (Coleção megalópolis).

VALE, Ana Rute do. Lazer e turismo periurbano em Araraquara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. O turismo como vetor do Desenvolvimento Sustentável. 4., 2003, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: FEALQ, 2003. Organizado por Cássio Garkalns de Souza Oliveira e José Carlos de Moura.

VEIGA, José Eli da. *A face oculta do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERBOLE, Alenka. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 117-140.

VICENTINI, Albertina. *A narrativa de Hugo de Carvalho Ramos: procedimentos de construção em Tropas e Boiadas*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

WANDERLEY, Maria de Nazarelli Baudel. *A ruralidade no Brasil moderno*. Disponível em: <<http://sala.clacso.org.br>>. Acesso em: 5 abr. 2007.

WIEDMANN, Sônia M. P. As reservas particulares do patrimônio natural. In: RODRIGUES, Adyr Balestrieri (Org.). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 37-43.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO



Sobre os Estabelecimentos Pesquisados

Visando escolher os locais para a realização da pesquisa empírica, fizemos repetidas visitas a estabelecimentos turísticos localizados na Região Metropolitana de Goiânia. Optamos por escolher empreendimentos de turismo rural de diferentes modalidades. Selecionamos dois restaurantes rurais, um pesque-pague e dois hotéis-fazenda.

Estabelecimento	Localização
Restaurante Rural Banana Menina	BR-153, p/ Itumbiara, (município de Hidrolândia (GO) a 40 km de Goiânia), fone: 3553-1353
Restaurante Rural Villa Colonial	G0-020, (município de Senador Canedo (GO), *fone: 8115-0555
Pesque-Pague Villa Cerrado	G0-020, (município de Roselândia (GO), a 28 km de Goiânia), fone: 3241-1011 e 3241-6324
Pousada Monjolo	G0-433, (município de Nerópolis, a 28 km de Goiânia), fone: 3095-6006
Hotel Fazenda Santa Branca	BR-153, (município de Terezópolis (GO), a 35 km de Goiânia), fone: 3212-1685 e 3314-4777

O Restaurante Banana Menina está localizado em uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN), no município de Hidrolândia, e o Restaurante Villa Colonial, em uma chácara no município de Senador Canedo. O Restaurante Banana Menina é tradicional em Goiás e está em funcionamento desde 1993. Esse restaurante recebe um grande fluxo de clientes para passar o dia e oferece atividades recreacionais paralelas à atividade principal.

Já o restaurante Villa Colonial se diferencia do Banana Menina pela arquitetura em estilo colonial e por possuir uma venda rural, nos moldes das da década de 1930. A semelhança entre os dois restaurantes está na comida típica goiana que oferecem e no fluxo de clientes que recebem, em sua maioria, famílias.

O Villa Cerrado Ecoparque foi selecionado por ter como atividade turística predominante o pesque-pague. Ele tem um fluxo de turistas que vão passar o dia pescando – casais, grupos e pessoas desacompanhadas. Esses turistas têm a opção de usufruir do restaurante com comida típica goiana e, ainda, de atividades de lazer – piscinas, caminhadas na mata, passeios de bicicleta, de charrete e de carro de boi. O Villa Cerrado ainda tem uma área destinada a eventos empresariais.

A Fazenda Santa Branca e a Pousada Monjolo foram escolhidas pela atividade de hotel-fazenda que oferecem. A Pousada Monjolo, localizada no município de Nerópolis, foi fundada em 2000, com o objetivo de ser um hotel-fazenda voltado para lazer e eventos. Além disso, oferece atividades recreacionais – pesca amadora, passeios a cavalo, tênis, vôlei e futebol. Essa pousada tem uma clientela mais cosmopolita, e observa-se que suas instalações assemelham-se às de um clube. A Pousada Monjolo representa uma nova forma de abordar o rural, ou seja, tem uma concepção mais universalista de campo – mais globalizada – que o vê não dentro de uma cultura, mas dentro de um processo global. Esse hotel funciona como um *medium* entre rural e urbano, passado e presente – *médium* espacial e temporal –, representativo de um novo rural – que é a fazenda tradicional desenraizada da cultura.

A fazenda Santa Branca, dos cinco estabelecimentos pesquisados, é a que recebe um público mais diversificado para passar o dia e se hospedar. São turistas que se deslocam de Goiânia e das cidades próximas, em especial do município de Teresópolis de Goiás, onde a fazenda está localizada. As pessoas chegam de carro e em caravanas de ônibus. A Fazenda Santa Branca é uma reserva particular do patrimônio natural muito conhecida, por desenvolver turismo rural e ecológico há

pouco mais de uma década. Possui seiscentos alqueires de terra, com nascentes de água e cachoeiras artificiais que lhe inspiram e favorecem uma estreita ligação com projetos relacionados à preservação ambiental. Inclusive, Santa Branca tem um projeto em processo adiantado de Ecovila. Além disso, tem dois restaurantes com comida típica goiana e atividades recreacionais, como pesque-pague, cavalgada, arvorismo, rapel e tirolesa.